



ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO
Curso de Mestrado em Enfermagem de Reabilitação

Maria
Neto
Pacheco

**Escolas Inclusivas - Intervenção dos/as Enfermeiros/as de
Reabilitação**

Dissertação de Mestrado

Maria Neto Pacheco

Porto | 2021

Escolas Inclusivas - Intervenção dos Enfermeiros de Reabilitação

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO

Mestrado em Enfermagem de Reabilitação

ESCOLAS INCLUSIVAS - INTERVENÇÃO DOS/AS
ENFERMEIROS/AS DE REABILITAÇÃO

INCLUSIVE SCHOOLS - INTERVENTION OF REHABILITATION
NURSES

Dissertação orientada pela Professora Doutora Maria Manuela
Martins e coorientada pela Mestre em Enfermagem de
Reabilitação Rute Salomé Silva Pereira

Autora Maria Neto Pacheco

Porto, 2021

Dedicada ao meu amor mais doce,
Avó Maria

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Manuela Martins por nunca desistir de mim, pelo apoio, pela motivação, pela orientação e disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso.

À Mestre Rute Pereira pelo encorajamento e pelo apoio para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos decisores do Município pelo interesse e disponibilidade para ser possível a execução deste projeto.

Aos meus pais pelo amor infinito, pelo carinho e afeto, pela dedicação, pelo incentivo e por acreditarem em mim mesmo quando eu não o fazia.

À minha irmã pela ajuda, pela força e pelo carinho e afeto.

À avó Maria, o meu amor mais doce, que apesar de já não estar entre nós sempre acreditou em mim e que se encheria de orgulho por esta conquista.

À Cindy por ser o meu ombro amigo e por estar sempre presente.

Ao tio Agostinho pelo carinho e afeto.

ABREVIATURAS

CIF – CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE

CRPG – CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA

DECO – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A DEFESA DO CONSUMIDOR

DGS – DIREÇÃO GERAL DE SAÚDE

DR – DIÁRIO DA RÉPUBLICA

EEER – ENFERMEIRO/A ESPECIALISTA EM ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INR – INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

OE-ORDEM DOS ENFRMEIROS

PNS – PLANO NACIONAL DE SAÚDE

PNSE- PLANO NACIONAL DE SAÚDE ESCOLAR

RAR – RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

UPIAS - *THE UNION OF THE PHISICALLY IMPAIRED AGAINST SEGREGATION*

RESUMO

Introdução: As barreiras arquitetónicas assumem um papel de relevo na problemática da inclusão social, sendo consideradas um dos fatores ambientais com influência direta na vida da pessoa e tendo como resultado a incapacidade, restrição de participação e limitação da atividade a pessoas com mobilidade condicionada. Como tal, o/a Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação assume, assim, um papel preponderante na inclusão, através da execução de intervenções de enfermagem de reabilitação, que resultam em ambientes acessíveis para pessoas com mobilidade condicionada, através da proposta de eliminação das barreiras arquitetónicas ou da capacitação das pessoas para as ultrapassarem. Embora a incidência da deficiência venha a diminuir nas crianças nos últimos anos, ainda se constata a existência de muitas crianças com deficiência, o que leva a questionar até que ponto as escolas estão a cumprir a legislação em vigor no que concerne a acessibilidade.

Objetivos: o estudo centra-se na descrição dos resultados da observação das acessibilidades nas escolas de um município.

Metodologia: Paradigma quantitativo de natureza descritiva, transversal, exploratório. O universo é constituído por Jardins de Infância, Escolas Básicas de Primeiro Ciclo, Escolas Básicas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, Centros Escolares, Escolas Básicas de Primeiro e Segundo Ciclos, Escolas Básicas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, Escolas Básicas de Segundo e Terceiro Ciclos e Escolas Secundárias - distribuídas por um Município do Norte de Portugal - sendo no total setenta e duas escolas, no entanto, como algumas escolas possuem mais que um edifício a amostra corresponde a cento e treze edifícios. O instrumento de colheita de dados é uma grelha de observação das condições de acessibilidade construída a partir da legislação em vigor.

Resultados: O tratamento de dados fez-se com recurso a estatística descritiva simples e estatística inferencial. A amostra é representada por 69% dos edifícios que correspondem ao Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 23,9% a Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e, por último, 7,1% a Escolas Secundárias. Apenas 31% dos edifícios apresentam percursos acessíveis até às portas de entrada, 67,3% do edificado escolar apresenta corredores com largura igual ou superior a 1,8m e 47,2% dos edifícios com mais de 1 piso possuem uma sala de cada tipo acessível. Há relação de associação das condições de acessibilidade com a categorização dos edifícios por tipologia de ciclos educativos.

Conclusão: O/A Enfermeiro/a de Reabilitação tem conhecimentos para identificar barreiras arquitetónicas, para emitir pareceres em comissões técnicas de acessibilidades de forma a contribuir para escolas inclusivas e para fornecer informação aos pais/cuidadores(as) das crianças com mobilidade reduzida para fazerem face à dificuldade provocada pelas barreiras arquitetónicas.

Palavras-chave: Barreiras Arquitetónicas; Inclusão; Crianças; Escolas; Enfermagem

ABSTRACT

Introduction: Architectural barriers play a major role in the problem of social inclusion, being considered one of the environmental factors with direct influence on the person's life and resulting in disability, restriction of participation and limitation of activity to people with disabilities. So the Nurse/Rehabilitation Nursing Specialist assumes a preponderant role in the inclusion, through the execution of rehabilitation nursing interventions, which result in accessible environments for people with disabled mobility, through the proposal to eliminate architectural barriers or the training of people to overcome them. Although the incidence of disability has decreased in children in recent years, there are still many children with disabilities, which leads to question if schools are complying with the legislation in force with regard to accessibility.

Objectives: This study focus on the description of the results obtained by an exhaustive observation of accessibility in schools in a county.

Methodology: Quantitative paradigm of descriptive, cross-sectional, exploratory nature. The universe consists of Kindergartens, First and Third Cycle Basic Schools, First Cycle Basic Schools and Kindergarten, School Centers, First and Second Cycle Basic Schools, First, Second and Third Cycles Basic Schools, Second and Third Cycles Basic Schools and Secondary Schools - distributed across a county in northern Portugal - being in total seventy-two schools, however, as some schools have more than one sample building corresponds to one hundred and thirteen buildings. The data collection instrument is a grid for observing accessibility conditions constructed from existing legislation.

Results: The collected data were processed using simple descriptive statistics and inferential statistics. The sample is represented by 69% of the buildings that correspond to the First Cycle and Kindergarten, 23.9% to Schools of First, Second and Third Cycles and, finally, 7.1% to Secondary Schools. Only 31% of the buildings have accessible routes to the entrance doors, 67.3% of the school building has corridors with a width of 1.8m or more and 47.2% of buildings with more than 1 floor have a room of each type accessible. There is an association between accessibility conditions and the categorization of buildings by typology of educational cycles.

Conclusion: The Rehabilitation Nurse has the knowledge to identify architectural barriers, to issue opinions in technical accessibility committees in order to contribute to inclusive schools and to provide information to parents/caregivers of children with reduced mobility to face the difficulty caused by architectural barriers.

Keywords: Architectural Barriers; Inclusion; Children; Schools; Nursing.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	21
1. CONTRIBUTOS DA ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS COM MOBILIDADE REDUZIDA NAS ESCOLAS.....	23
1.1 Escolas Inclusivas	24
1.2 A Criança e a Deficiência	30
1.3 Saúde Escolar e o Papel do Enfermeiro/A Especialista Em Enfermagem De Reabilitação.....	33
2. TRABALHO DE CAMPO	37
2.1 Contexto social do trabalho de campo	37
2.2 Pergunta de Investigação	39
2.3 População.....	39
2.4 Variáveis.....	40
2.5 Instrumento de colheita de dados	46
2.6 Procedimentos de colheita de dados	47
3. UM FLASH SOBRE AS CONDIÇÕES ARQUITETÓNICAS DAS ESCOLAS.....	49
3.1 Ambiente de acessibilidade interna.....	50
3.2 Ambiente de acessibilidade externa	63
3.3 Ambiente acessível para atividade física	67
3.4 Respostas para o uso do sanitário e higienização das crianças no meio escolar	70
3.5 Acessibilidades entre os diferentes ciclos educativos.....	77
3.5.1 Ambiente de Acessibilidade interna	77
3.5.2 Ambiente de Acessibilidade externa.....	83
3.5.3 Acessibilidade nos Recintos e Instalações Desportivas nas Escolas	86
3.5.4 Acessibilidade das Instalações Sanitárias	89
4. CONTRIBUTOS DO CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO/A ENFERMEIRO/A DE REABILITAÇÃO PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA.....	99
CONCLUSÃO	109
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXOS.....	121

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das crianças com alterações pelo tipo de escolas de acordo com o ciclo educativo.....	50
---	----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Descrição da Tipologia de edifícios escolares de acordo com os ciclos educativos	49
Tabela 2- Descrição do número de alunos a frequentar as escolas.....	49
Tabela 3- Descrição da distribuição das crianças com alterações de acordo com os ciclos educativos	49
Tabela 4- Descrição da categoria “átrios, patamares, galerias e corredores” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares	51
Tabela 5- Descrição da categoria “ascensores” da variável: acessibilidade no interior dos escolares.....	52
Tabela 6- Descrição da categoria “percursos” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares.	52
Tabela 7- Descrição da categoria “alcance” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares.	53
Tabela 8- Descrição da categoria “átrios” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	54
Tabela 9- Descrição da categoria “corrimão dos patamares, galerias e corredores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	54
Tabela 10- Descrição da categoria “patamares, galerias e corredores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	55
Tabela 11- Descrição da categoria “inclinação, plataforma horizontal, largura e características das rampas interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	56
Tabela 12- Descrição da categoria “corrimãos das rampas interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	57
Tabela 13- Descrição da categoria “degraus das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	57
Tabela 14- Descrição da categoria “corrimão das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	58
Tabela 15- – Descrição da categoria “patamares das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	59

Tabela 16- Descrição da categoria “ascensores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	60
Tabela 17 – Descrição da categoria “plataformas elevatórias” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	61
Tabela 18– Descrição da categoria “balcões e guichés de atendimento” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	61
Tabela 19- Descrição da categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	62
Tabela 20– Descrição da categoria “zonas de permanência” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	62
Tabela 21- Descrição da categoria “átrios” da variável: acessibilidade no exterior dos edifícios escolares.	63
Tabela 22- Descrição da categoria “inclinação, plataforma, largura e características das rampas exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	63
Tabela 23 – Descrição da categoria “corrimãos das rampas exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	64
Tabela 24- Descrição da categoria “degraus das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	65
Tabela 25- Descrição da categoria “corrimão das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	66
Tabela 26- Descrição da categoria “patamares das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares.....	66
Tabela 27- Descrição da categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares	67
Tabela 28- Descrição da categoria “banco” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas.....	68
Tabela 29- Descrição da categoria “vestiário” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas.....	68
Tabela 30- Descrição da categoria “vestiários e cabinas de prova” da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas nas escolas.....	69
Tabela 31- Descrição da categoria “banco” da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas nas escolas	69
Tabela 32 - Descrição da categoria “mecanismos operáveis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias.....	70
Tabela 33- Descrição da categoria “urinóis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias	70
Tabela 34- Descrição da categoria “lavatórios” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias	71
Tabela 35- Descrição da categoria “percursos” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias	72
Tabela 36- Descrição da categoria “utilização” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias	72
Tabela 37- Descrição da categoria “instalação sanitária específica” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias	73
Tabela 38- Descrição da categoria “sanitas” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias.....	73

Tabela 39- Descrição da categoria “barras de apoio” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias.....	73
Tabela 40- Descrição da categoria “controles e mecanismos operáveis” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias	74
Tabela 41- Descrição da categoria “urinóis” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias.....	75
Tabela 42- Descrição da categoria “lavatórios” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias.....	75
Tabela 43- Descrição da categoria “espelhos” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias.....	75
Tabela 44– Descrição da categoria “equipamentos de alarme” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias	76
Tabela 45 – Descrição da categoria “porta de acesso” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias	77
Tabela 46- Relação entre a categoria “percurso até às instalações sanitárias” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	78
Tabela 47- Relação entre a categoria “percurso até à porta de entrada” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	78
Tabela 48- Relação entre a categoria “percurso até às zonas de serviço” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	78
Tabela 49- Relação entre a categoria “percurso até balcão e guichés de atendimento” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	79
Tabela 50- Relação entre a categoria “percurso até ao balneário” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	79
Tabela 51- Relação entre a categoria da categoria “alcance por Aproximação frontal” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	80
Tabela 52- Relação entre a categoria da categoria “alcance por Aproximação lateral” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	80
Tabela 53- Relação entre a categoria “patamares, galerias e corredores – presença de obstáculos” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	81
Tabela 54- Relação entre a categoria “inclinação 6% das rampas interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	81
Tabela 55- Relação entre a categoria “inclinação 8% das rampas interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	81
Tabela 56- Relação entre a categoria “degraus isolados das escadarias interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	82

Tabela 57- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – largura dos corredores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	82
Tabela 58- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – Sala de cada tipo acessível” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	82
Tabela 59 - Relação entre a categoria “inclinação 6% das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	83
Tabela 60- Relação entre a categoria “inclinação 8% das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	83
Tabela 61- Relação entre a categoria “Plataforma horizontal com projeção horizontal nas rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	84
Tabela 62- Relação entre a categoria “Plataforma horizontal – características das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	84
Tabela 63- Relação entre a categoria “largura das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	85
Tabela 64- Relação entre a categoria “degraus isolados das escadarias exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	85
Tabela 65- Relação entre a categoria “dimensões de profundidade e altura constantes dos degraus das escadarias exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	85
Tabela 66- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – passagens exteriores cobertas” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	86
Tabela 67- Relação entre a categoria “vestiário – cabides fixos e cacifos” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	87
Tabela 68- Relação entre a categoria “vestiário – percurso acessível” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	87
Tabela 69- Relação entre a categoria “vestiários e cabinas de prova – Rotação de 180º no espaço interior” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo....	87
Tabela 70- Relação entre a categoria “banco- fixação” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	88
Tabela 71- Relação entre a categoria “banco - altura” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	88
Tabela 72- Relação entre a categoria “banco - antiderrapante” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	89

Tabela 73- Relação entre a categoria “banco – uso de espelho” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	89
Tabela 74- Relação entre a categoria “mecanismos operáveis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	90
Tabela 75- Relação entre a categoria “lavatórios- Zona de permanência” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	90
Tabela 76- Relação entre a categoria “lavatórios- Zona de aproximação frontal/lateral” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	90
Tabela 77- Relação entre a categoria “percurso desde o exterior” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo ...	91
Tabela 78- Relação entre a categoria “percurso desde o interior” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo ...	91
Tabela 79- Relação entre a categoria “utilização – transferência da cadeira para a sanita” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo	92
Tabela 80- Relação entre a categoria “utilização do controlo de descarga” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	92
Tabela 81- Relação entre a categoria “utilização do lavatório” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo.....	93
Tabela 82- Relação entre a categoria “sanitas - altura “da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	93
Tabela 83- Relação entre a categoria “sanitas – zona de permanência “da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	93
Tabela 84- Relação entre a categoria “controlos e mecanismos operáveis – ativação das torneiras” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	94
Tabela 85- Relação entre a categoria “lavatórios – altura” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	94
Tabela 86- Relação entre a categoria “lavatórios – zona livre sob o lavatório” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	95
Tabela 87- Relação entre a categoria “espelhos - altura da base inferior caso sejam fixos” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	95
Tabela 88- Relação entre a categoria “espelhos - altura do bordo superior” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	95
Tabela 89- Relação entre a categoria “equipamentos de alarme - altura dos terminais do sistema” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo	96

Tabela 90- Relação entre a categoria “porta de acesso” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo.....	96
---	----

INTRODUÇÃO

O/A Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação, através da sua prática, pode intervir na prevenção, educação e orientação dos clientes com o intuito de promover a qualidade de vida e satisfação (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2010). A sua intervenção ultrapassa o contexto da saúde, possuindo ferramentas para intervir no meio político e social.

A intervenção do/a Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação não se restringe à pessoa alvo de cuidados, mas também ao ambiente no qual está inserida. Ambos estão interligados, sendo que a exclusão ou inclusão social depende maioritariamente do ambiente em que a pessoa está incluída. A intervenção do/a Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação tem como objetivo promover a inclusão social de forma a capacitar a pessoa para o seu bem-estar e sucesso com a sua condição física (ASSOCIATION OF REHABILITATION NURSES, 2014).

O/A Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação tem um papel de facilitador da integração da pessoa com deficiência no ambiente, através da atuação na eliminação das barreiras arquitetónicas presentes em muitos dos edifícios essenciais na comunidade, considerando-se que estas são as maiores dificultadoras de uma participação ativa na sociedade, tornando-se um interveniente proativo na comunidade.

A Convenção sobre os Direitos da Criança ratificada por Portugal garante que todas as crianças têm o direito de estudar e que o possam fazer num ambiente escolar acessível. Para este ser acessível, a criança tem de conseguir realizar todas as atividades autonomamente.

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferença (UNESCO, 1994, p. 11), onde as capacidades físicas e mentais da criança só interferem no sentido de se adequar as escolas nos conteúdos e na eliminação das barreiras físicas.

Com a problemática da acessibilidade, iniciou-se um estudo de metodologia quantitativa, em que universo deste estudo são os edifícios e instalações escolares de determinado município que podem ser frequentados por crianças com mobilidade reduzida.

Este relatório está dividido em 4 capítulos. O primeiro é relativo ao quadro concetual, o segundo é sobre a metodologia de investigação, o terceiro consiste numa sùmula sobre as condições de acessibilidade nas escolas e no quarto realiza-se uma reflexão sobre os dados obtidos, comparando-os com os resultados de investigações previamente realizadas. É utilizada linguagem inclusiva ao longo deste relatório.

Esta investigação permite contribuir para o conhecimento no âmbito da Enfermagem de Reabilitação, bem como para o desenvolvimento pessoal de competências de investigação e, não menos importante, contribui para a inclusão social de todos/ as os cidadãos/ãs.

1. CONTRIBUTOS DA ENFERMAGEM DE REABILITAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DAS CRIANÇAS COM MOBILIDADE REDUZIDA NAS ESCOLAS

Partindo da reflexão sobre as possibilidades de intervenção dos enfermeiros de Reabilitação ao longo do ciclo vital vai-se procurar delimitar esta intervenção às crianças, bem como particularizar para a centralidade no ambiente.

Recordemos que o ambiente é um dos metaparadigmas explorados pelas teorias de enfermagem e por isso importa lembrar que Florence Nightingale considerou o ambiente como um fator externo que afeta a pessoa e o seu processo de saúde: ar, água, luz, calor, limpeza, tranquilidade, dieta adequada (MCEWEN, WILLS, 2016).

À medida que percorremos as teorias verificamos que está em causa algo externo à pessoa. Virginia Henderson reitera que o ambiente agrega todas as condições e influências que afetam a vida, de forma positiva ou negativa e Dorothea Orem especifica o ambiente no sentido de englobar os aspetos físicos, químicos e biológicos onde se incluem a família, a cultura e a própria comunidade; esta ideia é reforçada por Hildegard Peplau que orienta para a valorização do ambiente no contexto da cultura, a partir do qual a moral, os costumes e as crenças são adquiridos (MCEWEN, WILLS, 2016).

Com o imergir da influência sistémica nas teorias de enfermagem, Imogene King aponta o ambiente como um sistema aberto que possui fronteiras permeáveis e que permite as interações com a pessoa. Callista Roy reforça que todas as condições, circunstâncias e influências que rodeiam e afetam o desenvolvimento e comportamento das pessoas, exigindo respostas de adaptação, mas Moyra Allen refere-se ao ambiente em contexto social onde se efetua a aprendizagem, o que nos ajuda a justificar a importância dos enfermeiros na área escolar (MCEWEN, WILLS, 2016).

Este conceito tem evoluído e, mais recentemente Betty Neuman, refere que o ambiente envolve todos os fatores internos e externos que rodeiam ou interagem com a pessoa, influenciando e sendo influenciados por ela e Madeleine Leininger incorpora aspetos contextuais, físicos, ecológicos, sociais e culturais, em que se encontram os indivíduos e os

grupos. Pode-se continuar a explorar este metaparadigma até ao modelo recente de Afaf Meleis que reforça que ambiente envolve a família, os grupos e a comunidade onde o cliente interage, assim como as condições sob as quais vive e se desenvolve (MCEWEN, WILLS, 2016).

A fim de compreender até que ponto a área escolar pode fazer parte da intervenção dos/as Enfermeiros/as Especialistas em Enfermagem de Reabilitação, organizou-se este capítulo iniciando pela compreensão da Escola Inclusiva, a Criança e a Deficiência e por último a Saúde Escolar e o Papel do Enfermeiro/A Especialista Em Enfermagem De Reabilitação.

1.1 Escolas Inclusivas

Portugal, que é um dos países mais antigos da Europa, e, por sua vez, um dos primeiros a definir as suas fronteiras iniciou, no século XV, com os Descobrimentos, um movimento que permitiu a expansão da língua e cultura portuguesas pelo mundo. A presença de políticas de educação em Portugal é rastreada a partir do governo do Marquês de Pombal durante o século XVIII, através da reforma dos níveis de ensino e da criação de um conjunto de escolas públicas ensino primário nas regiões mais importantes do país (EURYDICE EUROPEAN COMMISSION,2021).

No século XIX e meados do XX, apesar das várias transformações políticas, deixou-se cair no esquecimento a urgente evolução do ensino, apesar da convicta premissa da necessidade da escolarização da população e reestruturação e organização da oferta educativa (EURYDICE EUROPEAN COMMISSION,2021).

Nas décadas de 60 e 70, a taxa de analfabetismo em Portugal era superior a 25% da população total. Só a partir do ano 1974 é que os indicadores educativos começaram a mudar e a recuperar o seu atraso relativamente ao resto da Europa. Todas estas alterações culminaram em 1986 na Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 - Diário da República n.º 237/1986, Série I de 14 de outubro), que veio a sofrer algumas alterações ao longo do tempo, apesar da sua base se manter idêntica. A Lei de Bases do Sistema Educativo define todo o sistema de educação, desde a educação pré-escolar, educação escolar: subdividida em ensino básico de primeiro, segundo e terceiro ciclos, ensino secundário e por último ensino superior: ensino universitário e politécnico; existindo ainda o ensino extraescolar (EURYDICE EUROPEAN COMMISSION, 2021).

Em Portugal, o ensino educativo orientado para as crianças com deficiência sofreu drásticas alterações ao longo do tempo. Historicamente, o atendimento fornecido a estas crianças tinha, no seu âmbito de assistência, o objetivo da exclusão da sociedade, sendo que muitas destas crianças estavam internadas em asilos ou hospitais (MESQUITA, 2001).

As grandes evoluções em Portugal face à educação de alunos/as com deficiência surgiram em 1941 quando, em primeiro lugar, se criaram escolas designadas por “classes especiais”, responsáveis por receber as crianças com diferentes tipos de deficiência e, ao mesmo tempo, foi criado um Curso para Professores de Educação Especial.

Entre os anos de 1950 e 1960 surgiram Associações com um intuito de permitir e facilitar o ensino educativo a alunos com diferentes tipos de dificuldades: deficiência intelectual, paralisia cerebral, surdez, cegueira, entre outras; sendo que a transição para a democracia em 1974 foi um marco importantíssimo para a Educação Especial. A partir de 1974, iniciou-se um trabalho com a intenção de integração de alunos/as com deficiência nas escolas regulares (COSTA & RODRIGUES, 1999).

A Educação Especial passou, então, a ser uma modalidade integrada no sistema geral de Educação através da Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 (Lei n.º 46/86 - Diário da República n.º 237/1986, Série I de 14 de outubro), que tem como finalidade recuperar e integrar social e educativamente os/as indivíduos/as com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais (RODRIGUES & NOGUEIRA, 2011).

A criança tem direito à educação e o Estado tem a obrigação de tornar o ensino primário obrigatório e gratuito, encorajar a organização de diferentes sistemas de ensino secundário acessíveis a todas as crianças e tornar o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um (UNICEF, 2019, p.23)

A Constituição da República Portuguesa (CRP), garante que todos/as os/as cidadãos/ãs têm a liberdade de aprender, Artigo 43º da CRP, bem como todos/as os/as cidadãos/ãs têm direito ao ensino e à igualdade de oportunidades, Artigos 73º e 74º da CRP. Citando estes Artigos, é irrefutável a necessidade e obrigatoriedade de uma Educação Inclusiva.

A Declaração de Salamanca, assinada por Portugal, refere que *as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem incluir as crianças deficientes (...) e as que pertencem a áreas ou grupos desfavorecidos ou marginalizados (UNESCO, 1994, p.)*

A Educação Inclusiva consiste *na qualidade da educação e nas mudanças a introduzir nos contextos educativos para responder às necessidades de TODOS os alunos* (Ministério da Educação e Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular, 2011, p.7).

De acordo com Armstrong & Rodrigues, 2014, a Educação Inclusiva é um conceito no qual todos os membros da comunidade têm direito à educação de igual modo, na qual não se aplicam as políticas e práticas de seleção e exclusão de alunos/as de acordo com as suas capacidades, sendo isto comum na educação tradicional. A Educação Inclusiva assenta na exigência de que todas as crianças têm o direito de frequentar a escola e que lhe seja reconhecido o direito à autenticidade, estilos de vida, interesses, aparência, crenças e cultura. Esta implica a transformação das escolas, a nível pedagógico, curricular, cultural e social (ARMSTRONG & RODRIGUES, 2014).

A Educação Inclusiva assenta em 4 pilares sobre a inclusão, nomeadamente, que a inclusão se trata de um processo; que diz respeito ao envolvimento de todos/as os/as alunos/as na vida escolar e comunitária, e na aprendizagem; implicando a identificação e remoção de barreiras (a nível das atitudes, da comunicação, da estrutura física dos edifícios, entre outras) que possam inibir a aprendizagem e a participação e por último, assenta no princípio de que as escolas são responsáveis por todos/as os/as alunos/as terem acesso à educação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DIREÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR, 2011).

De acordo com Armstrong & Rodrigues, 2014, os/as decisores/as políticos/as não valorizam de forma adequada a Educação Inclusiva, dado que se por um lado demonstram através de alterações na legislação, assinatura de declarações o intuito de fortalecer a inclusão nas escolas, por outro vêm a inclusão somente indicada para os/as alunos/as com deficiência.

Por vezes, confunde-se o termo de integração com o termo inclusão, sendo que existe uma diferença substancial entre os mesmos, nomeadamente, o facto de integração estar centrado nas barreiras que impedem a participação da criança, resultantes dos défices identificados na mesma, enquanto o conceito de inclusão reconhece as barreiras como resultado das atitudes políticas, práticas e sociais e do ambiente escolar (ARMSTRONG & RODRIGUES, 2014).

Em 2002, Booth e Ainscon (citado por Armstrong e Rodrigues, 2014), formularam um Índice para a Inclusão que descreve os princípios e as práticas a adotar para a implementação de mudanças, que permitem às escolas desenvolverem-se no sentido de tornarem-se mais inclusivas:

- a) Valorizar igualmente alunos e professores,
- b) Aumentar a participação e reduzir a exclusão das culturas, dos currículos e das comunidades,
- c) Reestruturar culturas, políticas, e práticas nas escolas para que possam responder às diversidades dos alunos,
- d) Reduzir os obstáculos à aprendizagem e participação para todos os alunos (e não só aos que têm deficiências ou os que são identificados como elegíveis para os apoios da Educação Especial).
- e) Ver as diferenças dos alunos como um recurso para apoiar a aprendizagem e não um problema que precisa de ser resolvido,
- f) Reconhecer o direito dos alunos a ter uma educação na comunidade em que vivem.
- g) Melhorar as escolas para professores e alunos.
- h) Enfatizar o papel das escolas na construção de uma comunidade, no desenvolvimento de valores e na melhoria dos sucessos.
- i) Promover relações entre escola e a comunidade.
- j) Reconhecer que a inclusão na educação é parte integrante da inclusão na sociedade (Armstrong & Rodrigues, 2014, p.86-87).

A frequência da escola permite o desenvolvimento de competências relacionais que serão fundamentais para o desenvolvimento da criança e para esta conseguir dar resposta às imposições naturais e sociais produzidas pela sociedade. Desta forma, uma escola inclusiva vai contribuir para a inserção social e autonomia da criança, bem como permitir que desenvolva competências no âmbito das responsabilidades sociais e morais (MIRANDA, 2017).

Importa partir deste conceito de escola inclusiva e procurar saber se há sustentabilidade teórica para os/as EEER fazerem parte da comunidade escolar ou intervir nesta comunidade, à semelhança do que acontece noutros países tais como Canadá, França, Reino Unido e Suécia. Em Espanha decorreu uma petição para existir pelo menos uma enfermeira por escola com a alegação

não se refere, só aos alunos com problemas de saúde, que muitas vezes, podem ser completamente dependentes. As enfermeiras nas escolas poderiam “realizar múltiplos trabalhos que acreditamos que são muito necessários, como levar o controle da medicação dos alunos, oferecer assistência em acidentes ou traumatismo que ocorrem diariamente no entorno escolar, ajudar a crianças com necessidades especiais ou participar da promoção de hábitos saudáveis através da formação do professorado e das crianças em matérias sanitárias” (FUNIBLOGS, 2019)

Recordemos que a Enfermagem, enquanto ciência, assume como conceitos centrais os metaparadigmas pessoa, saúde, cuidados de enfermagem e ambiente (Hanucharurnkul, 1989 cit. por Comley, 1994). Segundo Orem, o metaparadigma pessoa possui um papel central, visto tratar-se do principal alvo dos cuidados de enfermagem (PUNJANI, 2013). A autora acima citada, define pessoa como uma unidade, funcionando biológica, simbólica e

socialmente (REMOR, BRITO, PETERS E SANTOS, 1986, p.7). Este conceito está intimamente relacionado com o metaparadigma ambiente, dado que a pessoa está sempre em comunicação e permuta com o ambiente envolvente (WILLS, 2009 cit. por QUEIRÓS, VIDINHA E FILHO, 2014). Na sua perspectiva, o ambiente é uma das condições que afeta o autocuidado, isto é, todos os comportamentos e atitudes tomados pela própria pessoa com a finalidade de manter a vida, saúde e bem-estar (OREM, 1983). O desenvolvimento pessoal, o estabelecimento de objetivos reais e a adaptação do comportamento só é possível num ambiente adequado (OREM, 1983).

A Teoria Ambientalista de Florence Nightingale assenta na necessidade do controlo do ambiente onde a pessoa está inserida, uma vez que, estamos sempre em interação com o mesmo, devendo-se, por isso, integrar práticas ecológicas através de atitudes locais que terão repercussões globais (MORESCHI *et al.*, 2011).

Para Nightingale, a pessoa deve ser vista sempre como um todo e a sua saúde resulta da interação de fatores ambientais. Posto isto, a pessoa deve estar inserida num ambiente que lhe permita que a própria natureza possa agir sobre ela, tanto a nível preventivo como de reabilitação e, por isso, os fatores ambientais devem ser sempre tidos em conta na abordagem do processo saúde-doença (HADDAD & SANTOS, 2011).

No Modelo de adaptação de Callista Roy o conceito de pessoa é definido *como um sistema adaptável, o indivíduo é descrito como um todo que compreende as partes que funcionam segundo uma unidade para o mesmo objetivo* (ROY, *et al.*, 2001). Callista Roy assume o conceito de ambiente como todas as influências e circunstâncias que influenciam o comportamento e o desenvolvimento das pessoas, que está em interação contínua com a pessoa, de forma a estimular respostas adaptáveis para a manutenção da integridade (ROY, *et al.*, 2001). A pessoa utiliza mecanismos inatos ou adquiridos para enfrentar a mudança ambiental, podendo desta forma conjugar-se intervenções de enfermagem para promover essa adaptação (OLIVEIRA *et al.*, 2006).

Na conceção de Roper, Logan, & Tierney, (2001), o ambiente é conceptualizado numa dimensão alargada, dado que engloba tudo o que é externo à pessoa. Os fatores ambientais influenciam a saúde, segurança e própria vida do indivíduo, uma vez que ao longo do ciclo a pessoa está sujeita a riscos do ambiente que devem ser conhecidos para serem prevenidos e evitados (TOMEY & ALLIGOOD, 2004). O ambiente tem influência e impacto na realização de atividades de vida caso o ambiente externo (como a habitação, escolas, edifícios de

serviços públicos ou de lazer) não esteja adaptado para a realização das mesmas de forma independente apesar da capacidade individual de cada um (ROPER, *et al.* (2001).

As barreiras arquitetónicas assumem um papel de relevo na problemática da inclusão social, considerando-se um dos fatores ambientais com influência direta na vida da pessoa, tendo como resultado a incapacidade, restrição de participação e limitação da atividade a pessoas com mobilidade condicionada (FONTES, 2014).

Os Censos de 2011 demonstram que em Portugal somente em 41% dos edifícios é acessível a pessoas com mobilidade condicionada, sendo que as Regiões Norte e Autónoma da Madeira apresentavam os valores mais baixos, inferiores a 40%, no que concerne aos edifícios com acesso para pessoas em cadeira de rodas (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012) e não foram identificados estudos sobre as acessibilidades nas escolas.

Na Declaração de Salamanca, A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos seus estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p. 11).

De acordo com Miranda (2017), a escola só é inclusiva quando as crianças têm a possibilidade de conviver com as diferenças, tal como na comunidade onde estão inseridas. Conviver com a diversidade promove o autoconhecimento e a aceitação da pluralidade. A escola tem a obrigação de se modificar, particularmente, nas atitudes, bem como nos objetivos, conteúdos, programas, métodos e barreiras físicas.

Nas escolas existem crianças e jovens com uma grande pluralidade de capacidades físicas, sensoriais e intelectuais que resultam em formas diferentes de comunicar e interagir com o espaço, sendo necessário que os edifícios escolares sejam capazes de dar resposta a esta diversidade de capacidades. Como todas as crianças e jovens são diferentes, a intervenção que trará mais ganhos será a nível do ambiente escolar é feita através de um Design Inclusivo que tem como objetivo evitar a exclusão (PARQUE ESCOLAR, 2008).

O edificado só é acessível quando o/a cidadão pode entrar, circular e aceder aos espaços com autonomia, sem necessitar de ajuda, que possui um percurso acessível, contínuo e que cumpra as normas de acessibilidade (MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, 2019).

Promover a acessibilidade dos edifícios e dos espaços públicos com ganhos de funcionalidade, é garantia de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos[/ãs]. Garantindo autonomia, derrubam-se preconceitos e favorecem-se práticas inclusivas para todos[as] mas principalmente para as pessoas com deficiência, incapacidade e dificuldades na autonomia (INR, 2009, p. 7).

Em Portugal, a questão da acessibilidade foi legislada, em 2006, através do regime jurídico das acessibilidades, Decreto-Lei nº163/2006, onde foram definidas as condições de acessibilidade a satisfazer nos edifícios, públicos, habitacionais, equipamentos coletivos e em 2017, no fim do prazo para adaptação dos edifícios existentes, alterou-se o regime jurídico, Decreto-Lei nº125/2017, no âmbito das competências da fiscalização e contraordenações em virtude do incumprimento da legislação face às acessibilidades.

Segundo Miranda, 2017, as escolas, para serem inclusivas, devem ter espaços escolares adequados e *não arrumos aproveitados para alunos estigmatizados, para que estes não perturbem o “normal” e “conveniente” funcionamento (MIRANDA, 2017, p.38).*

As escolas, para serem inclusivas no âmbito ambiental devem possuir espaços nas salas de aulas para alunos/as com mobilidade reduzida, instalações sanitárias adaptadas, corredores largos, acesso a todas as áreas de atividade com facilidade e segurança com percursos desimpedidos e bem sinalizados, diversos modos de acesso – escadas, rampas, elevadores e mobiliário com características especiais que possam ser adaptados em altura e largura consoante a necessidade de cada criança (PARQUE ESCOLAR, 2008).

1.2 A Criança e a Deficiência

Segundo Fontes, (2014), na década de 60 houve uma evolução conceitual da deficiência, alterando-se a visão médica para uma visão social. O modelo médico defendia que a resolução da deficiência passava pela adaptação da pessoa ao meio envolvente, o mesmo que estava em inanição face à sua condição e no qual a participação social era dificultada por inúmeras barreiras. Este modelo baseava-se na origem da deficiência sendo provocada por um acidente, doença ou outra condição de saúde e estava sempre centrada na pessoa (FONTES, 2014).

Por outro lado, o modelo social defende que a deficiência não pode ser considerada como um problema individual, mas sim, como uma questão da sociedade que é incapaz de prever e ajustar-se à diversidade, de forma a impedir as limitações das pessoas com deficiência (OLIVER,1976). Este modelo ficou explanado pelo movimento das pessoas com deficiência que defendia que intervenções no meio físico eram suficientes para ultrapassar a maioria das dificuldades ao contrário das medidas médicas (OLIVER, 2013).

Esta abordagem assenta na ideia de que a opressão social resulta na deficiência, que se deve à sociedade que cria barreiras políticas, sociais, físicas e psicológicas que coagem e limitam a vida das pessoas com deficiência (FONTES,2019)

A UPIAS -The Union of the Physically Impaired Against Segregation, nasceu de um movimento político organizado de pessoas com deficiência no Reino Unido e é responsável pela conceção da deficiência como um fenómeno de natureza social, no manifesto Fundamental Principles of Disability. A UPIAS reelaborou os conceitos de lesão e deficiência, nomeadamente, *lesão como a falta completa ou parcial de um membro ou ter um membro, órgão ou uma função do corpo com defeito; e deficiência como a desvantagem ou restrição de atividade causada pela organização social contemporânea que não (ou pouco) leva em consideração as pessoas que possuem uma lesão, e assim as exclui da participação das atividades sociais* (UPIAS, 1976, p.20).

A Organização Mundial de Saúde, OMS, e a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência consideram que a deficiência resulta da interação entre a pessoa e o ambiente, levantando desta forma a necessidade de mudança nas várias organizações políticas no sentido de se transformarem e de intervirem para a eliminação de barreiras arquitetónicas (OMS, 2004; RAR nº56/2009). Para Fontes, 2009, o modelo social levou a que as questões da deficiência pertencessem tanto ao âmbito médico como ao político e social.

Na 54ª Assembleia Mundial da Saúde em 22 de maio (OMS, 2001) foi aprovada a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), que consiste na integração dos dois modelos conceituais da deficiência, que pretende explicar as diferentes perspetivas de saúde, nomeadamente a nível biológico, individual e social (OMS,2004). A CIF é classificação da funcionalidade e incapacidade das pessoas, permitindo a comunicação entre os vários profissionais de saúde, através de uma linguagem comum (FONTES, 2014; QUINTANA, et al., 2014).

A CIF permite classificar o ambiente como interveniente barreira ou facilitador na integração na sociedade, dado que o ambiente tem influência positiva ou negativa no desempenho na

realização de atividades por parte da pessoa (SIMÕES, et al., 2006; FONTES, 2009; BIZ, et al., 2015). Para Biz, et al. (2015) apesar da aplicabilidade da CIF ser transversal a muitas áreas, a sua utilização como ferramenta de apoio continua aquém do que seria desejável.

A pessoa é um ser único, com dignidade própria e direito à autodeterminação, é ao mesmo tempo um ser social e agente intencional de comportamentos que se baseiam nos seus desejos, valores e crenças (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2001, p.8).

No Decreto-Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, a pessoa com deficiência consiste naquela que, *por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas* (DIÁRIO DA REPÚBLICA, nº34, 2004, p.5232).

A 20 de Novembro de 1989 decorreu a Convenção dos direitos da criança onde ficou definido que a criança é *todo o ser humano com menos de dezoito anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo* (RAR Nº20/90 p.3738-(12); UNICEF, 2019, p.8)

A mobilidade consiste na capacidade da pessoa se deslocar livremente (POTTER, et al, 2013) sendo um direito de todas as pessoas permitindo a inclusão social de acordo com os Direitos das Pessoas com Deficiência ratificado por Portugal (RAR nº56/2009; COBB,2013).

A mobilidade é fundamental na vida diária, afetando profundamente a qualidade de vida se a mesma estiver comprometida, uma vez que, tem influência no domínio do bem-estar físico (SCHALOCK, et al.,2002).

O Plano de Ação Global da OMS 2014-2021 definiu como objetivos: Melhor saúde para todas as pessoas com deficiência, que tem como objetivos: eliminar barreiras, melhorar o acesso aos serviços e programas de saúde; fortalecer e ampliar os cuidados de reabilitação e tecnologia assistencial, apoiar a investigação sobre deficiência, entre outros (OMS, 2014).

Nesse documento, existe uma mudança de paradigma no conceito de pessoa com deficiência, tornando-se este mais amplo e global. Consideram-se pessoas com deficiência todas as pessoas que se deslocam em cadeira de rodas, pessoas com paralisia cerebral, com alterações sensoriais como pessoas surdas e cegas, pessoas com doenças neurológicas, idosos e pessoas com limitações funcionais temporárias ou definitivas, podendo-se incluir aqui as grávidas e as crianças (MONTENEGRO et al., 2008, OMS 2014).

Para o Instituto Nacional de Reabilitação (INR), 2009, e o Secretariado Nacional de Reabilitação, pessoas com mobilidade condicionada consistem em todas as pessoas que a sua capacidade de movimento está afetada por razões de doença, acidente ou idade.

Nesta linha de pensamento, em Portugal está legislado que a pessoa com mobilidade condicionada é todo o conjunto de: pessoas em cadeiras de rodas, pessoas incapazes de andar ou que não conseguem percorrer grandes distâncias, pessoas com dificuldades sensoriais, tais como as pessoas cegas ou surdas, e ainda aquelas que, em virtude do seu percurso de vida, se apresentam transitoriamente condicionadas, como as grávidas, as crianças e os idosos” (DECRETO-LEI nº 163/2006, p.5670).

A mobilidade das pessoas em cadeiras de rodas está muitas vezes condicionada pela presença de obstáculos que impedem a utilização de equipamentos, serviços ou o alcance de objetos. Uma das maiores problemáticas deve-se às dimensões das cadeiras de rodas que dificultam a passagem nos corredores estreitos ou obstruídos de edifícios, a falta de zonas de manobra em passeios estreitos, inclinação elevada e falta de plataformas de descanso nas rampas, a falta de instalações sanitárias adaptadas ou utilizadas com outros fins, bem como falta de zonas de alcance em balcões de atendimento (PESSEGUEIRO, 2014).

A criança é incluída no grupo de pessoas com mobilidade condicionada, dada as suas características, nomeadamente a descoordenação motora, o desequilíbrio e a falta de consciência do perigo característico da idade, o que implica constante supervisão para a prevenção acidentes (POTTER, *et al.*, 2013).

Face aos dados aqui expostos, percebemos a criança utilizando ou não a cadeira de rodas faz parte do grupo das pessoas com mobilidade reduzida e esta tem implicações nas suas atividades de vida diária e por consequência na qualidade vida.

1.3 Saúde Escolar e o Papel do Enfermeiro/A Especialista Em Enfermagem De Reabilitação

O Plano Nacional de Saúde (PNS) extenso até 2021, tem como um dos seus princípios a promoção de ambientes saudáveis. Assenta em políticas Saudáveis, que responsabilizam

tanto o setor da saúde, como, o da educação, entre outros, pela criação de ambientes promotores de saúde e bem-estar da população. As políticas saudáveis são elaboradas pelo governo e autarquias, sendo por isso medidas legislativas, administrativas, de regulamentação, normativas ou administrativas com a finalidade de criar condições ambientais, socioeconômicas e culturais favoráveis à saúde individual e coletiva (OMS Declaração de Adelaide, 1988; PNS, 2015)

No ano de 2006, foi assinado um protocolo entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, com o intuito da promoção da educação para a saúde em meio escolar.

O Plano Nacional de Saúde de Escolar (PNSE), 2015, tem como finalidade: *Contribuir para mais saúde, mais educação, mais equidade e maior participação e responsabilização de todos/as com o bem-estar e a qualidade de vida de crianças e jovens* (PNSE, 2015, p.4).

Os países devem possuir políticas de proteção de saúde das crianças face aos riscos ambientais (OMS, 1989, cit. por PNSE, 2015). Um dos eixos estratégicos do PNSE, 2015, é o Ambiente escolar e saúde. A saúde e bem-estar da comunidade educativa é influenciada pela qualidade dos espaços físicos, pela acessibilidade, pela higiene e segurança dos edifícios escolares (PNSE, 2015).

A avaliação e intervenção das condições das estruturas das escolas é uma responsabilidade partilhada, que implica a modificação dos fatores ambientais, que na sua grande maioria são elimináveis ou corrigíveis (PNSE, 2015).

A pessoa com mobilidade condicionada, ao longo do seu ciclo vital, devido à quase inexistência de políticas públicas no âmbito da acessibilidade, depara-se com o isolamento, devido às dificuldades no acesso aos serviços de saúde, de educação, de lazer, entre outros (DECO PROTESTE, 2017).

Os/As enfermeiros/as têm como objetivo prestar cuidados à pessoa, ao longo do seu ciclo vital, desde crianças, adultos e idosos, e a grupo sociais, com o intuito de manterem, melhorarem e/ou recuperarem a saúde, auxiliando-os a alcançar a sua máxima capacidade funcional (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2015). Desta forma as pessoas com deficiência ou limitações são alvo de cuidados de enfermagem.

O/A enfermeiro/a tem como objetivos fundamentais promover a saúde, prevenir a doença, tratar, reabilitar e reinserir socialmente de acordo com o artigo 8º do Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2015).

Os cuidados de enfermagem têm como objetivo: *Prevenir a doença e promover os processos de readaptação, procura-se a satisfação das necessidades humanas fundamentais e a máxima independência na realização das actividades da vida, procura-se a adaptação funcional aos défices e a adaptação a múltiplos factores* (ORDEM DOS ENFERMEIROS, 2001, p.11)

Relativamente à Enfermagem de Reabilitação, de acordo com Regulamento das Competências Específicas do(/a) Enfermeiro(/a) Especialista em Enfermagem de Reabilitação, nº392/2019, é uma especialidade multidisciplinar, que maximiza o potencial funcional da pessoa e a sua independência, tendo como objetivo *promover a independência e a máxima satisfação da pessoa* (OE, Regulamento nº392/2019, p. 13565). Desta forma, o/a Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Reabilitação (EEER) para além de possuir competências no âmbito dos cuidados gerais, também lhe são reconhecidas competências específicas no âmbito da Reabilitação.

Segundo o artigo 4.º alínea b) do Regulamento nº392/2019, o/a EEER tem como competência específica *capacitar a pessoa com deficiência, limitação da atividade e/ou restrição da participação para a reinserção e exercício da cidadania* (OE, Regulamento nº392/2019, p. 13567), da qual apresenta como unidade de competência a promoção da mobilidade, acessibilidade e participação social e, portanto, possuir conhecimentos sobre a legislação e normas técnicas promotoras da integração e participação cívica, intervir para a sensibilização da comunidade para a importância de adoção de práticas inclusivas, identificar barreiras arquitetónicas e, conseqüentemente, orientar para a sua eliminação e emitir pareceres técnico-científicos sobre estruturas e equipamentos sociais da comunidade (OE, 2011).

O/A EEER tem como objetivo da sua prática que os clientes alcancem o seu máximo de potencial de saúde e, para isso, deve estar desperto para a identificação de barreiras arquitetónicas que influenciam a acessibilidade, a participação social e exercício pleno da cidadania. Por isso, é de extrema relevância a cooperação com estruturas da comunidade para que haja um ambiente seguro, tanto para a população em geral, como para a população com necessidades especiais, de forma a prevenir a deficiência ou minimizar o seu impacto (OE,2011).

O/A EEER pode planejar intervenções adequadas a cada criança, no âmbito sensoriomotor, dado o conjunto de conhecimentos que possui sobre neuroplasticidade e desenvolvimento infantil, com o objetivo de tratar e reabilitar maximizando o potencial da criança e prevenindo complicações secundárias (OE, 2011).

Deve-se salvaguardar que as intervenções do/a EEER seriam executadas após avaliação da criança e que o conjunto de intervenções estabelecidas seriam orientadas para o ganho em saúde e para a maximização da sua independência, sendo idealmente discutidas previamente com os pais/cuidadores e com a criança (PAULO, SÁ & NABAIS, 2019)

Neste âmbito, o/a EEER é considerado uma mais-valia no âmbito da saúde escolar, uma vez que será capaz de identificar e orientar para a eliminação das barreiras arquitetónicas dos edifícios escolares, permitindo desta forma uma maior inclusão das crianças com mobilidade reduzida.

2. TRABALHO DE CAMPO

A pesquisa em enfermagem, de acordo com Polit, Beck & Hungler, 2001, tem um papel fundamental para a prestação de melhores cuidados de saúde, caracterizando-se por uma investigação rigorosa, sistemática tendo como objetivo desenvolver conhecimentos em matérias com relevância para o ensino e a prática da mesma. A investigação permite a aquisição de novos conhecimentos inerentes a questões específicas pelo processo de análise de fenómenos a elas associadas (FORTIN, 2009).

Para além do referido acima, a pesquisa em enfermagem procura respostas alternativas aos problemas através da reflexão e interrogação das práticas de enfermagem e modelos de trabalho (MARTINS, 2008).

Neste capítulo, serão abordados a tipologia da investigação, a finalidade, os objetivos, a questão de partida, as questões de investigação, a população com os respetivos critérios de exclusão e a identificação, a operacionalização das variáveis, o instrumento de colheita de dados e os procedimentos da investigação.

2.1 Contexto social do trabalho de campo

A investigação assenta em diversos paradigmas que consistem num “conjunto de crenças e de valores partilhados por um grupo ou uma escola de pensamento” (FORTIN, 2009, p. 18). Estes influenciam a forma de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento do estudo. Segundo Fortin (2009) existem duas escolas de pensamento: a naturalista e a positivista.

O paradigma naturalista, segundo Fortin (2009), assenta no método de investigação qualitativa, no qual os/as investigadores/as acreditam na constante interação com o meio, tratando-se de um processo dinâmico, que evolui com o tempo e a perceção de realidade altera-se de pessoa para pessoa, permitindo desta forma uma compreensão mais alargada do fenómeno em estudo através do raciocínio indutivo. Do outro lado do espectro, temos o paradigma positivista, que tem por base o método de investigação quantitativa, no qual os/as investigadores/as, utilizam o raciocínio dedutivo, acreditando que a realidade é objetiva e

que os fenómenos são controláveis e previsíveis, o que possibilita, desta forma, resultados mensuráveis que podem ser generalizados às populações (FORTIN, 2009).

A investigação trata-se de um estudo quantitativo descritivo transversal, exploratório. Assenta no paradigma quantitativo, sendo descritivo porque se pretende observar, descrever e documentar os dados do fenómeno em estudo; e a nível temporal considera-se transversal dado que foi realizado num determinado ponto do tempo (FORTIN, 2009).

Para o desenho de investigação é necessária a delimitação de um problema, salientando que neste estudo não se possui o conhecimento sobre a acessibilidade dos edifícios escolares, podendo estes serem meios promotores de saúde.

O/a EEER é o profissional que possui, pelas suas variadas competências específicas, um mandato social onde deve ter em conta a integração da pessoa no seu ambiente familiar e social de forma a contribuir para o seu sucesso.

Embora a incidência da deficiência venha a diminuir nas crianças nos últimos anos, ainda se constata a existência de muitas crianças com deficiência, sendo a prevalência de 5% entre a população com idades compreendidas entre os 5-14 anos e de 4% dos 15- 24 anos, não existindo dados sobre a deficiência em crianças com menos de 5 anos de idade (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 2012), o que leva a questionar até que ponto as escolas estão a cumprir a legislação em vigor no que concerne a acessibilidade.

Os objetivos deste estudo passam por:

- Identificar as barreiras arquitetónicas existentes nas escolas de um município;
- Avaliar a aplicação da legislação sobre acessibilidade nos espaços escolares;
- Analisar as condições de acessibilidades face ao grupo etário das crianças (tipologia de escolas).

Este projeto tem como finalidade sensibilizar as autoridades para promoção da inclusão social bem como demonstrar as possibilidades do contributo dos/as EEER numa sociedade mais inclusiva. Pretende que se discuta e reflita sobre a acessibilidade, com a finalidade de tornar a sociedade mais sensível para a inclusão das pessoas com mobilidade reduzida, tornando-a mais saudável e sustentável para poder garantir os direitos de todos/as os/as cidadãos/ãs.

2.2 Pergunta de Investigação

Polit, Beck & Hungler, 2001, afirmam que uma investigação se inicia a partir do momento em que existe um problema ou uma questão para a qual o/a investigador/a pretende obter uma resposta. Posto isto, para a organização do estudo partiu-se da seguinte questão de partida:

- Será que os edifícios escolares têm acessibilidades interna e externa para que as crianças com mobilidade reduzida frequentem de forma independente todas as atividades no espaço escolar?

Nas questões de investigação, a sua formulação deve ser enunciada no presente, sob forma de pergunta no âmbito do tema em estudo, englobando os diferentes aspetos suscetíveis a serem estudados de forma a obter o conhecimento sobre o fenómeno. Deve incluir uma ou duas variáveis em estudo assim como a população estudada (FORTIN, 2009).

Na orientação da pesquisa consideraram-se as seguintes questões de investigação:

- Será que existem barreiras arquitetónicas no acesso aos edifícios escolares de um município?
- Quais as barreiras arquitetónicas existentes no acesso às escolas?
- Será que as escolas têm condições para a prática desportiva das crianças com mobilidade reduzida?
- Será que as instalações sanitárias nas escolas estão ajustadas para as crianças com mobilidade reduzida?
- Será que existem diferenças na acessibilidade nas escolas de acordo com a tipologia educacional?

2.3 População

A população consiste num conjunto de elementos, indivíduos, espécies e processos que têm características em comum (FORTIN, 2009), podendo ser edifícios ou registos que englobem os critérios de seleção definidos pelo/a investigador/a (POLIT, BECK & HUNGLER, 2001).

A amostra de um estudo é formada pelo conjunto de casos que preenchem os critérios de seleção (POLIT, BECK & HUNGLER, 2001).

Neste estudo o universo são todos os edifícios que se enquadrem nos critérios de seleção, nomeadamente serem escolas públicas, jardins de infância, escolas básicas de primeiro ciclo, segundo e/ou terceiro ciclo, centro escolares e escolas secundárias. Foram excluídos os edifícios que se encontravam em processo de renovação de instalações.

Desta forma, o universo é constituído por vinte jardins de infância, vinte e quatro escolas básicas de primeiro ciclo, onze escolas básicas de primeiro ciclo e jardim de infância, seis centros escolares, uma escola básica de primeiro e segundo ciclo, três escolas básicas de primeiro, segundo e terceiro ciclo, quatro escolas básicas de segundo e terceiro ciclo e três escolas secundárias - distribuídas pelo município - sendo no total setenta e duas escolas, no entanto, como algumas escolas possuem mais que um edifício a amostra corresponde a cento e treze edifícios.

2.4 Variáveis

As variáveis possuem um papel essencial na investigação, sendo definidas como qualidades, propriedades ou características que podem ser observadas ou medidas (FORTIN, 2009). A sua análise só é possível se as mesmas forem mensuráveis através da operacionalização, que resulta do enunciado de procedimentos para a sua medição (FORTIN, 2009). De acordo com Polit, Beck & Hungler, 2001, as variáveis podem ser independentes, dependentes, de investigação, atributos e estranhas.

As variáveis em estudo permitem-nos perceber as características dos edifícios, perceber a acessibilidade e validar a aplicação do Decreto-Lei nº163/2006.

A caracterização dos edifícios é avaliada as condições que podem influenciar a frequência escolar para a população que os utiliza. Relativamente à classificação por tipologia, de acordo com os ciclos educativos, os edifícios podem dividir-se enquanto edifícios de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo e em Escolas Secundárias.

Quadro 1 - Operacionalização da variável: Tipologia de edifícios escolares de acordo com os ciclos educativos

Componente	Dimensão	Indicador	Codificação
Tipologia	Primeiro Ciclo e Jardins de Infância	Primeiro Ciclo e Jardins de Infância	1
	Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo	Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo	2
	Escolas Secundárias	Escolas Secundárias	3

Quadro 2- Operacionalização da variável: Número de alunos a frequentar as escolas

Componente	Dimensão	Indicador
Número de alunos	Total Crianças com mobilidade reduzida Crianças com alterações sensoriais	Total Crianças com mobilidade reduzida Crianças com alterações sensoriais

Através da adaptação da classificação de acessibilidade de Rovira-Beleta, et al. (2007) procedeu-se à compreensão da acessibilidade codificando com: 1 - Não acessível: as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição; 2 - Acessível só com ajuda: só é possível o percurso ou serviço mediante auxílio de uma terceira pessoa; 3 -acessível com dificuldade: compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível; 4 -acessível sem dificuldade: todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade reduzida; 5- Não aplicável: Não existe.

Quadro 3 - Operacionalização da variável: Acessibilidade no interior dos edifícios escolares

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Átrios	Zona de manobra de 360º no exterior	Não acessível: as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição;	1
	Zona de manobra de 360º no interior		
Patamares, galerias e corredores	Zonas de manobra de 360º quando apresentam largura inferior a 1,5m.	Acessível só com ajuda: só é possível o percurso ou serviço mediante auxílio de uma terceira pessoa;	2
	Zonas de manobra de mudança de direção de 180º em “T” quando apresentam largura inferior a 1,5m.		
	Zonas de manobra de 360º		
	Inclinação do piso	Acessível com dificuldade: compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível;	3
Ascensores	Zonas de manobra de 360º no exterior	Acessível sem dificuldade: todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade reduzida;	4
Percurso	Elevadores		
	Instalações sanitárias		
	Portas de entrada		
	Zonas de serviço		
	Balcões e guichés de atendimento		
	Plataformas elevatórias		
	Balneários	Não aplicável: Não existe.	5
Alcance	Aproximação frontal		
	Aproximação lateral		

Face à variável “Acessibilidade no interior dos edifícios escolares” (Quadro 2) esta agrega as categorias de átrios, patamares, galerias e corredores, ascensores, percursos e alcance.

Quadro 4 - Operacionalização da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Banco dos vestiários	Transferência para o banco	Não acessível: as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição;	1
	Zona livre desobstruída	Acessível só com ajuda: só é possível o percurso ou serviço mediante auxílio de uma terceira pessoa;	2
	Zona livre caso se encontre num recanto	Acessível com dificuldade: compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível;	3
Vestiários	Alcance dos cabides e cacifos	Acessível sem dificuldade: todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade reduzida;	4
	Percurso	Não aplicável: Não existe.	5

No quadro acima descrito, verifica-se a operacionalização da variável “Acessibilidade nos recintos e instalações desportivas” que inclui as categorias banco dos vestiários e vestiários.

Quadro 5 - Operacionalização da variável: acessibilidade nas instalações sanitárias

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Mecanismos operáveis	Alcance	Não acessível: as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição;	1
Urinóis	Zona de permanência	Acessível só com ajuda: só é possível o percurso ou serviço mediante auxílio de uma terceira pessoa;	2
	Aproximação frontal/lateral		
	Zona livre caso situado num recanto		
Lavatórios	Zona de permanência	Acessível com dificuldade: compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível;	3
	Aproximação frontal/lateral		
	Zona livre caso situado num recanto		
Percurso	Desde o exterior	Acessível sem dificuldade: todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade reduzida;	4
	Desde o interior		
Utilização	Transferência para a sanita	Não aplicável: Não existe.	5
	Controlo de descarga		
	Lavatório		

No quadro 5 temos a operacionalização da variável “Acessibilidade nas instalações sanitárias” através da definição como categorias os mecanismos operáveis, urinóis, lavatórios, percursos e utilização.

Por outro lado, realizou-se a verificação do cumprimento da legislação especificada no Decreto-Lei nº163/2006 codificando com 1 para o indicador “sim”, 2 para o indicador “não” e 3 para o indicador “não existe” ou “não aplicável”.

No cumprimento da legislação surgem três variáveis, tal como na compreensão da acessibilidade, nomeadamente, a variável cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios públicos, a variável cumprimento da legislação no interior dos recintos e instalações desportivas e a variável cumprimento da legislação das instalações sanitárias.

A divisão anteriormente apresentada é pertinente uma vez que os edifícios escolares se dividem em diferentes tipos de edifícios: os edifícios destinados a aulas teóricas e os edifícios destinados a práticas desportivas, sendo que ambos possuem as instalações sanitárias.

Quadro 6- Operacionalização da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação	
Átrios	Largura da porta de entrada	Sim	1	
	Corrimão dos patamares, galerias e corredores	Altura do corrimão	Não	2
		Diâmetro do corrimão	Não	3
		Espaço livre do corrimão quando junto de uma parede	existe/ Não aplicável	
		Corrimãos em planos recuados		
		Superfície dos corrimãos		
		Características dos corrimãos		
Resistência mecânica dos corrimãos				
Patamares, galerias e corredores	Largura			
	Circulação de pessoa em cadeira de rodas			
	Plataformas elevatórias			
	Continuidade do piso			
	Presença de obstáculos			
	Zonas de permanência			
	Altura Livre			
Inclinação, plataforma horizontal, largura e características das rampas	Formas de vencer desníveis			
	Inclinação de 6%			
	Inclinação de 8%			
	Plataforma horizontal com projeção horizontal			
	Plataforma horizontal de descanso			
	Plataforma horizontal - características			
	Largura			
Características das rampas	Características das rampas			
	Corrimãos das rampas	Corrimão em ambos os lados		
		Prolongamento dos corrimãos		
		Altura do corrimão simples		
Altura do corrimão duplo				
	Profundidade dos degraus			
	Altura dos degraus			
	Aresta do focinho dos degraus			
	Faixas antiderrapantes			
	Dimensões de profundidade e altura constantes			
	Ausência de elementos salientes			
Corrimãos das escadarias	Ausência de extremidades projetadas perigosas			
	Corrimão em ambos os lados			
	Altura do corrimão			
	Prolongamento dos corrimãos no topo			
	Prolongamento dos corrimãos na base			
	Continuidade dos corrimãos			
	Patamares das escadarias	Largura		
Profundidades superiores e inferiores				
Profundidade dos patins intermédios				
Largura				

.../...

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Ascensores	Inclinação dos patamares diante das portas	Sim	1
	Desobstrução dos patamares diante das portas	Não	2
	Dimensões	Não	3
	Precisão de paragem	existe/	
	Espaço entre o patamar e o piso da cabine	Não	
	Altura da barra de apoio	aplicável	
	Movimento das portas		
	Largura das portas		
	Imobilização das portas		
	Altura dos dispositivos de comando		
	Sinais visuais do comando		
	Botão de alarme e de paragem de emergência		
Plataformas elevatórias	Dimensões		
	Precisão de paragem		
	Zona livre de entrada/saída		
	Portas ou barras de proteção		
	Anteparos		
	Rebatíveis caso instaladas sobre escadas		
	Comando de controlo visíveis		
Balcões e Guichés de atendimento	Zona livre de aproximação frontal ou lateral		
	Percurso acessível até à zona livre		
	Zona livre de aproximação caso se encontre num recanto		
	Extensão e altura		
Edifícios e instalações escolares e de formação	Passagens exteriores cobertas		
	Largura dos corredores		
	Sala de cada tipo acessível		
Zona de permanência	Dimensões		
	Desobstrução da zona livre		
	Zona livre caso se encontre num recanto		

Relativamente à variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares”, explanada no quadro 5, fazem parte as categorias “corrimão dos patamares, galerias e corredores”, “patamares, galerias e corredores”, “inclinação, plataforma horizontal, largura e características das rampas”, “corrimãos das rampas”, “degraus das escadarias”, “corrimãos das escadarias”, “patamares das escadarias”, “ascensores”, “plataformas elevatórias”, “balcões e guichés de atendimento”, “edifícios e instalações escolares e de formação” e “zona de permanência”.

Pretende-se verificar se em todas as categorias as dimensões cumprem ou não com a legislação especificada no Decreto-Lei nº163/2006.

Quadro 7- Operacionalização da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Vestiários	Rotação de 180º no espaço interior	Sim	1
Banco dos vestiários	Fixo à parede	Não	2
	Dimensão	Não	3
	Altura	existe/	
	Resistência mecânica	Não	
	Antiderrapante	aplicável	
	Uso de espelho		
Lugares para a assistência de pessoas em cadeira de rodas	Número de lugares especialmente destinados a pessoas em cadeira de rodas.		
	Distribuição		
	Características do piso		
	Condições		
	Dimensão		
	Margem livre		
	Distância do lugar do lado		
	Desobstrução		
	Acompanhante		
	Exceções para edifícios em alteração		

Face à operacionalização da variável “cumprimento da legislação nos recintos e instalações sanitárias” (Quadro 7) esta inclui as categorias vestiários, banco dos vestiários e lugares para pessoas em cadeira de rodas.

Quadro 8 - Operacionalização da variável: cumprimento da legislação nas instalações sanitárias

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Instalação sanitária específica	Instalação sanitária específica	Sim	1
		Não	2
		Não	3
Sanitas	Altura	existe/ Não aplicável	
	Zona de permanência		
	Zona livre quando existe mais do que uma sanita		
	Zona livre quando previsível uso frequente por pessoa em cadeira de rodas		
Barras de apoio	Diâmetro		
	Espaço livre quando colocadas junto à parede		
	Espaço livre quando colocadas em planos recuados		
	Ausência de características perigosas		
	Segurança		
	Resistência mecânica		
Controlos e mecanismos operáveis	Meio de ativação		
	Características das torneiras		
	Controlo do escoamento		
Urinóis	Altura		
	Altura do botão de escoamento		
	Altura das barras		
Lavatórios	Altura		
	Zona livre sob o lavatório		
	Segurança sob o lavatório		

Categoria	Dimensão	Indicador	Codificação
Espelhos	Altura da base inferior caso sejam fixos	Sim	1
	Altura da base inferior caso sejam de inclinação regulável	Não	2
	Altura do bordo superior	Não	3
Equipamento de alarme	Ligação ao exterior	existe/ Não	aplicável
	Alerta luminoso e sonoro		
	Autoiluminação		
	Características dos terminais do sistema		
Acesso às instalações	Altura dos terminais do sistema		
	Características das portas de acesso		

Por último, o quadro 8 exhibe a operacionalização da variável “cumprimento da legislação nos recintos e instalações sanitárias” que tem como categorias as sanitas, as barras de apoio, os controlos e mecanismos operáveis, os urinóis, os lavatórios, os espelhos, o equipamento de alarme e o acesso às instalações.

Posto isto, a investigação caracteriza-se pelo estudo de sete variáveis. A primeira reporta às características dos edifícios diferenciando-os por tipologia de ciclos educativos. Relativamente às segunda, terceira e quarta variáveis aborda-se a acessibilidade e nas quinta, sexta e sétima consta o cumprimento da legislação relativamente às barreiras arquitetónicas. Para facilitar a leitura dos quadros, as dimensões não estão especificadas, no entanto encontram-se em detalhe nos Anexos I, II e III. Finalizada a operacionalização das variáveis possuem-se as condições necessárias para desenvolver o instrumento de colheita de dados.

2.5 Instrumento de colheita de dados

De acordo com Fortin, 2009, a escolha do método de colheita de dados depende do objetivo do estudo, das questões de investigação ou das suas hipóteses. Podendo o instrumento de colheita de dados ser, por exemplo, grelhas de observação, escalas, entrevistas, questionários entre outras.

Segundo Polit, Beck & Hungler, 2001, os/as investigadores/as, na construção do instrumento de colheita de dados, devem ter em conta o rigor na formulação de cada questão, face à clareza, sensibilidade de quem executa a colheita de dados e para a sua de leitura.

Para avaliar o cumprimento da legislação de acordo com Decreto-Lei nº163/2006 foi necessário construir o instrumento de raiz dado que não existia nenhum anteriormente. Por outro lado, para a avaliação da acessibilidade utilizou-se a adaptação da classificação de acessibilidade de Rovira-Beleta, et al. (2007). O instrumento de colheita de dados é constituído por três grelhas de observação: grelha de observação da acessibilidade no interior dos edifícios públicos (Anexo I), grelha de observação da acessibilidade nos recintos e instalações desportivas (Anexo II) e grelha de observação da acessibilidade das instalações sanitárias (Anexo III).

Neste instrumento os primeiros dados a serem colhidos são referentes ao tipo de edifício e à tipologia de edifícios escolares de acordo com os ciclos educativos, permitindo-nos perceber se o edifício é destinado ou à lecionação de aulas teóricas - salas de aulas, ou à prática de atividades desportivas ou se é uma instalação sanitária.

A grelha de observação da acessibilidade no interior dos edifícios escolares divide-se em duas: a primeira parte corresponde à variável “acessibilidade no interior dos edifícios públicos” e a segunda parte refere-se à variável “cumprimento da legislação no interior dos edifícios públicos”.

De igual modo, a grelha de observação da acessibilidade nos recintos e instalações desportivas apresenta a mesma divisão acima citada, correspondendo a primeira parte às dimensões das categorias da variável “acessibilidade nos recintos e instalações desportivas” e na segunda às dimensões da variável “cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas”.

Relativamente à grelha de observação da acessibilidade das instalações sanitárias, está também dividida em duas partes onde constam as dimensões das categorias das variáveis “acessibilidades nas instalações sanitárias” e “cumprimento da legislação nas instalações sanitárias”.

Dado por terminado a construção do instrumento salienta-se agora a necessidade de explicar os procedimentos relativos à colheita de dados.

2.6 Procedimentos de colheita de dados

Sendo este um trabalho de investigação é necessário esclarecer como foi realizado o planeamento, como se procedeu à colheita e tratamento dos dados, e, não menos importante, o esclarecimento das questões éticas.

Este trabalho de investigação faz parte do projeto internacional *+SaúdeFamalicão: Promoção da saúde das transições da família*, que resulta da parceria entre a Escola Superior de Enfermagem do Porto e o próprio Município de Vila Nova de Famalicão. Tendo como objetivos desenvolvimento específico do conhecimento em enfermagem e melhorar as condições ambientais no referido município pelos dados recolhidos.

Para o desenvolvimento deste projeto realizaram-se reuniões prévias nas instalações da Câmara Municipal do Município de Vila Nova de Famalicão com os decisores políticos, nas quais se definiu a amostra e se procedeu ao agendamento das visitas aos edifícios para a colheita de dados. A Câmara Municipal teve o papel preponderante de avisar antecipadamente os funcionários de todos os edifícios escolares e de pedir a colaboração por parte das instituições escolares para permitir a colheita de dados.

Para a realização da colheita de dados estiveram presentes sempre três elementos: duas enfermeiras de reabilitação e um representante da câmara municipal. Este último assumia a responsabilidade pela condução do veículo automóvel até às instituições escolares e por informar os/as diretores/as da nossa chegada. Por sua vez, as enfermeiras de reabilitação assumiam a responsabilidade pela colheita de dados, sendo que uma realizava as medições e outra fazia os registos.

Face à tipologia das edificações eram selecionadas as grelhas a preencher. Por exemplo, nos edifícios escolares destinados a aulas teóricas foram preenchidas as grelhas do interior dos edifícios públicos e das instalações sanitárias, esta última quando existiam, por outro lado, quando existiam edifícios desportivos eram preenchidas as três grelhas.

Neste estudo, para o tratamento de dados utilizou-se o programa SPSS 21, tendo sido transcritos todos os dados recolhidos nos impressos das Grelhas de Observação de Acessibilidade (Anexo I, II e III).

3. UM FLASH SOBRE AS CONDIÇÕES ARQUITETÓNICAS DAS ESCOLAS

Decorrente da metodologia adotada apenas podemos apresentar um flash sobre as condições das escolas e para isso passaremos a fazer uma análise descritiva e exploratória dos dados observados nas visitas às escolas. As questões de pesquisa serão respondidas pela análise sistematizada dos dados brutos recolhidos. Procedeu-se à análise descritiva dos dados reunidos através de testes estatísticos (FORTIN, 2009).

A amostra é constituída por 3 tipos de edifícios, de acordo com a função atribuída no ciclo educacional (Tabela 1), conforme a operacionalização desta variável.

Tabela 1- Descrição da Tipologia de edifícios escolares de acordo com os ciclos educativos

Componente	Dimensão	N	%
Tipologia	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância	78	69
	Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo	27	23,9
	Escolas Secundárias	8	7,1

Os edifícios escolares de tipologia Primeiro Ciclo e Jardim de infância correspondem a 69% das observações, seguindo-se as escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo correspondem a 23,9%.

Tabela 2- Descrição do número de alunos a frequentar as escolas

Componente	Dimensão	N	%
Nº de alunos	Crianças com mobilidade reduzida	56	0,4
	Crianças com alterações sensoriais	8	0,05

O número de alunos de determinado município é de 13766, sendo que destes 0,4%, ou seja, cinquenta e seis, são crianças com mobilidade reduzida e a percentagem baixa face às crianças com alterações sensoriais, 0,05% que corresponde a oito crianças. Devemos realçar que uma das escolas não forneceu os dados sobre o número de alunos, nem o número de alunos com alterações sensoriais e mobilidade reduzida.

Tabela 3- Descrição da distribuição das crianças com alterações de acordo com os ciclos educativos

Dimensão	Indicador	N	%
Crianças com mobilidade reduzida por tipologia de edifícios escolares	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância	20	35,7
	Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo	15	26,8
	Escolas Secundárias	21	37,5
Crianças com alterações sensoriais por tipologia de edifícios escolares	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância	4	50,0
	Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo	3	37,5
	Escolas Secundárias	1	12,5

Encontram-se nas escolas secundárias a maior percentagem de crianças com mobilidade reduzida, 37,5% e a percentagem baixa ligeiramente para 35,7% nas escolas de primeiro ciclo e jardim de infância. Relativamente às crianças com alterações sensoriais existe uma maior prevalência nas escolas de primeiro ciclo e jardim de infância, 50%.

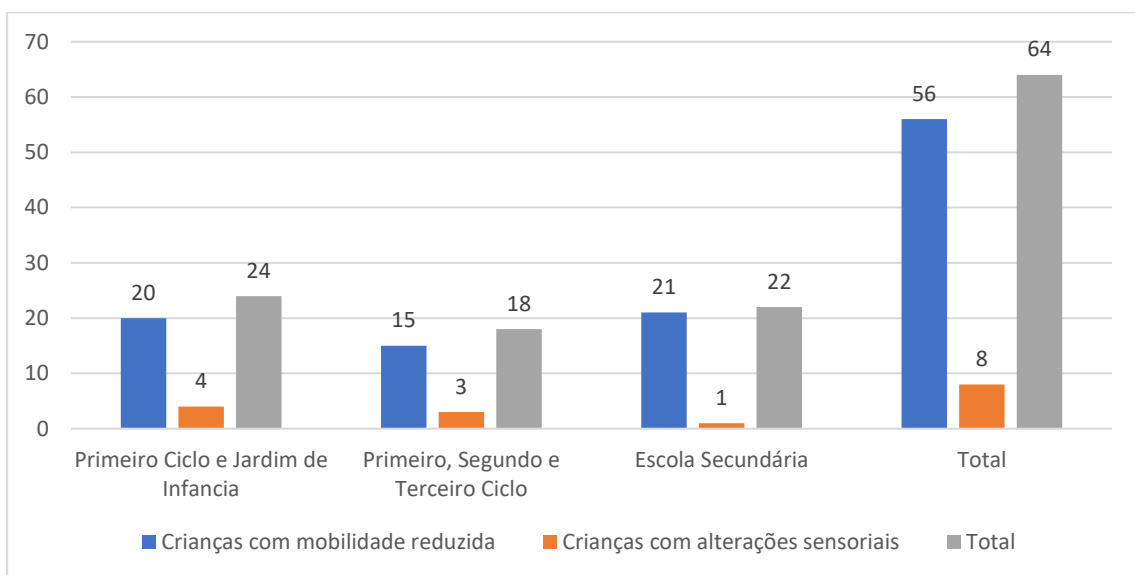


Gráfico 1: Distribuição das crianças com alterações pelo tipo de escolas de acordo com o ciclo educativo

3.1 Ambiente de acessibilidade interna

No sentido de descrever as variáveis que correspondem ao interior dos edifícios escolares com recurso à estatística descritiva, onde se pretendem destacar os dados brutos de forma a serem compreendidos, os mesmos estão apresentados sob a forma de quadros, gráficos ou tabelas (FORTIN, 2009).

As tabelas indicam a/as dimensão/dimensões da/s categoria/a da variável, o número de edifícios e percentagem correspondente a cada um dos indicadores. A estrutura das tabelas tem como objetivo que a leitura e compreensão dos resultados seja intuitiva tanto para o/a investigador/a como para o/a leitor/leitora do estudo, tal como é suposto na apresentação deste tipo de dados (FORTIN,2009). Para melhor leitura das tabelas apresenta-se apenas uma categoria em cada uma delas.

A apresentação dos dados serve para posteriormente conseguirmos dar resposta às questões de investigação. Inicialmente apresentamos todas as categorias referentes às variáveis “acessibilidade” e posteriormente às variáveis “cumprimento da legislação”.

Tabela 4- Descrição da categoria “átrios, patamares, galerias e corredores” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Zona de manobra de rotação de 360º no interior.	Não acessível.	5	4,4
	Acessível só com ajuda.	1	0,9
	Acessível com dificuldade.	3	2,7
	Acessível sem dificuldade.	104	92,0
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Zonas de manobra de 360º quando apresentam largura inferior a 1,5m	Não acessível.	3	2,7
	Acessível só com ajuda.	1	0,9
	Acessível com dificuldade.	3	2,7
	Acessível sem dificuldade.	7	6,2
	Não aplicável/ Não existe	99	87,6
	Total	113	100
Zonas de manobra de mudança de direção de 180º em “T” quando apresentam largura inferior a 1,5m	Não acessível.	4	3,5
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	3	2,7
	Acessível sem dificuldade.	28	24,8
	Não aplicável/ Não existe	76	67,3
	Total	113	100
Zonas de manobra de 360º	Não acessível.	4	3,5
	Acessível só com ajuda.	1	0,9
	Acessível com dificuldade.	2	1,8
	Acessível sem dificuldade.	106	93,8
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Inclinação do piso	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	113	100,0
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Os dados sobre os átrios demonstram que 92% dos edifícios observados apresenta-se acessível sem dificuldade com zonas de manobra para rotação de 360º, contudo 4,4% dos edifícios foi classificado nesta dimensão de não acessível.

Realça-se que nos patamares, galerias e corredores 93,8% dos edifícios permitem manobras de 360º sem dificuldade e em 100% apresentam inclinação do piso acessível também sem dificuldade (Tabela 4).

Tabela 5- Descrição da categoria “ascensores” da variável: acessibilidade no interior dos escolares.

Dimensão	Indicador	N	%
Zona de manobra de 360º no exterior.	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	2	1,8
	Acessível sem dificuldade.	10	8,8
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100

Salienta-se que há ascensor em 12 edifícios escolares, pelo que esta observação é não aplicável em 89,4% dos casos, e que existe uma zona de manobra de rotação de 360º no exterior das portas de entrada do mesmo acessível sem dificuldade em 10 edifícios.

Tabela 6- Descrição da categoria “percursos” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares.

Dimensão	Indicador	N	%
Elevadores	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	12	10,6
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Instalações sanitárias	Não acessível.	19	16,8
	Acessível só com ajuda.	1	0,9
	Acessível com dificuldade.	1	0,9
	Acessível sem dificuldade.	85	75,2
	Não aplicável/ Não existe	7	6,2
	Total	113	100
Portas de entrada	Não acessível.	58	51,3
	Acessível só com ajuda.	19	16,8
	Acessível com dificuldade.	1	0,9
	Acessível sem dificuldade.	35	31,0
	Não aplicável/ Não existe	5	23,8
	Total	113	100
Portas de entrada (alternativa)	Não acessível.	6	5,3
	Acessível só com ajuda.	7	6,2
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	96	85,0
	Total	113	100

.../...

Dimensão	Indicador	N	%
Zonas de serviço	Não acessível.	28	24,8
	Acessível só com ajuda.	4	3,5
	Acessível com dificuldade.	2	1,8
	Acessível sem dificuldade.	79	69,9
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Zonas de serviço (alternativa)	Não acessível.	13	11,5
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	1	0,9
	Acessível sem dificuldade.	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	95	84,1
	Total	113	100
Balcões e Guichés de Atendimento	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	1	0,9
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	14	12,4
	Não aplicável/ Não existe	98	86,7
	Total	113	100
Plataformas elevatórias	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Balneários	Não acessível.	5	4,4
	Acessível só com ajuda.	3	2,7
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	102	90,3
	Total	113	100

Como é possível verificar na tabela 6 nos percursos no interior dos edifícios públicos salienta-se que todos os edifícios que possuem elevador têm um percurso acessível sem dificuldade até ao mesmo. No que concerne ao percurso até às instalações sanitárias, 75,2% é acessível sem dificuldade. Verificou-se que 15% dos edifícios apresentam duas entradas, sendo que em 51,3% das escolas o percurso até à porta não é acessível e que na porta alternativa 5,3% também não é acessível. Em 69,9% das escolas, as zonas de serviço encontram-se junto de um percurso acessível sem dificuldade e em todas as escolas com plataformas elevatórias o percurso é acessível sem dificuldade. No que concerne aos balneários, existem 11 na totalidade das escolas, e a grande maioria o percurso não é acessível, nas restantes, 90,3% não é aplicável.

Tabela 7- Descrição da categoria “alcance” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares.

Dimensão	Indicador	N	%
Aproximação frontal	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	8	7,1
	Acessível com dificuldade.	6	5,3
	Acessível sem dificuldade.	99	87,6
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Aproximação lateral	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	7	6,2
	Acessível com dificuldade.	2	1,8
	Acessível sem dificuldade.	104	92,0
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Relativamente ao alcance dos objetos de uma pessoa em cadeira de rodas denota-se que, em 87,6% das escolas, esta condição é acessível sem dificuldade se a zona livre permitir a aproximação frontal, e aumenta para 92,0% se aproximação for lateral. Para além disso em nenhum dos edifícios avaliados, o alcance dos objetos é não acessível (Tabela 7).

Apresentamos de seguida os resultados relativos ao cumprimento da legislação relativa ao regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, nomeadamente o Decreto-Lei nº163/2006.

Tabela 8- Descrição da categoria “átrios” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Largura da porta de entrada	Sim	106	93,8
	Não	7	6,2
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Nas escolas 93,8% das portas de entrada dos átrios do interior dos edifícios públicos apresentam largura útil não inferior a 0,87 m, medida entre a face da folha da porta quando aberta e o batente ou guarnição do lado oposto. Contudo existem 7 edifícios que não cumprem com as medidas estipulas no decreto-lei (Tabela 8).

Tabela 9- Descrição da categoria “corrimão dos patamares, galerias e corredores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Altura	Sim	5	4,4
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100
Diâmetro	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Espaço livre do corrimão quando junto de uma parede	Sim	0	0,0
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	113	100
	Total	113	100
Corrimão em planos recuados	Sim	0	0,0
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	113	100
	Total	113	100
Superfície	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100
Características	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100
Resistência mecânica	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100

Relativamente aos corrimãos existentes nas galerias, patamares e corredores dos edifícios públicos avaliados, todos cumpriam a legislação face ao diâmetro, superfície, características e resistência mecânica. Salienta-se que na grande maioria dos edifícios observados não se aplica esta regra.

Tabela 10- Descrição da categoria “patamares, galerias e corredores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Largura	Sim	103	91,2
	Não	10	8,8
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Circulação de pessoa em cadeira de rodas	Sim	99	87,6
	Não	14	12,4
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Plataformas elevatórias	Sim	3	2,7
	Não	32	28,3
	Não aplicável/ Não existe	78	69,9
	Total	113	100
Continuidade do piso	Sim	113	100,0
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Presença de obstáculos	Sim	88	77,9
	Não	25	22,1
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Zonas de permanência	Sim	107	94,7
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	6	5,3
	Total	113	100
Altura livre	Sim	113	100,0
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Formas de vencer desníveis	Sim	102	90,3
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	5	4,4
	Total	113	100

Na tabela 10 constata-se que 91,2 % dos edifícios apresentam patamares, galerias e corredores com largura não inferior a 1,20m e 77,9% dos corredores não apresentam obstáculos, 86,7% dos espaços comuns permitem a circulação de pessoa em cadeira de rodas, 90,3% dos edifícios avaliados têm formas de vencer desníveis e em 94,7% dos locais avaliados possuem zonas de permanência para pessoas em cadeiras de rodas. Todas as escolas possuem piso contínuo e altura livre superior a 2,40m.

Tabela 11- Descrição da categoria “inclinação, plataforma horizontal, largura e características das rampas interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Inclinação de 6%	Sim	1	0,9
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	109	96,4
	Total	113	100
Inclinação de 8%	Sim	1	0,9
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	106	93,8
	Total	113	100
Plataforma horizontal com projeção horizontal	Sim	3	2,7
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	109	96,4
	Total	113	100
Plataforma horizontal de descanso	Sim	2	1,8
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Plataforma horizontal - características	Sim	10	8,8
	Não	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	101	89,3
	Total	113	100
Largura	Sim	9	8,0
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	101	89,3
	Total	113	100
Características das rampas	Sim	2	1,8
	Não	10	8,8
	Não aplicável/ Não existe	101	89,3
	Total	113	100

Das observações nota-se, em primeiro lugar, que a maioria dos edifícios não possui rampas e que a maioria das rampas interiores não cumprem a legislação face à inclinação de 6% e 8% e como apenas 12 edifícios escolares possuem rampas interiores isto significa que os 8% de rampas que possuem largura superior a 1,2m correspondem a 75% das rampas e cumprem a legislação.

Das plataformas horizontais, 8,8%, que na realidade correspondem a 83,3%, possuem uma largura igual à da rampa e têm um comprimento superior a 1,5 m cumprindo a legislação. Com igual percentagem, mas não cumprindo a legislação, em 83,3% das rampas, o revestimento de piso, no seu início e fim, não possui faixas com diferenciação de textura e cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente.

Nos 12 edifícios escolares que possuem rampas foram analisadas 27 rampas interiores, no entanto só explanamos a rampa mais prevalente em cada edifício.

Tabela 12- Descrição da categoria “corrimãos das rampas interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Corrimão em ambos os lados	Sim	2	1,8
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	106	94,7
	Total	113	100
Corrimão central	Sim	0	0,0
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100
Prolongamento do corrimão	Sim	1	0,9
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100
Altura do corrimão simples	Sim	0	0,0
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	110	99,1
	Total	113	100
Altura do corrimão duplo	Sim	1	0,9
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100

Relativamente ao cumprimento da legislação dos corrimãos das rampas interiores constata-se que as maiores percentagens correspondem ao indicador “não aplicável/não existe”, uma vez que 101 dos edifícios não possuem esta estrutura e das 12 escolas com rampas apenas 2 possuem rampas com corrimão.

Tabela 13- Descrição da categoria “degraus das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Degraus isolados	Sim	11	9,7
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	99	87,6
	Total	113	100
Profundidade	Sim	60	53,1
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Altura	Sim	60	53,1
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Aresta do focinho boleada	Sim	52	46,0
	Não	11	9,8
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Faixas antiderrapantes	Sim	4	3,5
	Não	59	52,3
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Dimensões de profundidade e altura constantes	Sim	57	50,5
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Ausência de elementos salientes	Sim	62	54,9
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Ausência de extremidades projetadas perigosas	Sim	62	54,9
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100

Da tabela 13 importa realçar que relativamente ao cumprimento da legislação dos degraus das escadarias 53,1% dos edifícios apresentam profundidade não inferior a 0,28m e em igual percentagem altura não superior a 0,18m, em 46,0% é cumprida a aresta de focinho boleada nos degraus das escadas. Salienta-se que em quase todas as escolas em que existem escadarias, 54,9%, que na realidade correspondem a 98,4%, as escadas não possuem elementos salientes nem arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas.

Nos 63 edifícios escolares que possuem escadarias interiores foram analisadas 146 escadarias, no entanto só explanamos a escadaria mais prevalente em cada edifício.

Tabela 14- Descrição da categoria “corrimão das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Corrimãos em ambos os lados	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100
Altura dos corrimãos	Sim	11	9,7
	Não	5	4,5
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Prolongamento dos corrimãos no topo	Sim	15	13,3
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Prolongamento dos corrimãos na base	Sim	10	8,8
	Não	6	5,4
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Continuidade dos corrimãos	Sim	15	13,3
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100

No que se reporta ao cumprimento da legislação dos corrimãos das escadarias é de salientar que existem escadarias com corrimão em 16 edifícios escolares, sendo que em 93,8% das escadas, os corrimãos são contínuos ao longo dos vários lanços da escada, e em igual percentagem estes prolongam-se no topo da escada pelo menos 0,3m para além do último degrau do lanço, baixando ligeiramente a percentagem para 62,5% no prolongamento do corrimão na base da escada para além do primeiro degrau e 68,8% da altura dos corrimãos está compreendida entre 0,85m-0,9m.

Tabela 15- – Descrição da categoria “patamares das escadarias interiores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Largura	Sim	16	14,2
	Não	47	41,6
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Profundidade dos patamares superiores e inferiores	Sim	16	14,2
	Não	47	41,6
	Não aplicável/ Não existe	50	44,2
	Total	113	100
Profundidade dos patamares intermédios	Sim	8	7,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100

A largura das escadas é superior a 1,2m em 14,2% dos edifícios, em igual percentagem temos os patamares superiores e inferiores das escadarias dos edifícios que possuem uma

profundidade medida no sentido do movimento superior a 1,20m, no entanto, face aos patamares intermédios baixa para 7,1% (Tabela 15).

Tabela 16- Descrição da categoria “ascensores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Inclinação dos patamares diante das portas	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Desobstrução dos patamares diante das portas	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Dimensões	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Precisão de paragem	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Espaço entre o patamar e o piso da cabine	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Altura da barra de apoio	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Movimento das portas	Sim	7	6,2
	Não	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Largura das portas	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Imobilização das portas	Sim	7	6,2
	Não	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Altura dos dispositivos de comando	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Sinais visuais do comando	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Botão de alarme e de paragem de emergência	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100

Na tabela 16 salienta-se que em todas as dimensões desta categoria surge o valor percentual mínimo de 89,4% no indicador “não existe/não aplicável” devido ao facto de existirem apenas 12 edifícios escolares com ascensor. Realça-se que, em todos os edifícios com ascensores, se cumpre a legislação face às dimensões “Inclinação dos patamares diante das portas” “Desobstrução dos patamares diante das portas” “Dimensões” “Precisão de paragem” “Espaço entre o patamar e o piso da cabine” “Altura da barra de apoio” “Largura das portas” “Altura dos dispositivos de comando” e “Sinais visuais do comando”.

Tabela 17 – Descrição da categoria “plataformas elevatórias” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Dimensões	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Precisão de paragem	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Zona livre de entrada/saída	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Portas ou barras de proteção	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Anteparos	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100
Rebatíveis caso instaladas sobre escadas	Sim	1	0,9
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100
Comando de controlo visíveis	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	110	97,3
	Total	113	100

Em todos dos edifícios avaliados apenas 3 possuíam plataforma elevatória cumprindo assim a legislação em todas as dimensões desta dimensão (Tabela 17).

Tabela 18– Descrição da categoria “balcões e guichés de atendimento” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Zona livre de aproximação frontal ou lateral	Sim	16	14,2
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Percurso acessível até à zona livre	Sim	16	14,2
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Zona livre de aproximação caso se encontre num recanto	Sim	3	2,7
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	109	96,5
	Total	113	100
Extensão e altura	Sim	13	11,5
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100

Relativamente ao cumprimento da legislação dos balcões e guichés de atendimento realça-se que 85,8% das edificações escolares não apresentam balcões e guichés. Posto isto, os 14,2% dos edifícios cumprem a legislação face à dimensão da zona livre de aproximação frontal ou lateral e apresentam o percurso acessível até à zona livre. No caso da extensão e altura o valor baixa para 11,5% (Tabela 18).

Tabela 19- Descrição da categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Largura dos corredores	Sim	76	67,3
	Não	37	32,7
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Sala de cada tipo acessível	Sim	25	22,1
	Não	28	24,8
	Não aplicável/ Não existe	60	53,1
	Total	113	100

A maioria dos edifícios escolares, 67,3%, apresentam largura dos corredores igual ou superior a 1,8m, no entanto, das 53 edificações com mais de um piso, apenas 47,2% possuem uma sala de cada tipo acessível.

Tabela 20– Descrição da categoria “zonas de permanência” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Dimensões	Sim	107	94,7
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Desobstrução da zona livre	Sim	108	95,6
	Não	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100
Zona livre caso se encontre num recanto	Sim	53	46,9
	Não	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	55	48,7
	Total	113	100

94,7% dos edifícios cumprem a legislação nas dimensões das zonas de permanência de pessoas em cadeiras de rodas e 95,6% na desobstrução da zona livre.

3.2 Ambiente de acessibilidade externa

Considera-se “acessibilidade no ambiente externo” dos espaços públicos toda a área a partir da zona considerada espaço escolar.

Tabela 21- Descrição da categoria “átrios” da variável: acessibilidade no exterior dos edifícios escolares.

Dimensão	Indicador	N	%
Zona de manobra de rotação de 360º no interior.	Não acessível.	2	1,8
	Acessível só com ajuda.	3	2,7
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	108	95,6
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

Do lado exterior às portas de acesso aos edifícios e estabelecimentos, 95,6% dos edifícios escolares apresenta acessibilidade sem dificuldade para inscrever uma zona de manobra para rotação de 360 º.

Tabela 22- Descrição da categoria “inclinação, plataforma, largura e características das rampas exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Inclinação de 6%	Sim	8	7,1
	Não	12	10,6
	Não aplicável/ Não existe	93	82,3
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Inclinação de 8%	Sim	2	1,8
	Não	34	30,1
	Não aplicável/ Não existe	77	68,1
	Total	113	100
Plataforma horizontal com projeção horizontal	Sim	4	3,5
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	103	91,2
	Total	113	100
Plataforma horizontal de descanso	Sim	5	4,4
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	107	94,7
	Total	113	100
Plataforma horizontal - características	Sim	40	35,4
	Não	17	15,0
	Não aplicável/ Não existe	56	49,6
	Total	113	100
Largura	Sim	48	42,4
	Não	9	8,0
	Não aplicável/ Não existe	56	49,6
	Total	113	100
Características das rampas	Sim	1	0,8
	Não	56	49,6
	Não aplicável/ Não existe	56	49,6
	Total	113	100

Relativamente à tabela 22, salienta-se que, em primeiro lugar, a maioria das rampas exteriores não cumprem a legislação face à inclinação de 6% e 8% e, como 57 edifícios escolares possuem rampas exteriores, isto significa que os 42,4% de rampas que possuem largura superior a 1,2m correspondem na realidade a 84,2% cumprindo-se, assim, a legislação.

Relativamente às plataformas horizontais, 35,4% das mesmas possuem uma largura igual à da rampa e têm um comprimento superior a 1,5m, cumprindo a legislação. No espectro oposto, ou seja, não cumprindo a legislação, 49,6% das rampas dos edifícios, a nível do revestimento de piso, no início e fim, não possuem faixas com diferenciação de textura e cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente.

Nos 57 edifícios escolares que possuem rampas exteriores foram analisadas 176 rampas, no entanto só explanamos a rampa mais prevalente em cada edifício.

Tabela 23 – Descrição da categoria “corrimãos das rampas exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Corrimão em ambos os lados	Sim	2	1,8
	Não	17	15,0
	Não aplicável/ Não existe	94	83,2
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Corrimão central	Sim	0	0,0
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	109	96,5
	Total	113	100
Prolongamento do corrimão	Sim	0	0,0
	Não	8	7,1
	Não aplicável/ Não existe	105	92,9
	Total	113	100
Altura do corrimão simples	Sim	1	0,9
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100
Altura do corrimão duplo	Sim	0	0,0
	Não	9	8,0
	Não aplicável/ Não existe	104	92,0
	Total	113	100

Relativamente ao cumprimento da legislação dos corrimãos das rampas exteriores, constata-se que as maiores percentagens correspondem ao indicador “não aplicável/não existe”, uma vez que 56 dos edifícios não possuem esta estrutura e, dos edifícios escolares com rampas, apenas 8 possuem rampas com corrimão.

Tabela 24- Descrição da categoria “degraus das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Degraus isolados	Sim	3	2,7
	Não	37	32,7
	Não aplicável/ Não existe	73	64,6
	Total	113	100
Profundidade	Sim	73	64,6
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100
Altura	Sim	73	64,6
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100
Aresta do focinho boleada	Sim	13	11,5
	Não	64	56,6
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100
Faixas antiderrapantes	Sim	1	0,9
	Não	76	67,2
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100
Dimensões de profundidade e altura constantes	Sim	27	23,9
	Não	27	23,9
	Não aplicável/ Não existe	59	52,2
	Total	113	100
Ausência de elementos salientes	Sim	74	65,5
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100

Dimensão	Indicador	N	%
Ausência de extremidades projetadas perigosas	Sim	74	65,5
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	36	31,9
	Total	113	100

Da tabela 24 importa realçar que relativamente ao cumprimento da legislação dos degraus das escadarias, 64,6% dos edifícios apresentam profundidade não inferior a 0,28m e, em igual percentagem, altura não superior a 0,18m. Salienta-se que em quase todas as escolas que existem escadarias, 65,5% destas não possuem elementos salientes nem arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas.

Nos 77 edifícios escolares que possuem escadarias exteriores foram analisadas 190 escadarias, no entanto só explanamos a escadaria mais prevalente em cada edifício.

Tabela 25- Descrição da categoria “corrimão das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Corrimãos em ambos os lados	Sim	3	2,7
	Não	30	26,5
	Não aplicável/ Não existe	80	70,8
	Total	113	100
Altura dos corrimãos	Sim	8	7,1
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	102	90,3
	Total	113	100
Prolongamento dos corrimãos no topo	Sim	0	0,0
	Não	11	9,7
	Não aplicável/ Não existe	102	90,3
	Total	113	100
Prolongamento dos corrimãos na base	Sim	0	0,0
	Não	11	9,7
	Não aplicável/ Não existe	102	90,3
	Total	113	100
Continuidade dos corrimãos	Sim	9	8,0
	Não	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	102	90,3
	Total	113	100

No que se reporta ao cumprimento da legislação dos corrimãos das escadarias exteriores, nota-se que a maioria dos edifícios não possuem escadarias com corrimão, constatando-se, portanto, maiores percentagens no indicador “não aplicável/não existe”.

Tabela 26- Descrição da categoria “patamares das escadarias exteriores” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Largura	Sim	32	28,3
	Não	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	76	67,3
	Total	113	100
Profundidade dos patamares superiores e inferiores	Sim	34	30,1
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	67,3	67,3
	Total	113	100
Profundidade dos patamares intermédios	Sim	14	12,4
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	99	87,6
	Total	113	100

A largura das escadas é superior a 1,2m em 28,3% dos edifícios, subindo a percentagem para 30,1% nos patamares superiores e inferiores das escadarias dos edifícios que possuem uma profundidade medida no sentido do movimento superior a 1,20m.

Tabela 27- Descrição da categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação” da variável: cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares

Dimensão	Indicador	N	%
Passagens exteriores cobertas	Sim	74	65,5
	Não	39	34,5
	Não aplicável/ Não existe	0	0,0
	Total	113	100

As passagens exteriores são cobertas em 65,5% das instalações escolares, cumprindo assim a legislação em vigor.

3.3 Ambiente acessível para atividade física

O estímulo à realização de atividades físicas no ambiente escolar mostra ser muito importante, quer para as crianças ditas saudáveis, quer para as que tem mobilidade reduzida. É fundamental que a prática da atividade física se desenvolva de forma regular para contribuir para uma boa saúde, o bom funcionamento do organismo e bem-estar ao longo da vida. A escola tem um papel importante para promover a longo prazo a prática de atividade física regular e adequada, pelo que será de esperar que, de acordo com a sua idade

e condição física, todas as crianças façam atividade física, pelo que foram avaliados todos os balneários e ginásios presentes em meio escolar.

Tabela 28- Descrição da categoria “banco” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas

Dimensão	Indicador	N	%
Transferência para o banco	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	12	10,6
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Desobstrução da zona livre	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	12	10,6
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Zona livre se situada num recanto	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	1	,9
	Acessível sem dificuldade.	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	108	95,6
	Total	113	100

Tendo em conta que existem doze edifícios desportivos, salienta-se que em todos eles o banco é acessível sem dificuldade (Tabela 28).

Tabela 29- Descrição da categoria “vestiário” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas

Dimensão	Indicador	N	%
Cabides fixos e cacifos	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	7	6,2
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	5	4,4
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Percurso acessível	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	1	,9
	Acessível sem dificuldade.	9	8,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100

Na tabela 29 que descreve a categoria “vestiários”, constata-se que 6,2% (note-se que só existem 12 instalações desportivas), que correspondem na realidade a 58,3% das instalações desportivas, apresentam cabides e cacifos acessíveis só com ajuda no que reporta ao alcance por parte de uma pessoa em cadeira de rodas, no entanto, face ao percurso até lá 75%, 9 edificações, apresentam-no acessível sem dificuldade.

Tabela 30- Descrição da categoria “vestiários e cabinas de prova” da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas nas escolas

Dimensão	Indicador	N	%
Rotação de 180º no espaço interior	Sim	8	7,1
	Não	3	2,7
	Não aplicável/ Não existe	102	90,2
	Total	113	100
Largura do vão	Sim	1	,9
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100

Tendo em conta que são doze os edifícios desportivos, podemos afirmar 66,6%, isto é, em oito instalações desportivas os vestiários e cabinas de prova cumprem com a legislação relativamente à manobra de 180º no espaço interior dos mesmos e que apenas um dos recintos desportivos a entrada/saída se faz por um vão encerrado por uma cortina, segundo a norma legislativa (Tabela 30).

Tabela 31- Descrição da categoria “banco” da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas nas escolas

Dimensão	Indicador	N	%
Fixação	Sim	4	3,5
	Não	8	7,1
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Dimensão	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Altura	Sim	8	7,1
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Resistência mecânica	Sim	12	10,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Antiderrapante	Sim	11	9,7
	Não	1	,9
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100
Uso de espelho	Sim	6	5,3
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	101	89,4
	Total	113	100

Nas doze instalações desportivas verifica-se que em relação à categoria do banco presente o mesmo, cumpre a legislação face à dimensão e resistência. Baixando ligeiramente na percentagem para 91,6%, que na tabela corresponde a 9,7% na dimensão do banco possuir

uma forma que impeça a acumulação de água sobre o banco e a superfície ser antiderrapante.

Descrição da categoria “lugares para pessoas em cadeira de rodas” da variável: cumprimento da legislação nos recintos e instalações desportivas nas escolas

Em nenhum dos edifícios avaliados existiam lugares reservados para pessoas em cadeira de rodas apresentando o indicador “não aplicável /não existe” em todas as dimensões desta categoria: *Número de lugares especialmente destinados; Distribuição; Características do piso; Condições; Dimensão; Margem livre; Distância do lugar do lado; Desobstrução; Acompanhante e Exceções para edifícios em alterações.*

3.4 Respostas para o uso do sanitário e higienização das crianças no meio escolar

Neste subcapítulo considera-se como respostas para o uso do sanitário e higienização das crianças, as instalações sanitárias adaptadas presentes nos edifícios escolares, tanto para a vertente de aula teórica, salas de aula, bem como para as aulas de componente desportiva.

Tabela 32 - Descrição da categoria “mecanismos operáveis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Alcance	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	1	,9
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	59	52,2
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

O alcance frontal ou lateral de uma pessoa em cadeira de rodas dos mecanismos e controlos operáveis das instalações sanitárias é, em 52,2% dos edifícios, acessível sem dificuldade. Como as instalações sanitárias existem em sessenta edifícios esta percentagem corresponde na realidade a 98,3%.

Tabela 33- Descrição da categoria “urinóis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Zona de permanência	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100
Zona de aproximação frontal/lateral	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100
Zona livre caso situado num recanto	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	0	0,0
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	113	100,0
	Total	113	100

Na tabela 33, na descrição da categoria urinóis, salienta-se que só existiam urinóis nas instalações sanitárias de dois edifícios e relativamente à zona de permanência e zona de aproximação frontal/lateral estes eram acessíveis sem dificuldade.

Tabela 34- Descrição da categoria “lavatórios” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Zona de permanência	Não acessível.	2	1,8
	Acessível só com ajuda.	1	,9
	Acessível com dificuldade.	4	3,5
	Acessível sem dificuldade.	53	46,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Zona de aproximação frontal/lateral	Não acessível.	2	1,8
	Acessível só com ajuda.	1	,9
	Acessível com dificuldade.	4	3,5
	Acessível sem dificuldade.	53	46,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Zona livre caso situado num recanto	Não acessível.	1	,9
	Acessível só com ajuda.	1	,9
	Acessível com dificuldade.	1	,9
	Acessível sem dificuldade.	110	97,3
	Não aplicável/ Não existe	1	,9
	Total	113	100

Realçamos o facto de que existem sessenta edifícios com instalação sanitária sendo que por isso os 46,9% correspondem na realidade a 88,3% que apresentam lavatórios acessíveis sem dificuldade no que tem a ver com a zona de permanência e a zona de aproximação frontal/lateral (Tabela 34).

Tabela 35- Descrição da categoria “percursos” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Desde o exterior	Não acessível.	12	10,6
	Acessível só com ajuda.	10	8,8
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	38	33,6
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Desde o interior	Não acessível.	5	4,4
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	1	,9
	Acessível sem dificuldade.	49	43,4
	Não aplicável/ Não existe	56	49,6
	Total	113	100

O percurso desde o exterior até às instalações sanitárias é acessível sem dificuldade em 33,6% dos edifícios e acessível só com ajuda em 8,8%. Tendo em conta o explicitado anteriormente, o número de edifícios corresponde a 63,3% e 16,6%, respetivamente. Quanto ao percurso desde o interior até às instalações sanitárias, como em três edifícios o acesso às instalações sanitárias era direto no exterior, não foram contabilizadas para esta dimensão, concluindo-se que é acessível sem dificuldade em 43,4%, correspondendo na realidade a 86% das infraestruturas sanitárias (Tabela 35).

Tabela 36- Descrição da categoria “utilização” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Transferência da cadeira para a sanita	Não acessível.	1	,9
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	22	19,5
	Acessível sem dificuldade.	35	31,0
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Utilização do controlo de descarga	Não acessível.	0	0,0
	Acessível só com ajuda.	2	1,8
	Acessível com dificuldade.	0	0,0
	Acessível sem dificuldade.	58	51,3
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Utilização do lavatório	Não acessível.	1	,9
	Acessível só com ajuda.	12	10,6
	Acessível com dificuldade.	16	14,2
	Acessível sem dificuldade.	31	27,4
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

Na tabela 36 realça-se o facto de que em cinquenta oito dos sessenta edifícios com instalação sanitária, a utilização do controlo de descarga é acessível sem dificuldade, o que representa

96,6%, os 31% de acessibilidade de sem dificuldade na transferência da cadeira para a sanita consistem em 58,3% tendo em conta do número de edifícios com instalações sanitária e na utilização do lavatório esse valor desce para 51,6%.

Tabela 37- Descrição da categoria “instalação sanitária específica” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Instalação sanitária específica	Sim	52	46,0
	Não	8	7,1
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

Na tabela acima descrita valida-se que 46% dos edifícios escolares apresentam instalações sanitárias específicas para pessoas com mobilidade reduzida. Tendo em conta que só em sessenta edificações escolares apresentam instalações sanitárias este valor traduz-se para uma percentagem real de 86,7%.

Tabela 38- Descrição da categoria “sanitas” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Altura	Sim	22	19,5
	Não	38	33,6
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Zona de permanência	Sim	43	38,1
	Não	17	15,0
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Zona livre quando existe mais do que uma sanita	Sim	1	0,9
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100
Zona livre quando previsível uso frequente por pessoa em cadeira de rodas	Sim	0	0,0
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	112	99,1
	Total	113	100

Relativamente ao cumprimento da legislação das sanitas salienta-se que em 38,1% dos edifícios, que na realidade correspondem a 71,7% face ao número de edificações com instalações sanitárias, existe uma zona de permanência de pessoa em cadeira de rodas com dimensões de 1,20m a 0,75m e em 36,6% dos edifícios, representado na tabela pelos 19,5%, a altura do piso ao bordo superior do assento da sanita é de 0,45 m (Tabela 38).

Tabela 39- Descrição da categoria “barras de apoio” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Diâmetro	Sim	59	52,2
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Espaço livre quando colocadas junto à parede	Sim	50	44,2
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	63	55,8
	Total	113	100
Espaço livre quando colocadas num plano recuado	Sim	0	0,0
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	113	100
	Total	113	100
Ausência de características perigosas	Sim	60	53,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Segurança	Sim	60	53,1
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Resistência mecânica	Sim	56	49,6
	Não	4	3,5
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

Importa realçar que em 52,2% dos edifícios, as barras de apoio apresentam diâmetro adequado e 49,6% resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis. Relativamente ao cumprimento da segurança e ao facto de não conterem extremidades perigosas esse valor sobre para 53,1% (Tabela 39).

Tabela 40- Descrição da categoria “controlos e mecanismos operáveis” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Meio de ativação	Sim	59	52,2
	Não	1	,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Ativação das torneiras	Sim	50	44,2
	Não	10	8,8
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Controlo de escoamento	Sim	58	51,3
	Não	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

Face ao cumprimento da legislação dos controlos e mecanismos operáveis destaca-se que em 52,2% dos edifícios são possíveis de acionar por uma mão fechada e não requerem uma

preensão firme nem rodar o pulso, em 44,2% as torneiras são acionadas por alavanca e em 51,3% dos escoamentos também são do tipo alavanca (Tabela 40).

Tabela 41- Descrição da categoria “urinóis” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Altura	Sim	2	1,8
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100
Altura do botão de escoamento	Sim	2	1,8
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100
Altura das barras	Sim	0	0,0
	Não	2	1,8
	Não aplicável/ Não existe	111	98,2
	Total	113	100

Das instalações sanitárias dos edifícios apenas dois deles apresentavam urinóis na sua constituição que, por sua vez, cumprem com a altura, com a altura do botão de escoamento legislada, mas os mesmos não apresentavam barras verticais de apoio (Tabela 41).

Tabela 42- Descrição da categoria “lavatórios” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Altura	Sim	36	31,9
	Não	24	21,2
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Zona livre sob o lavatório	Sim	42	37,2
	Não	18	15,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100
Segurança sob os lavatórios	Sim	59	52,2
	Não	1	0,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

Na tabela 42 denota-se que, quanto ao cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias, em 31,9% dos edifícios os lavatórios estão à altura estipulada, em 37,2% existe zona livre sob o lavatório adequada e 52,2% não apresentam superfícies perigosas sob os lavatórios.

Tabela 43- Descrição da categoria “espelhos” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Altura da base inferior caso sejam fixos	Sim	27	23,9
	Não	11	9,7
	Não aplicável/ Não existe	75	66,4
	Total	113	100
Altura da base inferior caso sejam de inclinação regulável	Sim	15	13,3
	Não	1	,9
	Não aplicável/ Não existe	97	85,8
	Total	113	100
Altura do bordo superior	Sim	36	31,9
	Não	18	15,9
	Não aplicável/ Não existe	59	52,2
	Total	113	100

Fica em evidência que em 31,9% dos edifícios os espelhos das instalações sanitárias apresentam o bordo superior a altura adequada, no entanto, relativamente à altura do bordo inferior, se forem fixos, temos uma diminuição para 23,9% e, à altura do bordo inferior se forem de inclinação regulável, um decréscimo para 13,3% (Tabela 43).

Tabela 44– Descrição da categoria “equipamentos de alarme” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Ligação ao exterior	Sim	21	18,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	92	81,4
	Total	113	100
Alerta luminoso e sonoro	Sim	21	18,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	92	81,4
	Total	113	100
Autoiluminação	Sim	21	18,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	92	81,4
	Total	113	100
Características dos terminais do sistema	Sim	21	18,6
	Não	0	0,0
	Não aplicável/ Não existe	92	81,4
	Total	113	100
Altura dos terminais do sistema	Sim	15	13,3
	Não	6	5,3
	Não aplicável/ Não existe	92	81,4
	Total	113	100

Dos sessenta edifícios com instalações sanitárias, apenas vinte e um apresentam equipamento de alarme, o que se reflete na percentagem de 18,6% que surge ao longo de todas as dimensões. No entanto, os edifícios que apresentam esta estrutura, cumprem com todas as condições à exceção da altura dos terminais do sistema, que não está adequado em seis edifícios (Tabela 44).

Tabela 45 – Descrição da categoria “porta de acesso” da variável: cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias

Dimensão	Indicador	N	%
Características da porta de acesso	Sim	42	37,2
	Não	18	15,9
	Não aplicável/ Não existe	53	46,9
	Total	113	100

No que diz respeito às características das portas de acesso às instalações sanitárias, 37,2% dos edifícios apresentam esta estrutura de correr ou de batente abrindo para fora conforme a legislação (Tabela 45).

3.5 Acessibilidades entre os diferentes ciclos educativos

Para compreender se há relação de dependência entre as variáveis procedeu-se a análise inferencial, com recurso ao teste de Qui-quadrado, dado que as variáveis são nominais. Este teste varia de 0 a 1, quando o valor é inferior a 0,05 significa que existe relação de dependência entre as variáveis.

Nos quadros seguintes apresenta-se a relação entre as dimensões das variáveis e as diferentes categorizações dos edifícios consoante o ciclo educacional.

Não foram analisadas variáveis nas quais se possuíam percentagens de acessibilidade e cumprimento de legislação superiores a 90%, salvo raras exceções.

3.5.1 Ambiente de Acessibilidade interna

O “Ambiente de Acessibilidade interna” corresponde ao interior de todos os edifícios escolares.

Tabela 46- Relação entre a categoria “percurso até às instalações sanitárias” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	19	24,4	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Acessível com dificuldade.	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	53	67,9	24	88,9	8	100,0
Não aplicável/ Não existe	4	5,1	3	11,1	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Verifica-se que no percurso até às instalações sanitárias não existe relação de dependência com a categorização do edifício consoante o ciclo educativo ($p=0,112$). Salienta-se que todos os edifícios pertencentes às Escolas Secundárias têm percursos acessíveis sem dificuldade até às instalações sanitárias, diminuído ligeiramente a percentagem, 88,9%, nas escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo e 67,9% nas escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 47- Relação entre a categoria “percurso até à porta de entrada” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	36	46,2	18	66,7	4	50,0
Acessível só com ajuda.	13	16,7	5	18,5	1	12,5
Acessível com dificuldade.	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	28	35,9	4	14,8	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Valida-se que não existe relação de dependência entre a acessibilidade aos percursos até à porta de entrada e a tipologia de edificado de acordo com o ciclo educativo ($p=0,515$). Nas Escolas Secundárias, em 37,5% dos edifícios os percursos até às portas de entrada são acessíveis sem dificuldade, em 35,9% nas Escolas de Primeiro Ciclos e Jardim de Infância e em 14,8% nas Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 48- Relação entre a categoria “percurso até às zonas de serviço” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	22	28,2	5	18,5	1	12,5
Acessível só com ajuda.	2	2,6	2	7,4	0	0,0
Acessível com dificuldade.	2	2,6	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	52	66,7	20	74,1	7	87,5
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Relativamente à relação entre a acessibilidade do percurso até às zonas de serviço e o ciclo educativo averigua-se que não existe dependência ($p=0,629$). Nas Escolas Secundárias, 87,5% dos percursos são acessíveis sem dificuldade, 74,1% nas Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo e nas Escolas de Primeiro Ciclos e Jardim de Infância é de 66,7%.

Tabela 49- Relação entre a categoria “percurso até balcão e guichés de atendimento” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	5	6,4	6	22,2	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	73	93,6	20	74,1	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Valida-se a existência de dependência ($p=0,011$) entre o percurso até ao balcão e guiché de atendimento e a categoria de edifício por ciclo educativo. Sendo o percurso até ao balcão e guiché de atendimento acessível sem dificuldade em todos os edifícios pertencentes às Escolas Secundárias, de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e em 22,2 % dos edifícios das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro ciclos.

Tabela 50- Relação entre a categoria “percurso até ao balneário” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	5	18,5	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	2	7,4	1	12,5
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	0	0,0	2	7,4	2	37,5
Não aplicável/ Não existe	78	100	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Verifica-se que existe relação de dependência ($p=0,00$) entre o percurso até ao balneário e a categorização dos edifícios por ciclo educativo. Sendo acessível sem dificuldade em 37,5% dos edifícios das Escolas Secundárias e 7,4% nas Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos. Não existem balneários nas Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 51- Relação entre a categoria da categoria “alcance por Aproximação frontal” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	1	1,3	6	22,2	1	12,5
Acessível com dificuldade.	5	6,4	0	0,0	1	12,5
Acessível sem dificuldade.	72	92,3	21	77,8	6	75,0
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Verifica-se a existência dependência na relação entre o alcance por aproximação frontal e o ciclo educativo ($p=0,03$). O alcance por aproximação frontal é acessível em 92,3% dos edifícios das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, de 77,8% no edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e por último de 75% das Escolas Secundárias.

Tabela 52- Relação entre a categoria da categoria “alcance por Aproximação lateral” da variável: acessibilidade no interior dos edifícios escolares e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	5	18,5	2	25,0
Acessível com dificuldade.	1	1,3	1	3,7	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	77	98,7	21	77,8	6	75,0
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre o alcance por aproximação lateral e o ciclo educativo há dependência ($p=0,001$). O alcance por aproximação frontal é acessível em 98,7% dos edifícios das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, de 77,8% no edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro ciclos e por último de 75% das Escolas Secundárias.

Tabela 53- Relação entre a categoria “patamares, galerias e corredores – presença de obstáculos” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	56	71,8	24	88,9	8	100,0
Não	22	28,2	3	11,1	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Não existe relação de dependência ($p=0,054$) entre a presença de obstáculos e o ciclo educativo. Não existem obstáculos nos patamares, galerias e corredores em todos os edifícios das Escolas Secundárias (100%), em 88,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 71,8% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, cumprindo-se assim a legislação.

Tabela 54- Relação entre a categoria “inclinação 6% das rampas interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	0	0,0	1	12,5
Não	0	0,0	3	11,1	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	78	100	24	89,9	7	87,5
Total	78	100	27	100	8	100

Entre a inclinação 6% das rampas interiores e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,00$). Cumpre-se a legislação face inclinação 6% das rampas interiores em 12,5% das Escolas Secundárias.

Tabela 55- Relação entre a categoria “inclinação 8% das rampas interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Não	4	5,1	2	7,4	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	73	93,6	25	92,6	8	100,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre inclinação 8% das rampas interiores e o ciclo educativo existe dependência ($p=0,888$). Cumpre-se a legislação face inclinação 8% das rampas interiores em 2,6% de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 56- Relação entre a categoria “degraus isolados das escadarias interiores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	4	14,8	7	87,5
Não	3	3,8	0	0,0	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	75	96,2	23	85,2	1	12,5
Total	78	100	27	100	8	100

Entre a categoria “degraus isolados das escadarias interiores” e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,000$). Os degraus isolados das escadarias interiores apresentam as características estipuladas na legislação em 87,5% dos edifícios das Escolas Secundárias e em 14,8% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 57- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – largura dos corredores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	46	59,0	22	81,5	8	100,0
Não	32	41,0	5	18,5	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Existe relação de dependência ($p=0,012$) entre a largura dos corredores dos edifícios escolares e o ciclo educativo. 100% dos edifícios das Escolas Secundárias, 81,5% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e 59% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância cumprem a legislação, ou seja, os corredores têm largura superior ou igual a 1,8m.

Tabela 58- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – Sala de cada tipo acessível” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	12	15,4	7	25,9	6	75,0
Não	14	17,9	12	44,4	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	52	66,7	8	29,6	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre sala de cada tipo acessível e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,000$). Os edifícios escolares possuem uma sala de cada tipo em 75% dos edifícios das Escolas Secundárias, 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 15,4% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

3.5.2 Ambiente de Acessibilidade externa

Considera-se “acessibilidade no ambiente externo” dos espaços escolares toda a área a partir da zona considerada espaço escolar.

Tabela 59 - Relação entre a categoria “inclinação 6% das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	7	9,0	0	0,0	1	12,5
Não	9	11,5	3	11,1	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	62	79,5	24	89,9	7	87,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre inclinação 6% das rampas exteriores e o ciclo educativo não existe relação de dependência ($p=0,434$). Cumpre-se a legislação face inclinação 6% das rampas exteriores em 12,5% das Escolas Secundárias e 9% do edificado de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 60- Relação entre a categoria “inclinação 8% das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	2	2,6	0	0,0	0	0,0
Não	12	15,4	18	66,7	4	50,0
Não aplicável/ Não existe	64	82,0	9	33,3	4	50,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre inclinação 8% das rampas exteriores e o ciclo educativo existe dependência ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação face inclinação 8% das rampas exteriores em 2,6% de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 61- Relação entre a categoria “Plataforma horizontal com projeção horizontal nas rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	3	3,8	1	3,7	0	0,0
Não	1	1,3	5	18,5	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	74	94,9	21	77,8	8	100,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre a plataforma horizontal com projeção horizontal nas rampas exteriores e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,013$). Cumpre-se a legislação face à plataforma horizontal com projeção horizontal nas rampas exteriores em 3,8% das escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 3,7% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 62- Relação entre a categoria “Plataforma horizontal – características das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	28	35,9	8	29,6	4	50,0
Não	4	5,1	12	44,4	1	12,5
Não aplicável/ Não existe	46	59,0	7	25,9	3	37,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre Plataforma horizontal – características das rampas exteriores e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,000$). A legislação é aplicada em 50% dos

edifícios das Escolas Secundárias, em 35,9% de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e em 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 63- Relação entre a categoria “largura das rampas exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	27	34,6	18	66,7	3	37,5
Não	5	6,4	2	7,4	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	46	59,0	7	25,9	3	37,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre largura das rampas exteriores e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,013$). A largura das rampas exteriores corresponde ao predito pela lei em 66,7% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, em 37,5% das Escolas Secundárias e 34,6% de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 64- Relação entre a categoria “degraus isolados das escadarias exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	2	7,4	1	12,5
Não	17	21,8	13	48,1	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	61	78,2	12	44,4	7	87,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre degraus isolados das escadarias exteriores e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,001$). Os degraus isolados das escadarias exteriores apresentam as características estipuladas na legislação em 12,5% dos edifícios das Escolas Secundárias e em 7,4% edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 65- Relação entre a categoria “dimensões de profundidade e altura constantes dos degraus das escadarias exteriores” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	20	25,6	6	22,2	1	12,5
Não	17	21,8	10	37,0	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	41	52,6	11	40,7	7	87,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre as dimensões de profundidade e altura constantes dos degraus das escadarias exteriores e o ciclo educativo não existe relação de dependência ($p=0,127$). Cumprem a legislação 25,6% das escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 22,2% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e 12,5% dos edifícios das Escolas Secundárias.

Tabela 66- Relação entre a categoria “Edifícios e instalações escolares e de formação – passagens exteriores cobertas” da variável “cumprimento da legislação nos interiores dos edifícios escolares” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	59	75,6	8	29,6	7	87,5
Não	17	21,8	19	70,4	1	12,5
Não aplicável/ Não existe	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre as passagens exteriores cobertas e o ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,00$). 87,5% dos edifícios das Escolas Secundárias, 75,6% das escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos cumprem a legislação sobre a obrigatoriedade da existência de passagens exteriores cobertas entre edifícios escolares.

3.5.3 Acessibilidade nos Recintos e Instalações Desportivas nas Escolas

Considera-se como recintos e instalações desportivas nas escolas todos os balneários e ginásios presentes em meio escolar.

Tabela 67- Relação entre a categoria “vestiário – cabides fixos e cacifos” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	2	7,4	1	12,5
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	0	0,0	7	25,9	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre o alcance por aproximação lateral e o ciclo educativo há dependência ($p=0,000$). Os cabides fixos e cacifos são acessíveis sem dificuldade em 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e de 25% das Escolas Secundárias. Salienta-se a inexistência de balneários nas escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 68- Relação entre a categoria “vestiário – percurso acessível” da variável: acessibilidade nos recintos e instalações desportivas nas escolas e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	2	7,4	0	0,0
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	1	12,5
Acessível sem dificuldade.	0	0,0	7	25,9	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre o alcance por aproximação lateral e o ciclo educativo ($p=0,000$). Os cabides fixos e cacifos são acessíveis sem dificuldade em 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e de 25% das Escolas Secundárias. Reitera-se a inexistência de balneários nas Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 69- Relação entre a categoria “vestiários e cabinas de prova – Rotação de 180º no espaço interior” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	5	18,5	3	37,5

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não	0	0,0	4	14,8	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre rotação de 180º no espaço interior dos vestiários e cabinas de prova e o ciclo educativo ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação face à rotação de 180º no espaço interior dos vestiários em 37,5% das Escolas Secundárias e 18,5% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 70- Relação entre a categoria “banco- fixação” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	4	14,8	0	0,0
Não	0	0,0	5	18,5	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre a categoria “banco – fixação” e o ciclo educativo ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação em 14,8% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 71- Relação entre a categoria “banco - altura” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	5	18,5	3	37,5
Não	0	0,0	4	14,8	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre categoria “banco - altura” e o ciclo educativo ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação face à categoria “banco - altura” em 37,5% das Escolas Secundárias e 18,5% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 72- Relação entre a categoria “banco - antiderrapante” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	8	29,6	3	37,5
Não	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	18	66,7	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre categoria “banco - antiderrapante e o ciclo educativo ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação face à categoria “banco - antiderrapante” em 37,5% das Escolas Secundárias e 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 73- Relação entre a categoria “banco – uso de espelho” da variável “cumprimento da legislação no interior nos recintos e instalações desportivas nas escolas” e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	0	0,0	4	14,8	2	25,0
Não	0	0,0	3	11,1	1	12,5
Não aplicável/ Não existe	78	100,0	20	74,1	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe dependência na relação entre categoria “banco – uso de espelho” e o ciclo educativo ($p=0,000$). Cumpre-se a legislação face à categoria “banco – uso de espelho” em 25,0% das Escolas Secundárias e 14,8% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

3.5.4 Acessibilidade das Instalações Sanitárias

Como explicitado anteriormente considera-se como respostas para o uso do sanitário e higienização das crianças, as instalações sanitárias adaptadas presentes nos edifícios escolares, tanto para a vertente de aula teórica, salas de aula, bem como para as aulas de componente desportiva.

Tabela 74- Relação entre a categoria “mecanismos operáveis” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	45	98,7	11	40,7	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Na relação entre os mecanismos operáveis e o ciclo educativo não existe dependência ($p=0,211$). Os mecanismos operáveis são acessíveis sem dificuldade em 98,7% dos edifícios das escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 40,7% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e de 37,5% das Escolas Secundárias.

Tabela 75- Relação entre a categoria “lavatórios- Zona de permanência” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	1	1,3	1	3,7	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Acessível com dificuldade.	2	2,6	2	7,4	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	42	53,8	8	29,6	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

As zonas de permanência dos lavatórios e o ciclo educativo não possuem relação de dependência ($p=0,302$). As zonas de permanência são acessíveis sem dificuldade em 53,8% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 37,5% das Escolas Secundárias e 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 76- Relação entre a categoria “lavatórios- Zona de aproximação frontal/lateral” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	1	1,3	1	3,7	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Acessível com dificuldade.	2	2,6	2	7,4	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	42	53,8	8	29,6	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

As zonas de aproximação frontal/lateral dos lavatórios e o ciclo educativo não possuem relação de dependência ($p=0,302$). As zonas de aproximação frontal/lateral são acessíveis sem dificuldade em 53,8% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 37,5% das Escolas Secundárias e 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 77- Relação entre a categoria “percurso desde o exterior” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	5	6,4	6	22,2	1	12,5
Acessível só com ajuda.	7	9,0	3	11,1	0	0,0
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	33	42,3	3	11,1	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

O percurso desde o exterior para acesso às instalações sanitárias e o ciclo educativo possuem relação de dependência ($p=0,046$). O percurso desde o exterior é acessível sem dificuldade em 42,3% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 25,0% das Escolas Secundárias e 11,1% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 78- Relação entre a categoria “percurso desde o interior” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	5	6,4	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	1	1,3	0	0,0	1	12,5
Acessível com dificuldade.	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	35	44,9	12	44,4	2	25,0

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não aplicável/ Não existe	36	46,2	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

O percurso desde o interior para acesso às instalações sanitárias e o ciclo educativo não é passível de relação de dependência ($p=0,279$). O percurso desde o interior é acessível sem dificuldade em 44,9% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 44,4% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 25,0% das Escolas Secundárias.

Tabela 79- Relação entre a categoria “utilização – transferência da cadeira para a sanita” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	1	3,7	0	0,0
Acessível só com ajuda.	0	0,0	2	7,4	0	0,0
Acessível com dificuldade.	15	19,2	6	22,2	1	12,5
Acessível sem dificuldade.	30	38,5	3	11,1	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Existe relação de dependência entre a transferência da cadeira para a sanita e o ciclo educativo ($p=0,042$). A transferência da cadeira para a sanita é acessível sem dificuldade em 38,5% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 25,0% das Escolas Secundárias e em 11,1% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 80- Relação entre a categoria “utilização do controlo de descarga” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	1	1,3	1	3,7	0	0,0
Acessível com dificuldade.	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Acessível sem dificuldade.	44	56,4	11	40,7	3	37,5
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Não existe relação de dependência entre a utilização do controlo de descarga e o ciclo educativo ($p=0,510$). A utilização do controlo de descarga é acessível sem dificuldade em 56,4% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 40,7% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 37,5% das Escolas Secundárias.

Tabela 81- Relação entre a categoria “utilização do lavatório” da variável: acessibilidade no interior das instalações sanitárias e a categorização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Não acessível	1	1,3	0	0,0	0	0,0
Acessível só com ajuda.	6	7,7	6	22,2	0	0,0
Acessível com dificuldade.	12	15,4	3	11,1	1	12,5
Acessível sem dificuldade.	26	33,3	3	11,1	2	25,0
Não aplicável/ Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A utilização do lavatório não tem relação de dependência com o ciclo educativo ($p=0,235$). A utilização do lavatório é acessível sem dificuldade em 33,3% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 25,0% das Escolas Secundárias e em 11,1% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 82- Relação entre a categoria “sanitas - altura” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	20	25,6	0	0,0	2	25,0
Não	25	32,1	12	44,4	1	12,5
Não aplicável/Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Verifica-se a existência de relação de dependência entre a categoria sanitas - altura e o ciclo educativo ($p=0,038$). 25,6% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 37,5% das Escolas Secundárias cumprem a legislação face à altura das sanitas

Tabela 83- Relação entre a categoria “sanitas – zona de permanência” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	33	42,3	7	25,9	3	37,5
Não	11	14,1	5	18,5	0	0,0
Não aplicável/Não existe	34	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Não há relação de dependência entre a categoria sanitas – zona de permanência e o ciclo educativo ($p=0,420$). 42,3% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 37,5% das Escolas Secundárias e 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos cumprem a legislação face às zonas de permanência da categoria das sanitas.

Tabela 84- Relação entre a categoria “controles e mecanismos operáveis – ativação das torneiras” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	42	53,8	5	18,5	3	37,5
Não	3	3,8	7	25,9	0	0,0
Não aplicável/Não existe	34	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “controles e mecanismos operáveis – ativação das torneiras” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo apresentam relação de dependência ($p=0,001$). É obedecida a legislação sobre controles e mecanismos operáveis – ativação das torneiras em 53,8% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 37,5% das Escolas Secundárias e 18,5% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 85- Relação entre a categoria “lavatórios – altura” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	29	37,2	6	22,2	1	12,5
Não	16	20,5	6	22,2	2	25,0
Não aplicável/Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “lavatórios – altura” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo não possuem relação de dependência ($p=0,448$). Cumpre-se a legislação sobre a altura dos lavatórios em 37,2% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 22,2% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 12,5% das Escolas Secundárias.

Tabela 86- Relação entre a categoria “lavatórios – zona livre sob o lavatório” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	29	37,2	10	37,0	3	37,5
Não	16	20,5	2	7,4	0	0,0
Não aplicável/Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “lavatórios – zona livre sob o lavatório” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo não possuem relação de dependência ($p=0,316$). Cumpre-se a legislação sobre a zona livre sob os lavatórios em 37,5% das Escolas Secundárias 37,2% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 37,0% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 87- Relação entre a categoria “espelhos - altura da base inferior caso sejam fixos” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	24	30,8	2	7,4	1	12,5
Não	1	1,3	8	29,6	2	25,0
Não aplicável/Não existe	53	67,9	17	63,0	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “espelhos - altura da base inferior caso sejam fixos” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo existe relação de dependência ($p=0,00$). Verifica-se a aplicação da legislação sobre altura da base inferior caso os espelhos sejam fixos 30,8% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 12,5% das Escolas Secundárias e 7,4% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 88- Relação entre a categoria “espelhos - altura do bordo superior” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	26	33,3	7	25,9	3	37,5
Não	15	19,2	3	11,1	0	0,0
Não aplicável/Não existe	37	47,4	17	63,0	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

Não existe relação de dependência entre a categoria “espelhos - altura do bordo superior” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo ($p=0,443$). A altura do bordo superior dos espelhos preconizada pela legislação é respeitada em 37,5% dos edifícios das Escolas Secundárias, em 33,3% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo Jardim de Infância e em 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

Tabela 89- Relação entre a categoria “equipamentos de alarme - altura dos terminais do sistema” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	13	16,7	0	0,0	2	25,0
Não	5	6,4	1	3,7	0	0,0
Não aplicável/Não existe	60	76,9	26	96,3	6	75,0
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “equipamentos de alarme - altura dos terminais do sistema” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo não têm relação de dependência ($p=0,147$). A legislação sobre altura dos terminais do sistema alarme é respeitada em 25% dos edifícios das Escolas Secundárias e 16,7% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Tabela 90- Relação entre a categoria “porta de acesso” da variável “cumprimento da legislação no interior das instalações sanitárias” e a caracterização dos edifícios por ciclo educativo

Dimensão	Primeiro Ciclo e Jardim de Infância		Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos		Escolas Secundárias	
	N	%	N	%	N	%
Sim	27	34,6	12	44,4	3	37,5
Não	18	23,1	0	0,0	0	0,0
Não aplicável/Não existe	33	42,3	15	55,6	5	62,5
Total	78	100	27	100	8	100

A categoria “porta de acesso” e caracterização dos edifícios por ciclo educativo apresentam relação de dependência ($p=0,044$). A legislação sobre a porta de acesso às instalações sanitárias é cumprida em 37,5% dos edifícios das Escolas Secundárias, em 44,4% do edificado do Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclo e em 34,6% dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

4. CONTRIBUTOS DO CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO/A ENFERMEIRO/A DE REABILITAÇÃO PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

Na investigação quantitativa, os resultados permitem várias formas de interpretação, tornando-se importante refletir sobre os possíveis significados fornecidos pelos números (POLIT, BECK & HUNGLER, 2001). Para Fortin (2009), é necessário comparar e confrontar os resultados obtidos com trabalhos e/ou teorias realizados previamente sobre o tema.

Em Portugal existem 1.595.733 alunos a frequentar o ensino obrigatório, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário (PORDATA,2021). No município em estudo, verificou-se que frequentavam a escola pública 13.766 alunos, sendo que deste número de alunos 0,4% possuíam mobilidade reduzida e 0,05% alterações sensoriais.

Os edifícios escolares deste estudo estão divididos por tipologia, sendo que 69% dos edifícios correspondem ao Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 23,9% a Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e, por último, 7,1% a Escolas Secundárias, o que vai de encontro à Lei de Bases do Sistema Educativo que define todo o sistema de educação, desde a educação pré-escolar (Jardins de Infância) à educação escolar: subdividida em Ensino Básico de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e Ensino Secundário (EURYDICE EUROPEAN COMMISSION, 2021).

Tendo em conta a educação inclusiva, para além da existência destes edifícios, é necessário que não existam barreiras arquitetónicas para o acesso e usufruto dos mesmos por parte das crianças com mobilidade reduzida, uma vez que a mobilidade das pessoas em cadeiras de rodas está muitas vezes condicionada pela presença de obstáculos (Pessegueiro, 2014).

Relativamente aos átrios, 92% dos edifícios possuem zonas de manobra para rotação de 360° no interior do edifício e 95,6% no exterior do edifício. Estes resultados são ligeiramente melhores face aos encontrados em edifícios públicos, nos quais as percentagens correspondiam a 71,4% de acessibilidade sem dificuldade no interior do edifício e de 76,2% no exterior do edifício (Silva, 2019).

No que concerne aos ascensores, é necessário a existência de uma zona de manobra para rotação de 360° no exterior da porta de acesso, de acordo com a legislação de acessibilidades do Decreto-Lei nº163/2006. Valida-se que, neste estudo, apenas 12 edifícios escolares

apresentam este recurso, ou seja, somente 10 edifícios permitem a realização desta manobra sem dificuldade.

Face aos percursos acessíveis sem dificuldade, verifica-se a sua existência nos 12 elevadores, em 75,2% das instalações sanitárias, em 69,9% das zonas de serviço, em 31% das portas de entrada, em 14 dos 15 balcões e guichés de atendimento existentes, até às 3 plataformas elevatórias e em 3 dos 11 balneários. Num estudo realizado em escolas, no ano de 2011, os percursos eram acessíveis em 25% das portas de acesso, 31% das zonas de serviço e instalações sanitárias (BORDIGNON, CANAN, PIOVESAN, 2011). Por outro lado, numa outra investigação em escolas, as crianças com mobilidade reduzida não conseguem aceder às instalações sanitárias e apenas 9,1% dos balneários são acessíveis (SOARES, CAVALCANTI, DUTRA & RUZZI-PEREIRA, 2015). Há que ter em conta que o percurso até instalações sanitárias é acessível sem dificuldade em 100% dos edifícios correspondentes das Escolas Secundárias, nos 24 edifícios que possuem instalações sanitárias das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, no entanto, destaca-se negativamente que em 24,4% do edificado de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância o percurso até às instalações sanitárias é inacessível.

Nestes edifícios estudados, o alcance da pessoa em cadeira de rodas é acessível sem dificuldade em 87,6% através da aproximação frontal, subindo ligeiramente para 92% através de aproximação lateral, o que deve ser destacado positivamente uma vez que, em regra, o alcance é frequentemente uma barreira arquitetónica nos edifícios (SOUZA, VILELA, SILVA & BARBOSA, 2009).

A largura das portas de acesso é um ponto fulcral da acessibilidade, a maioria dos edifícios escolares, 93,8%, cumprem a legislação, identicamente ao que se passa num estudo realizado nas escolas do município oeste de São Paulo, Brasil, no qual as portas têm largura superior a 80 cm em todos os edifícios (MÉDICE *et al*, 2015).

Relativamente aos corrimãos, nas galerias, patamares e corredores dos edifícios públicos avaliados, todos cumpriam a legislação face ao diâmetro, superfície, características e resistência mecânica, no entanto deve-se realçar que existem em apenas 7,1% dos edifícios. No estudo realizado nas escolas do Frederico Westphalen, não existiam corrimãos (BORDIGNON, CANAN, PIOVESAN, 2011).

Continuando com a avaliação das galerias, patamares e corredores, 91,2 % dos edifícios têm largura não inferior a 1,20m, 86,7% dos espaços comuns permitem a circulação de pessoa em cadeira de rodas, 77,9% dos corredores não apresentam obstáculos e 100% apresenta o piso contínuo e altura livre superior a 2,40m. Realça-se que a presença de obstáculos

acontece apenas nos edifícios de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância (28,2%) e de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos (11,1%). Num estudo realizado por Almeida *et al*, encontramos resultados ligeiramente diferentes: a nível da largura, os corredores são acessíveis em 57,1% dos edifícios, não existem obstáculos em 85,7% dos edifícios e nenhum possui piso contínuo (ALMEIDA *et al*,2015).

Identificamos que 90,3% dos edifícios avaliados possuem formas de vencer desníveis, quando têm mais de um piso. As rampas interiores foram avaliadas num total de 12 edifícios, salientando-se o não cumprimento da legislação na inclinação de 6% e 8%, uma vez que apenas uma rampa cumpria a legislação, em cada uma das situações avaliadas. Exclusivamente em 9 edifícios, a rampa possuía a largura superior a 1,20m, e, apenas 2 edificações, as rampas apresentavam faixas de cor a identificar o seu início e o fim. Tal como verificado nas rampas interiores, também as exteriores não cumprem a legislação relativamente à inclinação. 42,4% e 49,6% das rampas exteriores, respetivamente, possuem largura superior a 1,2m e apresentam faixas com diferenciação de textura e cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente. Tanto nas rampas interiores e exteriores praticamente não existem corrimãos. Os dados analisados neste estudo corroboram com resultados obtidos noutras investigações, 80% das rampas não cumprem a legislação (BASEI, CAVASINI, 2015); apenas 38,5% possuem largura adequada, 11,1% as apresentam faixas de início e fim da rampa e nenhuma rampa possui corrimão (ALMEIDA *et al*, 2015). Em dissonância, num estudo, também realizado em escolas, 100% das rampas possuem inclinação e largura adequadas (MÉDICE *et al*, 2015).

As escadarias devem ser acessíveis, uma vez que a mobilidade reduzida não se restringe somente às crianças em cadeira de rodas e, por isso, é necessário garantir a segurança na utilização das mesmas por crianças ou adultos que utilizem auxiliares de marcha como canadianas, bengalas e tripés, tanto no interior como no exterior de todos os edifícios.

Nas escadarias avaliadas no interior dos edifícios escolares, 53,1% dos degraus apresentam profundidade não inferior a 0,28m e altura não superior a 0,18m, 46,0% apresentam aresta de focinho boleada. Na grande maioria dos 63 edifícios com escadarias interiores, as escadarias não possuem elementos salientes nem arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas, apesar de apenas 4 apresentarem faixas antiderrapantes e, ao nível largura superior a 1,20m, apenas 14,2% cumprirem este requisito. Relativamente aos corrimãos, só existem em 16 edificações escolares. 15 dos 16 corrimãos são contínuos ao longo dos vários lanços de escada e prolongam-se no topo da escada pelo menos 0,3m para além do último

degrau do lanço e, em 11 edificações, a altura dos corrimãos está compreendida entre 0,85m-0,9m. Nas escadarias exteriores, 64,6% do edificado escolar apresenta os degraus de profundidade não inferior a 0,28m e altura não superior a 0,18m. 65,5% destas escadarias não possuem elementos salientes nem arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas, apenas uma apresenta faixas antiderrapantes e a nível largura superior a 1,20m apenas 28,3% cumprem este requisito. A maioria das escadarias não detêm corrimão, nem os degraus apresentam aresta de focinho boleada. Num estudo verificou-se que 7,1% dos degraus das escadarias têm as dimensões de acordo com a legislação, 57,1% das escadarias apresentam largura adequada, mas nenhuma escadaria possui corrimão (ALMEIDA *et al*, 2015); 90% das escolas não possuem faixas antiderrapantes nas escadarias (BASEI, CAVASINI, 2015).

Como alternativa às rampas e às escadas, em alguns edifícios das escolares, era possível encontrar ascensores e plataformas elevatórias, existindo 12 elevadores e 3 plataformas elevatórias no total. Nestas duas variáveis, todas as dimensões da legislação eram cumpridas, com exceção de que nos ascensores apenas 7 possuíam portas de correr horizontalmente e cortina de luz que imobiliza as portas e o andamento da cabina. Por outro lado, numa investigação, em nenhuma das escolas estudadas os elevadores não eram acessíveis (ALMEIDA *et al*, 2015).

Em algumas das escolas existem serviços de papelaria, bar e cantina e, portanto, torna-se necessário analisar os balcões e guichés de atendimento. Estes existem em 14,2% das edificações escolares, isto é, em 16 edifícios escolares que cumprem a legislação face à dimensão da zona livre de aproximação frontal ou lateral e apresentam o percurso acessível até à zona livre, no entanto apenas 13 edifícios apresentam os balcões e guichés de atendimento com uma extensão não inferior a 0,8 m e uma altura ao piso compreendida entre 0,75 m e 0,85 m. Nas escolas de um município de São Paulo 100% dos balcões e guichés de atendimento não são acessíveis (MÉDICE *et al*, 2015).

Os edifícios e instalações escolares e de formação possuem algumas especificidades no âmbito da largura dos corredores, na acessibilidade por tipologia de sala e, a nível externo, nas passagens entre edifícios que divergem dos restantes edifícios públicos, de acordo com a legislação da acessibilidade do Decreto-lei nº163/2006. Desta forma, 67,3% do edificado escolar apresenta corredores com largura igual ou superior a 1,8m. Salienta-se que isto acontece em 100% dos edifícios das Escolas Secundárias, em 81,5% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 59% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Na questão das salas de cada tipo acessíveis, apenas 53 edificações possuem mais de um piso e 47,2% possuem uma sala de cada tipo acessível. Isto acontece em 75% dos edifícios das Escolas Secundárias, 25,9% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 15,4% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância.

Relativamente às passagens exteriores entre os edifícios serem cobertas acontece em 65,5% do edificado em estudo, o que corresponde 87,5% dos edifícios das Escolas Secundárias, 75,6% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 29,6% do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos.

A nível da acessibilidade no âmbito do Decreto-Lei nº163/2006, os locais destinados à permanência de pessoa em cadeira de rodas, a zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter como dimensões 0,75m por 1,20m e a zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível. Nas instalações escolares isto acontece em 94,7% das zonas de permanência e em 95,6% na desobstrução da zona livre.

A atividade física é essencial para os alunos com deficiência, uma vez que vai permitir, não só um melhor desenvolvimento motor, como também possíveis benefícios a nível cognitivo, social e afetivo (BASEI, CAVASINI, 2015). A atividade física para pessoas com deficiência proporciona vários benefícios no âmbito da força, agilidade, equilíbrio e coordenação motora, assim como a nível psicológico e social, já que aumenta a autoestima, a motivação, a confiança e a socialização (WELLICHAN, SANTOS, 2019), para além de reduzir a dor musculoesquelética, atuar na prevenção de deformidades e aumentar a resistência pulmonar e cardiovascular (RODRIGUES; MUSSI; ALMEIDA, 2014 citado por WELLICHAN, SANTOS, 2019).

A disciplina de Educação Física é um elemento favorecedor da integração e valorização da criança com mobilidade reduzida se existir a participação destas crianças nas atividades físicas, tendo o cuidado de adequar às suas possibilidades (CIDADE; FREITAS, 1997 citado por WELLICHAN, SANTOS, 2019).

A Educação Física Adaptada *envolve modificações ou ajustamentos das atividades tradicionais da Educação Física para permitir às crianças com deficiências participar com segurança de acordo com suas capacidades funcionais* (BARBANTI, 1994, citado DUARTE; LIMA, 2003, p. 92). Desta forma, seria importante que o/a EEER em conjunto com o/a professor/a de Educação Física estabelecesse um programa de atividade física para cada criança com mobilidade reduzida, tendo sempre em consideração que as atividades

desenvolvidas seriam de acordo com os as suas capacidades, bem como com as atividades praticadas pelas restantes crianças.

As crianças com mobilidade reduzida são capazes de praticar vários desportos e isso é facilmente comprovável pela existência de Modalidades Paralímpicas. As Modalidades Paralímpicas, de acordo com Comité Paralímpico de Portugal, são Atletismo, Badminton, Basquetebol, Boccia, Canoagem, Ciclismo, Equitação, Esgrima, Futebol de 5, Goalball, Halterofilismo, Judo, Natação, Remo, Rugby, Taekwondo, Ténis, Ténis de Mesa, Tiro, Tiro com arco, Triatlo e Voleibol.

De acordo com a Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência: *Compete ao Estado adoptar medidas específicas necessárias para assegurar o acesso da pessoa com deficiência à prática do desporto e à fruição dos tempos livres, mediante, nomeadamente, a criação de estruturas adequadas e formas de apoio social* (DECRETO-LEI n.º 38/2004, de 18 de agosto).

Relativamente aos edifícios desportivos avaliaram-se os bancos, os vestiários, os cacifos, os cabides e os locais destinados à assistência de jogos por pessoas com mobilidade reduzida. Na totalidade dos edifícios avaliados apenas 12 correspondem a instalações desportivas.

No que se reporta aos bancos, todos os balneários de recintos desportivos escolares apresentam bancos, com zona livre que permitem a transferência da criança em cadeira de rodas e todos cumprem a legislação face à dimensão ser de 0,4 m por 0,8 m e por possuírem uma resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis. No entanto, 33,3% (4) dos balneários não possuem banco com uma altura de 0,45m nem este se encontra fixo. 91,6% (11) dos balneários têm formas que impedem a acumulação de água e 50% (6) permitem o uso de espelho estando sentado no banco. Comparando estes resultados com um estudo realizado em instalações desportivas, verifica-se que 11% dos bancos não se apresentam fixos à parede, 22% não se encontram a altura adequada, 33% apresentam dimensões inferiores ao que seria necessário e 56% não permitem o uso do espelho (SILVA,2019).

Algo imprescindível nos balneários são os cabides e cacifos, sendo que 41,7% (5) dos edifícios desportivos permitem a utilização dos mesmos sem dificuldade, mas 58,3% (7) só podem ser utilizados pelas crianças com mobilidade reduzida com ajuda de outra pessoa, ou seja, não podem ser usados de forma autónoma. 75% (9) dos cabides fixos e cacifos encontram-se num percurso acessível, num estudo realizado por Silva, 2019, apenas 22% dos cabides são acessíveis sem dificuldade (SILVA,2019).

Face aos lugares reservados para pessoas em cadeira de rodas, não existem em nenhum dos recintos desportivos escolares. No estudo acima citado, apenas em 22,2% dos edifícios existiam lugares de assistência reservados para pessoas em cadeira de rodas (SILVA,2019), o que põe em causa o direito à acessibilidade ao recinto enquanto espectador (DECO PROTESTE, 2018).

O acesso a serviços de saneamento é um princípio geral dos direitos humanos, sendo por isso necessário que as escolas tenham instalações sanitárias acessíveis. As instalações sanitárias adaptadas estão presentes em 53,1% (60) dos edifícios. No estudo de Soares *et al*, 2015, todas as escolas possuíam instalações sanitárias adaptadas, mas muitas destas instalações eram utilizadas como armazéns ou encontravam-se fechadas, tal como acontece no estudo previamente citado (SOARES *et al*, 2015). Todas as percentagens estão relacionadas com os edifícios que possuem instalações sanitárias, tendo sido adaptadas ao número encontrado nas escolas.

O Decreto-Lei nº163/2006, que regula as acessibilidades, explicita que os edifícios devem possuir percursos acessíveis. Analisando os percursos até às instalações sanitárias, consideram-se acessíveis desde o exterior em 63,3% (38) dos edifícios e desde o interior em 86% (49), o que demonstra que essa premissa não é aplicada em todos os edifícios. Em termos da tipologia por ciclos educativos e tendo em conta os que possuem instalações sanitárias, o percurso desde o exterior é acessível sem dificuldade em 73,3% (33) dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 66,7% (2) das Escolas Secundárias e em 25% (3) do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos. No percurso desde o interior, considera-se acessível sem dificuldade em 100% (12) do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro ciclos, em 83,3% (35) dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 66,7% (2) das Escolas Secundárias.

Nas instalações sanitárias importa perceber quais são as condições para utilizar os diferentes dispositivos como a sanita, a descarga e o lavatório. Relativamente à sanita, é possível realizar a transferência para a mesma sem dificuldade em 66,7% (2) das Escolas Secundárias, em 66,6% (30) dos Edifícios das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e em 25% (3) dos edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos. Num estudo realizado por Médice *et al*, 2015, considerou-se inacessível realizar a transferência para a sanita em 100% das escolas. A acessibilidade também pode ser condicionada pela altura da sanita, que deve ter 0,45m de altura. Averiguou-se 66,7% dos edifícios das Escolas Secundárias e 55,5% das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância cumprem a legislação, no entanto, 100% (12), ou seja, a

totalidade do edificado das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos não apresentam a altura da sanita consoante a legislação, o que vai de encontro ao que ocorre num estudo que verificou que nenhuma sanita era acessível (ALMEIDA *et al*, 2015).

As barras de apoio existem em todas as instalações sanitárias, cumprindo a legislação no âmbito da ausência de características perigosas e de segurança, uma vez que nenhuma tem superfícies abrasivas, extremidades projetadas perigosas ou arestas vivas e os elementos preênsos das barras de apoio não rodam dentro dos suportes. Em 98,3% (59) dos edifícios, as barras de apoio possuem um diâmetro compreendido entre 0,035 m e 0,05 m e em 93,3% (56) resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis. O que vai de encontro aos resultados de um estudo em que as barras de apoio eram acessíveis em 100% das escolas avaliadas (MÉDICE *et al*, 2015).

Num estudo realizado por Orlandin, Mazzo, Nardi e Costa (2020), verificou-se que uma das dificuldades sentidas por pessoas com mobilidade condicionada com disfunções urinárias, (que necessitam de executar cateterismo vesicais intermitentes para realizar o esvaziamento da bexiga), consistia na falta de condições de acessibilidade nas instalações sanitárias, sendo que, por isso, optavam por não realizar o procedimento. Para prevenir estas situações, a altura da sanita deve estar dentro dos parâmetros regulamentados na legislação uma vez que só dessa forma será possível que a pessoa com mobilidade reduzida consiga transferir-se da cadeira de rodas para a sanita e vice-versa (FERREIRA & BIAZOLI, 2013). No mesmo sentido, também as barras de apoio devem ser colocadas na altura e disposição especificada, de forma a suportar o peso da pessoa e, como consequência, facilitar a transferência (FERREIRA & BIAZOLI, 2013). Deste modo, estas alterações permitem que a pessoa com mobilidade reduzida consiga ser independente, diminuindo a necessidade de utilização de fraldas e consequente necessidade de ajuda de terceiros.

É possível utilizar o controlo de descarga sem dificuldade em 100% (3) das instalações sanitárias das Escolas Secundárias, em 97,7% (44) das instalações sanitárias dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e em 91,7% (11) do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, o que está diretamente relacionado com o controlo de escoamento ser do tipo alavanca em 96,7% (58) das instalações sanitárias do edificado escolar estudado. No espectro oposto temos o que foi observado numa investigação também realizada em escolas onde 100% das instalações sanitárias não apresentavam controlo de descarga adequado (ALMEIDA *et al*, 2015).

Face à utilização do lavatório, é acessível sem dificuldade em 66,7% (2) das Escolas Secundárias, em 57,8% (26) dos edifícios escolares de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e em 25,0% (3) do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, e, tal como nas categorias

anteriores, só são utilizados valores referentes aos edifícios com instalações sanitárias. As torneiras influenciam a acessibilidade dos lavatórios e em 83,3% (50) das instalações sanitárias estas são monocomando, acionadas por alavanca e em 98,3% (59) podem ser operadas com punho fechado, o que vai contra o que encontramos num estudo onde as torneiras não são adequadas em 100% das instalações sanitárias (ALMEIDA *et al*, 2015).

Os lavatórios possuem a altura de 0,80m, cumprindo assim a legislação, em 64,4% (29) das instalações sanitárias das escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, em 50% (6) do edificado do Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 33,3% (1) das Escolas Secundárias. Apresenta-se uma largura livre sob o lavatório de 0,70m em 100% (3) nas Escolas Secundárias, em 83,3% (10) no edificado do Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e em 64,4% (29) instalações sanitárias das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância. Resultados diferentes forem encontrados num estudo em que somente 14,3% dos lavatórios eram acessíveis (ALMEIDA *et al*, 2015).

Ter a possibilidade de se arranjar é assumido como um autocuidado sendo, por isso, necessário avaliar a presença de espelhos nas instalações sanitárias do edificado escolar.

Nas instalações sanitárias em estudo apenas 54 apresentavam espelhos. Os espelhos avaliados podiam ter uma base de inclinação regulável (16 edifícios, em 93,8% (15) esta estava a uma altura do piso não superior a 1,1 m) ou fixos (38 edifícios). Quando o espelho é fixo tem de estar a uma altura do piso não superior a 0,90m, o que acontece em 96% (24) das instalações sanitárias das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos, em 33,3% (1) nas Escolas Secundárias e em 20% nos edifícios de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos. Quanto ao bordo superior do espelho, este deve ter uma altura não inferior a 0,80m sendo respeitado em 63,4% (26) no edificado de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, 70% (7) nas Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e de 100% (3) nas Escolas Secundárias. Noutra investigação encontramos que os espelhos são acessíveis em apenas 36,4% das instalações sanitárias das escolas que se encontravam em estudo (ALMEIDA *et al*, 2015).

Para uma instalação sanitária adaptada ser considerada acessível deve ser constituída por um equipamento de alarme ligado a um sistema de alerta, luminoso e sonoro; no exterior da instalação sanitária os sistemas de alarme devem ser autoiluminados para serem visualizados no escuro e os terminais de aviso, no interior, podem ser botões de carregar, botões de puxar ou cabos de puxar e devem estar a uma altura do chão compreendida entre 0,40m a 0,60m (DECRETO-LEI Nº163/2006). Neste seguimento valida-se que, das 54 instalações sanitárias em estudo, apenas 21 possuem equipamento de alarme. Nas casas de banho que têm alarme 100% cumprem a legislação nas dimensões da “ligação ao exterior”, do “alerta luminoso e sonoro”, da “autoiluminação” e das “características dos terminais de aviso”. No âmbito da

altura dos terminais de aviso 72,2% (13), no edificado de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância e 66,7% (2) nas Escolas Secundárias, o terminal de aviso está a uma altura do chão compreendida entre 0,40m a 0,60m, ao contrário do que acontece em 100% (1) das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos. Desta forma, 95,2% das instalações sanitárias estão adequadas em todas as dimensões, ao contrário de um estudo onde meramente 40% cumpriam a legislação (SILVA, 2019).

No que se refere às portas de acesso, estas devem ser de batente, abrindo para fora, ou de correr, o que acontece em 100% (3) das instalações sanitárias das Escolas Secundárias, com igual percentagem nas do edificado de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos (12) e em 60% (27) nas Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância. No espectro oposto foram os resultados obtidos na avaliação de acessibilidades de outras escolas em que 100% das portas de acesso às instalações sanitárias não eram acessíveis (ALMEIDA *et al*, 2015).

A natureza dos resultados valida a importância do EEER para encontrar soluções nos locais com menos condições de acessibilidade, tendo em conta a especificidade dos estudantes que aí estudam, bem como identificar e orientar para a eliminação das barreiras arquitetónicas e encontrar alternativas para permitir uma maior participação da criança com mobilidade reduzida na comunidade escolar.

A intervenção de um/a Enfermeiro/a de Reabilitação poderia trazer ainda outros contributos para a saúde das crianças, como por exemplo avaliação da postura, reajuste do peso das mochilas e intervenção na atividade física nas crianças portadoras de deficiência.

CONCLUSÃO

Desde 1982 que, os governos portugueses têm tentado encontrar soluções para a questão da acessibilidade, no entanto, 40 anos e vários Decretos-Lei depois, continuamos com esta questão por resolver.

As barreiras arquitetónicas estão presentes desde a via pública aos edifícios habitacionais em todo o país, factos que são corroborados pelos dados recolhidos no município estudado.

Para realizar a avaliação da acessibilidade optou-se pela condição que encontra mais limitações, nomeadamente, a criança em cadeira de rodas.

O objetivo passou por identificar as barreiras arquitetónicas e avaliar a acessibilidade dos espaços escolares das Escolas de Primeiro Ciclo e Jardim de Infância, das Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e das Escolas Secundárias. Averiguou-se, em algumas escolas, a inexistência de percursos acessíveis até às portas de entrada, e dentro do próprio edifício como as zonas de serviço, nomeadamente as salas de aula, bem como as instalações sanitárias dos edifícios escolares.

No sentido de compreender a acessibilidades dos edifícios escolares identificou-se como barreiras arquitetónicas objetos fora do alcance, obstáculos e largura inadequada nos corredores, ausência de corrimãos nos corredores, assim como de corrimãos duplos nas escadarias e rampas, esta última com inclinações acentuadas e sem identificação de início e fim. As escadarias exteriores praticamente não possuíam corrimão, nem os degraus possuíam aresta de focinho boleada e faixas antiderrapantes.

Verificou-se algumas salas de aula de cada tipo inacessíveis, passagens exteriores entre edifícios não cobertas, bancos de vestiários com alturas desadequadas, bem como a ausência de locais destinados à assistência de crianças em cadeira de rodas. Tudo isto são exemplos de barreiras arquitetónicas existentes.

Apurou-se que, ao nível das instalações sanitárias, também existiam barreiras que inibiam a utilização por parte das crianças com mobilidade reduzida. Em primeiro lugar porque não existiam em todas as escolas, em segundo lugar muitas delas estavam fechadas ou eram utilizadas como armazém ou arrumos e em terceiro lugar pelas características das mesmas, nomeadamente, a inacessibilidade para se transferirem para a sanita, por possuírem uma

altura superior ao legislado, a altura do lavatório estar desadequada e a inexistência de equipamento de alarme.

Do ponto de vista da atividade física, verificou-se uma percentagem irrisória de edifícios para a prática desportiva, num total de 113 edifícios apenas 12 eram dedicados à prática de exercício físico, sendo que desde o primeiro ciclo as crianças têm aulas de educação física, primeiro como atividade extracurricular, mas a partir do segundo ciclo esta disciplina passa integrar o ensino obrigatório.

Para uma escola ser inclusiva é necessário que o ambiente seja acessível para todas as crianças independentemente das suas capacidades físicas, sensoriais e intelectuais.

Apesar de se ter verificado que todos os edifícios possuem algum tipo de barreira, há 20 escolas que, pelas suas características e dimensões, possuem alternativas que colmatam essas condições. As escolas de Primeiro Ciclo e Jardins de Infância, as Escolas de Primeiro, Segundo e Terceiro Ciclos e uma Escola Secundária, por serem as escolas mais antigas, são aquelas que apresentavam mais barreiras. Pelo contrário, algumas Escolas Primárias, os Centros Escolares e as duas outras Escolas Secundárias, pela sua construção mais recente ou por processos de reabilitação/renovação eram as que apresentavam melhores condições de acessibilidade.

Salienta-se que as barreiras nas escolas não se devem somente às suas condições arquitetónicas desadequadas. Muitas vezes, no momento do contato com os responsáveis das escolas, era perceptível o receio de que a avaliação das acessibilidades pudesse implicar o fecho da mesma por falta de condições, assim como foi possível identificar um discurso discriminatório sobre as crianças e as suas limitações, sejam físicas ou sensoriais.

O/A EEER, para além de avaliar as barreiras arquitetónicas nos edifícios, deve também avaliar todo o percurso até às diferentes zonas de interesse, porque os edifícios até podem ter todas as condições de acessibilidade no seu interior garantidas, mas se possuir obstáculos na porta de acesso que impeçam a entrada da criança com mobilidade reduzida, o mesmo torna-se inacessível.

Esta investigação tornou visível as debilidades das escolas do município de Vila Nova de Famalicão, uma vez que a falta de acessibilidades nas escolas, local que deve ser um meio facilitador para integração da criança com mobilidade reduzida na comunidade e um local onde a pluralidade deve ser exalta e dada resposta às diversas capacidades, acentua o estigma da incapacidade e da deficiência.

Terminada a avaliação das barreiras arquitetónicas, os/as EEER têm o dever de emitir pareceres técnico-científicos fundamentados sobre os edifícios escolares do município e de trabalhar em conjunto com os/as decisores/as políticos/as locais, de forma a propor

alterações/condições nos espaços que sejam para todos/as, tendo em atenção os princípios da igualdade e inclusão.

A avaliação das barreiras arquitetónicas realizada pelos/as EEER não se restringe ao cumprimento da legislação, mas também à validação de alternativas ou estratégias que a criança com mobilidade reduzida pode utilizar/adotar para as ultrapassar, bem como para fornecer informação aos pais/cuidadores(as) das crianças com mobilidade reduzida sobre as escolas inclusivas.

O /EEER deve sensibilizar os/as decisores/as políticos/as e a comunidade escolar para a criação de espaços inclusivos e para a eliminação das barreiras arquitetónicas e fomentar que a deficiência é gerada pelo ambiente inapropriado e que as diferenças das crianças com mobilidade reduzida e das crianças, rotuladas como normais, se restringe à diferença na capacidade física, mas com meios acessíveis as mesmas se dissipam.

O/A EEER tem, assim, dois novos pontos de intervenção, nomeadamente pela integração nas equipas multidisciplinares de Saúde Escolar, para promoção de escolas acessíveis, e pela participação nas comissões de avaliação das barreiras arquitetónicas e levantamento das necessidades dos edifícios públicos. As Câmaras Municipais, desde 2017, estão obrigadas a constituir estas comissões para identificar e corrigir as barreiras arquitetónicas pelo Decreto-Lei nº125/2017. Estas integrações trariam vantagens tanto para as crianças e pessoas com mobilidade reduzida, bem como para a população em geral.

O/A EEER pode alargar a sua área de intervenção à avaliação da postura da criança, reajuste do peso das mochilas e intervenção na atividade física nas crianças portadoras de deficiência em conjunto com o/a Professor/a de Educação Física.

O/A EEER pode ainda assumir o papel de promotor de campanhas contra o estigma, organizando palestras e atividades para toda a comunidade escolar, no sentido de desmistificar crenças e visões sobre a deficiência e incapacidades, promovendo assim a autonomia e a liberdade da criança com mobilidade reduzida, de forma que esta possa usufruir da escola e das suas instalações de uma forma autónoma e independente.

As limitações deste estudo estão ligadas à inexperiência da investigadora e ao tamanho da amostra. Deixa-se como proposta a reaplicação da investigação noutros municípios, para conseguir explanar as implicações, nos âmbitos educacional, social e económico, originadas pela inacessibilidade escolar nas crianças com mobilidade reduzida, nas suas famílias, e na restante comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, K. M., FERNANDES, V. D. R. L., ALBUQUERQUE, K.A. D., MOTA, G. A. & CAMARGOS, A. C. R. (2015). *O espaço físico como barreira à inclusão escolar*. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 75-84.

ASSOCIATION OF REHABILITATION NURSES. (2014) *ARN Competency Model for Professional Rehabilitation Nursing*. Association of Rehabilitation Nurses.

ARMSTRONG, RODRIGUES. (2014). *A Inclusão nas Escolas*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Lisboa.

BASEI, A. P., CAVASINI, F. G. (2015). *A inclusão escolar e as condições de acessibilidade: Um estudo preliminar na região sudoeste do Paraná*. CINERGIS Revista do Departamento de Educação Física e Saúde e do Mestrado em Promoção da Saúde da Universidade de Santa Cruz do Sul / Unisc. Vol.16, nº1, p.27-32.

BIZ, M. C. P. et al. (2015) *A CIF e sua importância nas políticas públicas*. Revista Científica CIF Brasil, Vol. 3.

BORDIGNON, K. K. de O., CANAN, S. R., PIOVESAN, J. (2011) *ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE FREDERICO WESTPHALEN PARA EDUCANDOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA: Limites e Possibilidades da Inclusão*. Revista Contexto e Saúde, Vol. 10, nº20, p.123-132

COBB, S. M. (2013) *Mobility restriction and comorbidity in vision-impaired individuals living in the community*. British Journal of Community Nursing, Vol. 18.

COMITÉ PARALÍMPICO DE PORTUGAL. *Modalidades Paralímpicas* [Visualizado a 10 de Setembro de 2021] Disponível em: <https://paralimpicos.pt/modalidades-paralimpicas>

COMLEY, A. (1994) *A Comparative analysis of Orem's Self-Care Model and Peplau's Interpersonal Theory*. Journal of Advanced Nursing, nº 20, pp. 755-760. [consult. a 27 de julho de 2021]. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1046/j.1365-2648.1994.20040755.x?sid=nlm%3Apubmed>

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (2005) [Consult. 27/07/2021]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/legislacao/documents/constpt2005.pdf>

COSTA, A.M. & RODRIGUES, D. (1999) Country Briefing-Special Education in Portugal”, European Journal of Special Educational Needs, 14 (1), p.70-89.

DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE. (2016) Plano Nacional da Saúde. Revisão e extensão a 2020. Lisboa, DGS. [Consultado a 28 de julho de 2021]. Disponível em [Plano-Nacional-de-Saude-Revisao-e-Extensao-a-2020.pdf.pdf \(netdna-ssl.com\)](#)

DIREÇÃO GERAL DA SAÚDE. (2015) Plano Nacional da Saúde Escolar 2015 Lisboa, DGS. [Consultado a 28 de julho de 2021]. Disponível em: [norma-n-0152015-de-12082015-pdf.aspx \(dgs.pt\)](#)

DECRETO -LEI N.º 46/86 DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 237 SÉRIE I (14 de outubro de 1986)

DECRETO-LEI nº38/2004. D.R. I Série A. Nº194 (18-08-2004). p.5232-5236

DECRETO-LEI nº163/2006. D.R. I Série. Nº 152 (2006-08-08). p. 5670-5689

DECRETO-LEI nº125/2017 D. R. Série I Nº 192 (2017-04-17), p. 5592 - 5594

DECLARAÇÃO de 18 de Fevereiro de 2011. D. R. II Série. Nº 35, p.8658.

DECLARAÇÃO de 18 de Agosto de 2004. D. R. I Série A. Nº 34, p. 5232.

DECO PROTESTE. Direitos do espetador: vá à bola sem stresses. [em linha] 2018. [Consultado a 13 de julho de 2021] Disponível em: [Direitos do espetador: vá à bola sem stresses \(proteste.pt\)](#)

DUARTE, E; LIMA, S. T. (2003). *Atividade Física para Pessoas com Necessidades Especiais*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

EURYDICE EUROPEAN COMMISSION. (19 de fevereiro de 2021). *Portugal Desenvolvimento Histórico*. Recuperado de: https://eacea.ec.europa.eu/national-policies/eurydice/content/historical-development-60_pt-pt (Visualizado a 20/07/2021)

FERREIRA, L. A. M.; BIAZOLI, J. A. (2013). O Vaso Sanitário e as pessoas com deficiência. MPRGS. Ministério Público do Rio Grande do Sul. [Consultado a 28 de agosto de 2021]. Disponível em: https://www.mprs.mp.br/media/areas/infancia/arquivos/vaso_sanitario_e_pessoas_com_deficiencia.pdf

FONTES, A. P. (2014) Funcionalidade e incapacidade. Conceptualização, Estrutura e Aplicabilidade da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Loures: Lusodidacta. 978.989-8075-35-2.

FONTES, F. (2019), "Deficiência", *Dicionário Alice*.

FONTES, F. (2009) Pessoas com deficiência e políticas sociais em Portugal: da caridade à cidadania. *Revista Crítica de Ciências sociais*. Vol. 86

FORTIN, M. (1999) O processo de Investigação da Conceção à Realização. Lusoditata.

FORTIN, M., GRENIER, R. e NADEAU, M. (2003) O processo de Investigação: Da concepção à Realização. Lusociência. Loures.

FORTIN, M. (2009. Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta, FUNIBLOGS. (10 de julho de 2019) *Na Espanha, pais e professores querem enfermeiros nas escolas*. Recuperado de: [Na Espanha, pais e professores querem enfermeiros nas escolas - FuniBlogs - FUNIBER](#) (Visualizado a 12 de agosto de 2021)

HADDAD, V., SANTOS, T. (2011) - The environmental theory by florence nightingale in the teaching of the nursing school Anna Nery (1962 - 1968). *Escola Anna Nery* [em linha]. vol.15, nº4, p.755-761. [Consult. 20 de julho de 2021] Disponível na internet: [SciELO - Brasil - A teoria ambientalista de florence nightingale no ensino da escola de enfermagem Anna Nery \(1962 - 1968\) A teoria ambientalista de florence nightingale no ensino da escola de enfermagem Anna Nery \(1962 - 1968\)](#)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, (2012) Censos 2011 Resultados Definitivos – Portugal, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Pordata – base de dados Portugal contemporâneo. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Disponível em linha. [Consult. 20/07/2021] <https://www.pordata.pt/Portugal>

MARTINS, J. C. (2008) – *Investigação em enfermagem: alguns apontamentos sobre a dimensão ética*. Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Enfermagem [em linha]. Vol.12, nº2, p.62-66. [Consultado a. 25 de julho de 2021]. Disponível em: [2008_12_2_62-66.pdf \(rcaap.pt\)](#)

MCEWEN, M.; WILLS E. (2016) *Bases teóricas de enfermagem*. Artmed 4ª edição,

MÉDICE, J., VITTA, F. C. F. D., CONTI, M. H. S. D., ZANIOLO, L. O. & VITTA, A. D. (2015).

Acessibilidade nas escolas de ensino fundamental de um município da região oeste de São Paulo. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos*, v. 23, n. 3, p. 581-588.

MESQUITA, M. H. F.P. (2001)- Educação especial em Portugal no último quarto do século XX. Salamanca : US. Facultad de Educación. Departamento de Teoría e Historia de la Educación. 301 . Tese de Doutoramento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DIREÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR. (2011) EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EDUCAÇÃO ESPECIAL Indicadores-chave para o desenvolvimento das escolas: um guia para diretores, Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular e Direção de Serviços da Educação Social e do Apoio Sócio-Educativo, Lisboa.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, (2019) *Guia Prático Os direitos das pessoas com deficiência*. Simplex+.

MIRANDA, M. (2017). *Fisgadas pela inclusão*, Lápida de Memórias,

MONTENEGRO, N. G.S., D., S., Z. M. P.e S., V. C. de. Guia de acessibilidade: espaço público e edificações. Soluções para cidades. [Online] 2008. [Citação:21 de julho de 2021.] [01 - GUIA DE ACESSIBILIDADE CEARA.pdf \(solucoesparacidades.com.br\)](http://01_GUIA_DE_ACESSIBILIDADE_CEARA.pdf(solucoesparacidades.com.br))

MORESCHI, C.; SIQUEIRA, D.; DALCIN, C.; GRASEL, J.; BACKES, D. - (2011). Homenagem a Florence Nightingale e compromisso com a sustentabilidade ambiental. Revista Baiana de Enfermagem [em linha]. vol.25, nº2 [Consult. 20/7/2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/5260>

OLIVEIRA, T., LOPES, M., ARAUJO, T. (2006)- Modo fisiológico do modelo de adaptação de sister callista roy: análise reflexiva segundo meleis. Online Brazilian Journal of Nursing [em linha]. vol. 5, nº1p. 116-127. [Consult. 15 de julho de 2021] Disponível em. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=361454001015%3E>

OLIVER, M. The politics of disablement. London: MacMillan, 1990. UPIAS. Fundamental principles of disability. London: Union of the Physically Impaired Against Segregation, p. 3-4, 1976;

OLIVER, MJ. The disability movement and the professions. 2013. [Consultado a 20 de julho de 2021.] Disponível em: [The Disability Movement and the Professions \(leeds.ac.uk\)](http://TheDisabilityMovementandtheProfessions(leeds.ac.uk))

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS) (2004). Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. INR. [Online] 2004. Disponível em linha. [Consult. 20/07/2021] [CIF \(inr.pt\)](http://CIF(inr.pt))

OMS. 2011 Relatório Mundial sobre a Deficiência. ISBN 978-85-64047-02-0;

OMS. (2014) WHO global disability action plan 2014-2021. Better health for all people with disability. Genève : s.n., 978 92 4 15061 9.

ORDEM DOS ENFERMEIROS. Padrões de Qualidade dos Cuidados de Enfermagem: enquadramento conceptual e enunciados descritivos. Lisboa. 2002;

ORDEM DOS ENFERMEIROS. (2011) Regulamento das competências específicas do enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação. Diário da República 2ª Série, n.º 35, 18 de fevereiro de 2011.

ORDEM DOS ENFERMEIROS. (2015) Estatuto da Ordem dos Enfermeiros e REPE. Diário da República Série I n.º 181, 16 de setembro de 2015

ORDEM DOS ENFERMEIROS. (2019) Regulamento das competências específicas do enfermeiro especialista em enfermagem de reabilitação. Diário da República 2ª Série, n.º 85, 3 de maio de 2019. OREM, Dorothea E. 1983. Normas práticas en enfermería. Madrid : Piramide, 1983. 84-368- 0224-1.

ORLANDIN L; MAZZO A; NARDI A; COSTA R. R. O. (2020) Dificuldades de pacientes e cuidadores na realização do cateterismo intermitente limpo: revisão de escopo. ESTIMA, Braz. J. Enterostomal Ther.,v. 18: e1520. [Consultado a. 25 de agosto de 2021]. Disponível em: <https://www.revistaestima.com.br/estima/article/view/907/318>

PARQUE ESCOLAR. (2008) *MANUAL DE PROJETO PARA AS ACESSIBILIDADES*. Parque Escolar PAULO, M; SÁ, M.C. & NABAIS, A. S. *Intervenção do Enfermeiro de Reabilitação na Promoção da Funcionalidade na Criança com Alteração da Mobilidade*. Atas de Investigação Qualitativa em Saúde, v. 2, p.1695-1700, 2019.

PESSEGUEIRO, M. (2014). *Projetar para todos*. Porto: Vida Económica, 978-972-788-958- 7.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. (2001) – *Fundamentos de pesquisa em enfermagem: Métodos, avaliação e utilização*. 5ªed. São Paulo: ARTMED EDITORA S.A.. ISBN 0-7817-2557-7;

POTTER, P. *et al.* (2013) *Fundamentos de Enfermagem*. 8ª Edição. São Paulo: ELSEVIER. 978-85-352-6153-0

PUNJANI, M. (2013) Comparison and Contrast of Orem's Self Care Theory and Roy's Adaptation Model. I-manager's Journal on Nursing [Em linha]. Fevereiro/Abril 2013, vol. 3, nº 1, pp. 1-5. [consult. 26 de julho de 2021]. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325137520_Comparison_and_contrast_of_Orems_Self_Care_theory_and_Roys_Adaptation_model

QUINTANA, J. de M., *et al.* (2014) A utilização da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde no cuidado aos idosos. Revista de Enfermagem Referência. Vol. IV

QUEIRÓS, P., VIDINHA, T. e FILHO, (2014) A. Autocuidado: o Contributo Teórico de Orem para a Disciplina e Profissão de Enfermagem. Revista de Enfermagem Referência [Em linha]. Novembro/Dezembro 2014, vol. 4, nº 3, pp. 157-164. [consult. 30 de julho de 2021].

Disponível em: [https://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=0&sid=85f82ebb-e084-46d7-9260-](https://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=0&sid=85f82ebb-e084-46d7-9260-0836fd2f325d%40sessionmgr102&bdata=Jmxhbmc9cHQrYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=9994835&db=a9h)

[0836fd2f325d%40sessionmgr102&bdata=Jmxhbmc9cHQrYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=9994835&db=a9h](https://web.b.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=0&sid=85f82ebb-e084-46d7-9260-0836fd2f325d%40sessionmgr102&bdata=Jmxhbmc9cHQrYnlmc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#AN=9994835&db=a9h)

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA n.º 28/90, de 23 de Outubro. Carta Europeia de Autonomia Local. D.R. Série I. Nº245 (1990-10-23)

Resolução da Assembleia da República n.º 20/90, de 12 de setembro. Aprova a Convenção sobre os Direitos das crianças assinada em Nova Iorque a 26 de Janeiro de 1990. Diário da República Série I 1º Suplemento n.º 211, 12 de setembro de 1990. p. 3738-(2) a 3738-(20)

RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA nº56/2009. Aprova a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adoptada em Nova Iorque em 30 de Março de 2007. Diário da República. 1.ª série - Nº 146 - 30 de Julho de 2009. pp. 4929-4933.

RODRIGUES, D., NOGUEIRA, J. EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA EM PORTUGAL: FATOS E OPÇÕES Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.1, p.3-20, Jan.-Abr., 2011

ROPER, N., LOGAN, W. & TIERNEY, A. J. (2001) O modelo de enfermagem Roper-Logan-Tierney. Lisboa Climepsi Editores

ROVIRA-BELETA, Enrique e FOLCH, Ana. Descripción de la Guía. Guia de la Barcelona accessible. 2007

ROY, Callista e ANDREWS, Heather A. (2001) Teoria da Enfermagem. O Modelo de Adaptação de Roy. s.l. : Instituto Piaget. 972-771-175-8.

SCHALOCK, R. e A. M. A. V. Handbook on Quality of Life for Human Service Practitioners. Washington : American Association on Mental Retardation, 2002.

—. Guia de Acessibilidade e Mobilidade para Todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006 de 8 de Agosto. [ed.] Secretariado Nacional de Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. Porto : Inova, 2007. 978-989-8051-04-2.

SILVA, C.S. (2019) *OLHAR SOBRE A ACESSIBILIDADE PARA A ATIVIDADE FÍSICA/LAZER – ALERTAS PARA O/A ENFERMEIRO/A DE REABILITAÇÃO* (Tese de Mestrado não publicada) Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/30663>

SIMÕES, J. F. e B., R. Maio de 2006. *Design inclusivo - Acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes*. Design includes you. [Visualizado a: 27 de julho de 2021 Disponível em: [Design Inclusivo - Acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes. - Clube do Design](#)

SOARES, V. R. C., CAVALCANTI, A., DUTRA, F. C. M. S. & RUZZI-PEREIRA, A. (2015) *Avaliação da acessibilidade em escolas municipais de Uberaba, MG* Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 1, p. 63-73.

SOUZA, A.; VILELA, P.; SILVA, C. & BARBOSA, V. (2009). *A participação de indivíduos com lesão medular em atividades físicas e esportivas: uma revisão de literatura sobre barreiras e facilitadores*. Revista Brasileira de Ciência & Movimento. vol.16 nº4 (2009). [Consult. 23/05/2019] Disponível na internet: <<https://www.efdeportes.com/efd131/a-participacao-de-individuos-com-lesao-medular-em-atividades-fisicas.htm> >;

TOMEY, A. M. & ALLIGOOD, M. R. (2004) *Teóricas de Enfermagem e a sua obra (modelos e teorias de enfermagem)*. 5ª ed. p. 111-126. Loures: Lusociência.

WELICHAN, D. S.P. & SANTOS, M. G. F. (2019). *Atividade física adaptada para a pessoa com deficiência: o CrossFit Adaptado para um grupo com cadeirantes e amputado*. Temas em Educ. e Saúde, Araraquara, v. 15, n. 1, p. 146-158 [Consultado a 28 de agosto de 2021] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334639508_Atividade_fisica_adaptada_para_a_pessoa_com_deficiencia_o_crossfit_adaptado_para_um_grupo_com_cadeirantes_e_amputado

WHO global disability action plan 2014-2021. Better health for all people with disability. Genève : s.n., 2014. 978 92 4 15061 9.

UNESCO. (1994) *DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. Salamanca – Espanha.

UNICEF. (2019) *Convenção sobre os direitos da criança e protocolos facultativos*. Comité Português para a UNICEF.

ANEXOS

Anexo 1 – GRELHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES: Interior dos edifícios públicos

FICHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES



INTERIOR DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS

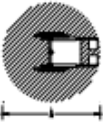
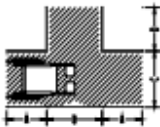
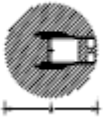
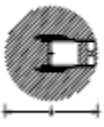
EDIFÍCIO: _____




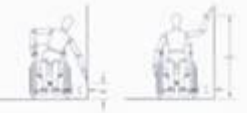

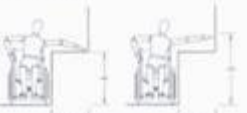
LOCALIZAÇÃO: _____

Legenda:

1 – Não Acessível	Totalmente inacessível; As barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição.
2 – Acessível só com ajuda	Só é possível o percurso ou serviço mediante o auxílio de uma terceira pessoa;
3 – Acessível com dificuldade	Compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível.
4 – Acessível sem dificuldade	Todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade condicionada.
5 – Não aplicável	Não existe esse espaço

	1	2	3	4	5	Observações:
Átrios						
<p>1.1) Do lado exterior das portas de acesso aos edifícios e estabelecimentos é possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360°.</p> 						
<p>1.2) Nos átrios interiores é possível inscrever uma zona de manobra para rotação de 360°.</p> 						
Patamares, galerias e corredores						
<p>1.3) Nos patamares, galerias ou corredores com a largura inferior a 1,5 m, são localizadas zonas de manobra que permitem a rotação de 360°, em troços do percurso com uma extensão inferior a 10 m.</p>						


<p>Rotação de 360°</p>  <p>A $\geq 1,50$ m</p>					
<p>1.4) Nos patamares, galerias ou corredores com a largura inferior a 1,5 m, são localizadas zonas de manobra que permitem mudança de direção de 180° em T, em troços do percurso com uma extensão inferior a 10.</p> <p>Mudança de direção de 180° em "T"</p>  <p>A $\geq 0,60$ m B $\geq 0,90$ m C $\geq 0,90$ m D $\geq 0,60$ m</p>					
<p>1.5) Existem zonas de manobra que permitem mudança de direção de uma pessoa em cadeira de rodas fazendo uma rotação de 360°.</p> <p>Rotação de 360°</p>  <p>A $\geq 1,50$ m</p>					
<p>1.6) A inclinação dos pisos e dos seus revestimentos na direção do percurso tem até 5%.</p>					
Ascensores					
<p>1.7) Os patamares diante das portas dos ascensores têm dimensões que permitem inscrever zonas de manobra para rotação de 360°.</p> <p>Rotação de 360°</p>  <p>A $\geq 1,50$ m</p>					
Percursos					
<p>1.8) Elevadores estão localizados junto a um percurso acessível;</p>					
<p>1.9) os WC estão localizados junto a um percurso acessível;</p>					
<p>1.10) As portas de entrada estão localizadas junto a um percurso acessível;</p>					
<p>1.11) As zonas de serviço estão localizadas junto a um percurso acessível;</p>					
<p>1.12) Balcões e Guichés de Atendimento estão localizados junto a um percurso acessível;</p>					

1.13) As plataformas elevatórias estão localizados junto a um percurso acessível;						
1.14) Os balneários estão localizados junto a um percurso acessível;						
1.15) Telefones de uso público estão localizados junto a um percurso acessível;						
Alcance						
<p>1.16) Se a zona livre permitir a aproximação frontal, os objetos ao alcance de uma pessoa em cadeira de rodas devem situar-se dentro dos intervalos definidos em seguida:</p> <div data-bbox="331 533 949 1160" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Alcance frontal</p> <p>A $\geq 0,40$ m</p> <p>B $\leq 1,20$ m</p>  <hr/> <p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando C $\leq 0,50$ m)</p> <p>A $\leq 1,20$ m</p> <p>B $\geq 0,75$ m</p>  <hr/> <p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando $0,50 < C \leq 0,60$ m)</p> <p>A $\leq 1,10$ m</p> <p>B $\geq 0,75$ m</p>  </div>						
<p>1.17) Se a zona livre permitir a aproximação lateral, os objetos ao alcance de uma pessoa em cadeira de rodas devem situar-se dentro dos intervalos definidos em seguida:</p> <div data-bbox="331 1272 949 1809" style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Alcance lateral (quando C $\leq 0,30$ m)</p> <p>A $\geq 0,30$ m</p> <p>B $\leq 1,40$ m</p>  <hr/> <p>Alcance lateral sobre obstáculo (quando $0,30 < C \leq 0,50$ m)</p> <p>A $\leq 1,20$ m</p> <p>B $\geq 0,60$ m</p>  <hr/> <p>Alcance lateral sobre obstáculo (quando $0,50 < C \leq 0,60$ m)</p> <p>A $\leq 1,00$ m</p> <p>B $\geq 0,85$ m</p>  </div>						

Legenda:





1	Sim
2	Não
3	Não Aplicável

	1	2	3	Observações:
Átrios				
2.1) As portas de entrada/saída dos edifícios e estabelecimentos possuem uma largura útil não inferior a 0,87 m, medida entre a face da folha da porta quando aberta e o batente ou guarnição do lado oposto; se a porta for de batente ou pivotante deve considerar-se a porta na posição aberta a 90°.				
Patamares, galerias e corredores				
2.2) Os patamares, galerias e corredores têm uma largura de 1,2 m.				
2.3) Os corrimãos nos patamares, galerias ou corredores, estão instalados a uma altura do piso de 0,9 m e quando interrompidos estão curvados na direção do plano do suporte.				
2.4) Os corrimãos têm um diâmetro ou largura das superfícies de preensão compreendido entre 0,035 m e 0,05 m, ou ter uma forma que proporcione uma superfície de preensão equivalente.				
2.5) Se os corrimãos estiverem colocados junto de uma parede ou dos suportes, o espaço entre o elemento e qualquer superfície adjacente não é inferior a 0,035 m.				
2.6) Se os corrimãos estiverem colocados em planos recuados relativamente à face das paredes, a profundidade do recuo não deve ser superior a 0,08m e o espaço livre acima do topo superior do corrimão não é inferior a 0,3 m.				
2.7) Os corrimãos e as paredes adjacentes não devem possuir superfícies abrasivas, extremidades projetadas perigosas ou arestas vivas.				
2.8) Os elementos preênsos dos corrimãos não podem rodar dentro dos suportes, ser interrompidos pelos suportes ou outras obstruções ou ter um traçado ou materiais que dificultem ou impeçam o deslizamento da mão.				
2.9) Os corrimãos possuem uma resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis e devem ser fixos a superfícies rígidas e estáveis.				
2.10) Os espaços comuns no interior de edifícios, permitem a circulação de uma pessoa em cadeira de rodas (largura livre superior a 0,9m)				
2.11) Os edifícios de uso público com mais de um piso têm plataformas elevatórias (quando não têm elevador)				
2.12) Os pisos permitem andar de forma segura em cadeira de rodas, com canadianas ou com carrinhos de bebés? (largura livre superior a 0,9m)				
2.13) O revestimento do piso tem uma superfície estável (não se desloca quando sujeita às ações mecânicas decorrentes do uso normal), durável (não é desgastável pela ação da chuva ou de lavagens frequentes) e firme.				

2.14) O piso é contínuo não possuindo juntas com uma profundidade superior a 0,005m.				
2.15) Nos corredores não existem obstáculos à circulação de pessoas com mobilidade condicionada (móveis, papelarias, cadeiras).				
2.16) As zonas de permanência de pessoas têm uma zona livre de $\geq 0,75$ m por $\geq 1,20$ m. 				
2.17) A altura livre de obstruções de espaços não encerrados é superior a 2,40 m.				
2.18) Existem formas de vencer desníveis (rampas, escadas ou ambos)				
Rampas				
2.19) As rampas que vencem desníveis superiores a 0,4 m têm corrimão de ambos os lados.				
2.20) Quando a largura da rampa é superior a 3 m existe um duplo corrimão central.				
2.21) A inclinação das rampas é de 6% para uma projeção até 10 m e um desnível até 0,6 m.				
2.22) A inclinação das rampas é de 8% para uma projeção até 5 m e um desnível até 0,4m.				
2.23) As rampas possuem uma largura superior a 1,2 m.				
2.24) As rampas possuem plataformas horizontais de descanso: na base e no topo de cada lanço, quando têm uma projeção horizontal superior ao especificado para cada inclinação.				
2.25) As rampas possuem plataformas horizontais de descanso: na base e no topo de cada lanço, quando existe uma mudança de direção com um ângulo igual ou inferior a 90°.				
2.26) As plataformas horizontais de descanso possuem uma largura igual à da rampa e têm um comprimento superior a 1,5 m.				
2.27) Os corrimãos das rampas prolongam-se pelo menos 0,3 m na base e no topo da rampa, são contínuos ao longo dos vários lanços e patamares de descanso e são paralelos ao piso da rampa.				
2.28) Nas rampas com uma inclinação não superior a 6%, o corrimão deve ter pelo menos um elemento preênsil a uma altura compreendida entre 0,85 m e 0,95 m.				
2.29) Nas rampas com uma inclinação superior a 6%, o corrimão deve ser duplo, com um elemento preênsil a uma altura compreendida entre 0,7 m e 0,75 m e outro a uma altura compreendida entre 0,9 m e 0,95 m.				
2.30) O revestimento de piso das rampas, no seu início e fim, possuem faixas com diferenciação de textura e cor contrastante relativamente ao pavimento adjacente.				
Escadarias				
2.31) As escadas que vencerem desníveis superiores a 0,4 m devem possuir corrimãos de ambos os lados.				
2.32) A altura do corrimão das escadarias está entre 0,85 e 0,9 m (focinho dos degraus e bordo superior do elemento preênsil)				

2.33) No topo da escada os corrimãos devem prolongar-se pelo menos 0,3 m para além do último degrau do lanço, sendo esta extensão paralela ao piso.				
2.34) Na base da escada os corrimãos devem prolongar-se para além do primeiro degrau do lanço numa extensão igual à dimensão do cobertor mantendo a inclinação da escada.				
2.35) Os corrimãos devem ser contínuos ao longo dos vários lanços da escada.				
2.36) Quando existem degraus isolados ou escadas constituídas por menos de três degraus, contados pelo número de espelhos, os degraus devem estar claramente assinalados com um material de revestimento de textura diferente e cor contrastante com o restante piso.				
2.37) A largura dos lanços, patins e patamares das escadas é superior a 1,2 m.				
2.38) Patamares superiores e inferiores possuem uma profundidade, medida no sentido do movimento, superior a 1,2 m.				
2.39) Patins intermédios com uma profundidade, medida no sentido do movimento, não inferior a 0,7 m, se os desníveis a vencer, medidos na vertical entre o pavimento imediatamente anterior ao primeiro degrau e o cobertor do degrau superior, forem superiores a 2,4 m.				
2.40) Os degraus das escadas têm uma profundidade (cobertor) não inferior a 0,28 m.				
2.41) Os degraus das escadas têm uma altura (espelho) não superior a 0,18 m.				
2.42) Os degraus das escadas têm a aresta do focinho boleada com um raio de curvatura compreendido entre 0,005 m e 0,01 m;				
2.43) Os degraus das escadas possuem faixas antiderrapantes e de sinalização visual com uma largura não inferior a 0,04 m e encastradas junto ao focinho dos degraus.				
2.44) Os degraus das escadas possuem dimensões do cobertor e do espelho constantes ao longo de cada lanço. (O degrau de arranque pode ter dimensões do cobertor e do espelho diferentes das dimensões dos restantes degraus do lanço, se a relação de duas vezes a altura do espelho mais uma vez a profundidade do cobertor se mantiver constante.)				
2.45) Os degraus das escadas não devem possuir elementos salientes nos planos de concordância entre o espelho e o cobertor.				
2.46) Os elementos que constituem as escadas não apresentam arestas vivas ou extremidades projetadas perigosas.				
Ascensores				
2.47) Os patamares diante das portas dos ascensores têm uma inclinação não superior a 2% em qualquer direção.				
2.48) Os patamares diante das portas dos ascensores estão desobstruídos de degraus ou outros obstáculos que possam impedir ou dificultar a manobra de uma pessoa em cadeira de rodas.				
2.49) Os edifícios de uso público com mais de um piso têm elevador com dimensões adequadas à sua utilização por uma pessoa em cadeira de rodas (largura $\geq 1,1$ m e profundidade $\geq 1,4$ m).				
2.50) Possuem uma precisão de paragem relativamente ao nível do piso dos patamares não superior a $\pm 0,02$ m.				

2.51) O espaço entre os patamares e o piso das cabinas não é superior a 0,035 m.				
2.52) Possui pelo menos uma barra de apoio colocada numa parede livre do interior das cabinas situada a uma altura do piso compreendida entre 0,875 m e 0,925 m e a uma distância da parede da cabina compreendida entre 0,035 m e 0,05 m.				
2.53) As portas dos ascensores devem, no caso de serem novos, de correr horizontalmente e ter movimento automático.				
2.54) As portas têm uma largura útil não inferior a 0,8 m, medida entre a face da folha da porta quando aberta e o batente ou guarnição do lado oposto.				
2.55) As portas têm uma cortina de luz standard (com feixe plano) que imobiliza as portas e o andamento da cabina.				
2.56) Os dispositivos de comando dos ascensores estão instalados a uma altura, medida entre o piso e o eixo do botão, compreendida entre 0,9 m e 1,2 m quando localizados nos patamares, e entre 0,9 m e 1,3 m quando localizados no interior das cabinas.				
2.57) Os dispositivos de comando dos ascensores demonstram sinais visuais para indicam quando o comando foi registado.				
2.58) Os dispositivos de comando dos ascensores possuem um botão de alarme e outro de paragem de emergência localizados no interior das cabinas.				
Plataformas elevatórias				
2.59) As plataformas elevatórias possuem dimensões que permitem a sua utilização por um indivíduo adulto em cadeira de rodas, e nunca inferiores a 0,75 m por 1 m.				
2.60) A precisão de paragem das plataformas elevatórias relativamente ao nível do piso do patamar não é superior a $\pm 0,02$ m.				
2.61) Existem zonas livres para entrada/saída das plataformas elevatórias com uma profundidade não inferior a 1,2 m e uma largura não inferior à da plataforma.				
2.62) Se o desnível entre a plataforma elevatória e o piso for superior a 0,75 m, existem portas ou barras de proteção no acesso à plataforma; que podem ser acionadas manualmente pelo utente.				
2.63) Todos os lados da plataforma elevatória, com exceção dos que permitem o acesso, possuem anteparos com uma altura não inferior a 0,1 m.				
2.64) No caso das plataformas elevatórias instaladas sobre escadas, estas são rebatíveis de modo a permitir o uso de toda a largura da escada quando a plataforma não está em uso.				
2.65) O controlo do movimento da plataforma elevatória está colocado de modo a ser visível e pode ser utilizado por um utente sentado na plataforma e sem a assistência de terceiros.				
Balcões e Guichés de Atendimento: Nos locais em que forem previstos balcões ou guichés de atendimento, pelo menos um deve satisfazer as seguintes condições				
2.66) Deve existir uma zona livre que permita a aproximação frontal ou lateral sendo que: A zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:				

<p>Zona livre</p>  <p>A \geq 0,75 m B \geq 1,20 m</p>				
<p>2.67) Deve existir uma zona livre que permita a aproximação frontal ou lateral sendo que: A zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível.</p>				
<p>2.68) Deve existir uma zona livre que permita a aproximação frontal ou lateral sendo que: Se a zona livre estiver situada num recanto que confina a totalidade ou parte de três dos seus lados numa extensão superior ao indicado, deve existir um espaço de manobra adicional conforme definido em seguida:</p> <p>Recanto frontal (quando D > 0,60 m)</p>  <p>A \geq 0,75 m B \geq 1,20 m C \geq 0,15 m</p> <p>Recanto lateral (quando C > 0,35 m)</p>  <p>A \geq 0,75 m B \geq 1,20 m D \geq 0,30 m</p>				
<p>2.69) Deve ter uma zona aberta ao público servindo para o atendimento com uma extensão não inferior a 0,8 m e uma altura ao piso compreendida entre 0,75 m e 0,85 m</p>				
Edifícios e instalações escolares e de formação				
<p>2.74) As passagens exteriores entre edifícios são cobertas.</p>				
<p>2.75) A largura dos corredores não é inferior a 1,8 m.</p>				
<p>2.76) Nos edifícios com vários pisos destinados aos formandos devem existir acessos alternativos às escadas, por ascensores e ou rampas; em edifícios existentes, se não for possível satisfazer esta condição, deve existir pelo menos uma sala de cada tipo acessível de nível, por ascensor ou por rampa.</p>				
Zona de Permanência				
<p>2.77) A zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:</p> <p>Zona livre</p>  <p>A \geq 0,75 m B \geq 1,20 m</p>				
<p>2.78) A zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível.</p>				
<p>2.79) Se a zona livre estiver situada num recanto que confina a totalidade ou parte de três dos seus lados numa extensão superior ao indicado, deve existir um espaço de manobra adicional conforme definido em seguida:</p>				

Recanto frontal (quando $D > 0,60$ m)					
	A	IV	0,75	m	
	B	IV	1,20	m	
	C	IV	0,15	m	
Recanto lateral (quando $C > 0,35$ m)					
	A	IV	0,75	m	
	B	IV	1,20	m	
	D	IV	0,30	m	

Informações adicionais:

No caso das escolas:

4.1 Numero de alunos que a frequentam: _____

4.2. Frequentam, nesta escola, alunos com mobilidade Reduzida (cadeira de rodas ou outros dispositivos)?

Sim _____ Não _____ Quantos? _____

4.3. Neste edifício estudam pessoas com alterações sensoriais (cegos, surdos, ambíopes)?

Sim _____ Não _____ Quantos? _____

Nota Final: (registar alguma situação que considere útil para as acessibilidades)

Anexo 2 – GRELHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES: Interior dos recintos desportivos

FICHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES

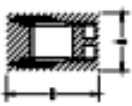
RECINTOS E INSTALAÇÕES DESPORTIVAS

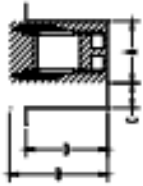

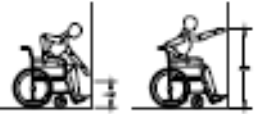


EDIFÍCIO:

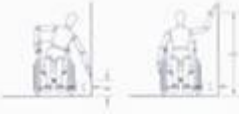

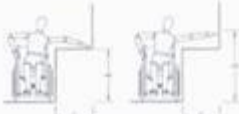

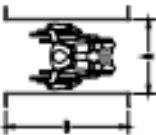
LOCALIZAÇÃO:

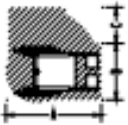
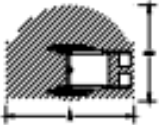
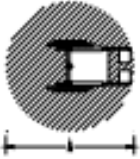
Legenda:

1 – Não Acessível	Totalmente inacessível; as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição.
2 – Acessível só com ajuda	Só é possível o percurso ou serviço mediante o auxílio de uma terceira pessoa;
3 – Acessível com dificuldade	Compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível.
4 – Acessível sem dificuldade	Todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade condicionada.
5 – Não aplicável	Não existe esse espaço

	1	2	3	4	5	Observações:						
No interior dos vestiários e cabinas de prova deve existir um banco que satisfaça as seguintes condições:												
<p>1.1 Deve existir uma zona livre de modo a permitir a transferência lateral de uma pessoa em cadeira de rodas para o banco que satisfaça as seguintes condições: Uma zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px;"> <p>Zona livre</p>  <table style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>A</td> <td>≥</td> <td>0,75</td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>≥</td> <td>1,20</td> </tr> </table> </div>	A	≥	0,75	B	≥	1,20						
A	≥	0,75										
B	≥	1,20										
<p>1.2 A zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível. 1.3 Se a zona livre estiver situada num recanto que confina a totalidade ou parte de três dos seus lados numa extensão superior ao indicado, deve existir um espaço de manobra adicional conforme definido em seguida:</p>												

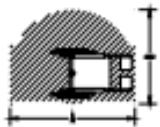
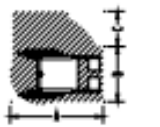
<p>Recanto frontal (quando $D > 0,60$ m)</p>  <p>A $\geq 0,75$ B $\geq 1,20$ C $\geq 0,15$</p>						
<p>Recanto lateral (quando $C > 0,35$ m)</p>  <p>A $\geq 0,75$ B $\geq 1,20$ D $\geq 0,30$</p>						
Os vestiários devem ser satisfeitas as seguintes condições:						
1.4 Deve existir pelo menos um conjunto de cabides fixos e cacifos localizados de modo a permitir o alcance por uma pessoa em cadeira de rodas.						
<p>Alcance frontal</p>						
	<p>A $\geq 0,40$ m B $\leq 1,20$ m</p>					
<p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando $C \leq 0,50$ m)</p>						
	<p>A $\leq 1,20$ m B $\geq 0,75$ m</p>					
<p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando $0,50 < C \leq 0,60$ m)</p>						
	<p>A $\leq 1,10$ m B $\geq 0,75$ m</p>					

<p>Alcance lateral (quando $C \leq 0,30$ m)</p>  <p>A $\geq 0,30$ m B $\leq 1,40$ m</p> <hr/> <p>Alcance lateral sobre obstáculo (quando $0,30 < C \leq 0,50$ m)</p>  <p>A $\leq 1,20$ m B $\geq 0,60$ m</p> <hr/> <p>Alcance lateral sobre obstáculo (quando $0,50 < C \leq 0,60$ m)</p>  <p>A $\leq 1,00$ m B $\geq 0,85$ m</p>					
<p>1.5 Após a instalação do equipamento, deve existir pelo menos um percurso que satisfaça o especificado tanto a nível da largura como das zonas de manobra.</p> <hr/> <p>Largura livre (quando $B \leq 0,60$ m)</p>  <p>A $\geq 0,$</p> <hr/> <p>Largura livre (quando $0,60 < B \leq 1,50$ m)</p>  <p>A $\geq 0,$</p>					

Rotação de 90°							
	A	\geq	1,20				
	B	\geq	0,75				
	C	\geq	0,45				
Rotação de 180°							
	A	\geq	1,50				
	B	\geq	1,20				
Rotação de 360°							
	A	\geq	1,50				

Legenda:

1	Sim
2	Não
3	Não Aplicável

	1	2	3	Observações												
Vestiários e Cabinas de Prova: Em cada conjunto de vestiários ou cabinas de prova, pelo menos um deve satisfazer o especificado nesta secção.																
2.1 Se a entrada/saída dos vestiários ou cabinas de prova se fizer por uma porta de abrir ou de correr, o espaço interior deve ter dimensões que permitam inscrever uma zona de manobra para rotação de 180º e que não se sobreponha ao movimento da porta.																
<p style="text-align: center;">Rotação de 180°</p>  <table style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>A</td> <td>≥</td> <td>1,50</td> <td>m</td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>≥</td> <td>1,20</td> <td>m</td> </tr> </table>	A	≥	1,50	m	B	≥	1,20	m								
A	≥	1,50	m													
B	≥	1,20	m													
2.2 Se a entrada/saída dos vestiários ou cabinas de prova se fizer por um vão encerrado por uma cortina, o vão deve ter uma largura não inferior a 0,8 m e o espaço interior deve ter dimensões que permitam inscrever uma zona de manobra para rotação de 90º.																
<p style="text-align: center;">Rotação de 90°</p>  <table style="margin-left: auto; margin-right: auto;"> <tr> <td>A</td> <td>≥</td> <td>1,20</td> <td>m</td> </tr> <tr> <td>B</td> <td>≥</td> <td>0,75</td> <td>m</td> </tr> <tr> <td>C</td> <td>≥</td> <td>0,45</td> <td>m</td> </tr> </table>	A	≥	1,20	m	B	≥	0,75	m	C	≥	0,45	m				
A	≥	1,20	m													
B	≥	0,75	m													
C	≥	0,45	m													
No interior dos vestiários e cabinas de prova deve existir um banco que satisfaça as seguintes condições:																
2.3 Deve estar fixo à parede																
2.4 Deve ter uma dimensão de 0,4 m por 0,8 m																
2.5 O bordo superior do banco deve estar a uma altura do piso de 0,45 m, admitindo-se uma tolerância de (mais ou menos) 0,02 m;																
2.6 Deve ter uma resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis;																
2.7 Se for instalado em conjunto com bases de duche, em piscinas, ou outras zonas húmidas, deve ter uma forma que impeça a acumulação de água sobre o banco e a superfície do banco deve ser antiderrapante.																
2.8 Nos vestiários e cabinas de prova acessíveis deve existir um espelho com uma largura não inferior a 0,45 m e uma altura não inferior a 1,3 m, montado de forma a permitir o uso por uma pessoa sentada no banco e por uma pessoa de pé, no caso de existirem nos																

vestiários e cabinas de prova para as pessoas sem limitações de mobilidade.				
Locais destinados à assistência em recintos e instalações desportivas:				
2.12 Devem satisfazer o número de lugares especialmente destinados a pessoas em cadeiras de rodas. Este não deve ser inferior ao definido em seguida: 1) Um lugar, no caso de salas ou recintos com uma capacidade até 25 lugares; 2) Dois lugares, no caso de salas ou recintos com uma capacidade entre 26 e 50 lugares; 3) Três lugares, no caso de salas ou recintos com uma capacidade entre 51 e 100 lugares; 4) Quatro lugares, no caso de salas ou recintos com uma capacidade entre 101 e 200 lugares; 5) 2% do número total de lugares, no caso de salas ou recintos com capacidade entre 201 e 500 lugares; 6) 10 lugares mais 1% do que exceder 500 lugares, no caso de salas ou recintos com capacidade entre 501 e 1000 lugares; 7) 15 lugares mais 0,1% do que exceder 1000, no caso de salas ou recintos com capacidade superior a 1000 lugares.				
Os lugares especialmente destinados a pessoas em cadeiras de rodas devem:				
2.13 Ser distribuídos por vários pontos da sala;				
2.14 Estar localizados numa área de piso horizontal;				
2.15 Proporcionar condições de conforto, segurança, visibilidade e acústica pelo menos equivalentes às dos restantes espectadores;				
2.16 Ter uma zona livre para a permanência com uma dimensão não inferior a 0,8 m por 1,2 m;				
2.17 Ter uma margem livre de 0,3 m à frente e atrás da zona livre para a permanência;				
2.18 Estar recuados 0,3 m em relação ao lugar ao lado, de modo que a pessoa em cadeira de rodas e os seus eventuais acompanhantes fiquem lado a lado				
2.19 Ter um lado totalmente desobstruído contíguo a um percurso acessível.				
2.20 Cada lugar especialmente destinado a pessoas em cadeiras de rodas deve estar junto de pelo menos um lugar para acompanhante sem limitações de mobilidade.				
2.21 No caso de edifícios sujeitos a obras de alteração ou conservação, os lugares especialmente destinados a pessoas em cadeiras de rodas podem ser agrupados, se for impraticável a sua distribuição por todo o recinto.				

Anexo 3 – GRELHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES: Interior das instalações sanitárias




FICHA DE OBSERVAÇÃO DAS ACESSIBILIDADES

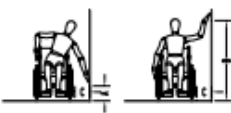


WC

EDIFÍCIO ou área onde se localiza:

Legenda:

1 – Não Acessível	Totalmente inacessível; as barreiras físicas são de difícil ou impossível transposição.
2 – Acessível só com ajuda	Só é possível o percurso ou serviço mediante o auxílio de uma terceira pessoa.
3 – Acessível com dificuldade	Compreende condições de acessibilidade próximas às exigidas, ainda que não seja acessível.
4 – Acessível sem dificuldade	Todas as condições de acessibilidade estão garantidas para pessoas com mobilidade condicionada.
5 – Não aplicável	Não existe esse espaço

	1	2	3	4	5	Observações:
<p>Os controlos e mecanismos operáveis (controlos da torneira, controlos do escoamento, válvulas de descarga da sanita) e os acessórios (suportes de toalhas, saboneteiras, suportes de papel higiénico) dos aparelhos sanitários acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:</p>						
<p>1.1) Devem estar dentro das zonas de alcance frontal ou lateral, considerando uma pessoa em cadeira de rodas a utilizar o aparelho e uma pessoa em cadeira de rodas estacionada numa zona livre;</p>						
<p>Alcance frontal</p>  <p style="text-align: right;">A \geq 0,40 m B \leq 1,20 m</p>						
<p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando C \leq 0,50 m)</p>  <p style="text-align: right;">A \leq 1,20 m B \geq 0,75 m</p>						
<p>Alcance frontal sobre obstáculo (quando 0,50 < C \leq 0,60 m)</p>  <p style="text-align: right;">A \leq 1,40 m B \geq 0,75 m</p>						

Alcance lateral (quando $C \leq 0,30$ m)		A	$\geq 0,30$ m
		B	$\leq 1,40$ m
Alcance lateral sobre o bstáculo (quando $0,30 < C \leq 0,50$ m)		A	$\leq 1,20$ m
		B	$\geq 0,40$ m
Alcance lateral sobre o bstáculo (quando $0,50 < C \leq 0,60$ m)		A	$\leq 1,00$ m
		B	$\geq 0,85$ m

Os urinóis acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:

1.2) Deve existir uma zona livre de aproximação frontal ao urinol com dimensões que satisfaçam:

- 1) Uma zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:

Zona livre

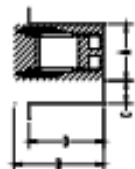


A $\geq 0,75$ m

B $\geq 1,20$ m

- 2) A zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível.

Recanto frontal (quando $D > 0,60$ m)

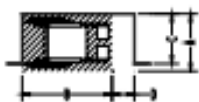


A $\geq 0,75$ m

B $\geq 1,20$ m

C $\geq 0,15$ m

Recanto lateral (quando $C > 0,35$ m)



A $\geq 0,75$ m

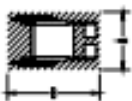
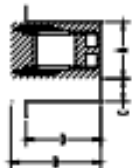

B $\geq 1,20$ m

D $\geq 0,30$ m

- 3) Se a zona livre estiver situada num recanto que confina a totalidade ou parte de três dos seus lados numa extensão superior ao indicado, deve existir um espaço de manobra adicional conforme definido em seguida:

Os lavatórios acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:

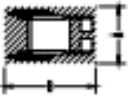

1.3) Deve existir uma zona livre de aproximação frontal ao lavatório com dimensões que satisfaçam as seguintes situações:

<p>1) Uma zona livre para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:</p> <p>Zona livre</p>  <p style="margin-left: 400px;">A \geq 0,75 m</p> <p style="margin-left: 400px;">B \geq 1,20 m</p>					
<p>2) A zona livre deve ter um lado totalmente desobstruído contíguo ou sobreposto a um percurso acessível.</p> <p>3) Se a zona livre estiver situada num recanto que confina a totalidade ou parte de três dos seus lados numa extensão superior ao indicado, deve existir um espaço de manobra adicional conforme definido em seguida:</p> <p>Recanto frontal (quando D > 0,60 m)</p>  <p style="margin-left: 400px;">A \geq 0,75 m</p> <p style="margin-left: 400px;">B \geq 1,20 m</p> <p style="margin-left: 400px;">C \geq 0,15 m</p> <p>Recanto lateral (quando C > 0,35 m)</p>  <p style="margin-left: 400px;">A \geq 0,75 m</p> <p style="margin-left: 400px;">B \geq 1,20 m</p> <p style="margin-left: 400px;">D \geq 0,30 m</p>					
1.4) Percurso do exterior até ao WC					
1.5) Percursos do interior do edifício ao WC					Acrescentar dados nas obs.
1.6) Transferência da cadeira para a sanita					
1.7) Utilização do controlo de descarga					
1.8) Utilização do lavatório					

Legenda:

1	Sim
2	Não
3	Não Aplicável

	1	2	3	Observações
2.1) Se existir uma instalação sanitária específica para pessoas com mobilidade condicionada, esta pode servir para o sexo masculino e para o sexo feminino e deve estar integrada ou próxima das restantes instalações sanitárias.				:
As sanitas acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:				

2.2) A altura do piso ao bordo superior do assento da sanita deve ser de 0,45 m, admitindo-se uma tolerância de (mais ou menos) 0,01 m;				
<p>2.3) Devem existir zonas livres de um dos lados e na parte frontal da sanita, para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas que deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:</p> <p>Zona livre</p>  <p style="margin-left: 150px;">A ≥ 0,75 m</p> <p style="margin-left: 150px;">B ≥ 1,20 m</p>				
2.4) Quando existir mais de uma sanita, as zonas livres de acesso devem estar posicionadas de lados diferentes, permitindo o acesso lateral pela direita e pela esquerda;				
<p>2.5) Quando for previsível um uso frequente da instalação sanitária por pessoas com mobilidade condicionada, devem existir zonas livres de ambos os lados e na parte frontal para o acesso e a permanência de uma pessoa em cadeira de rodas que deve ter dimensões que satisfaçam o definido em seguida:</p> <p>Zona livre</p>  <p style="margin-left: 150px;">A ≥ 0,75 m</p> <p style="margin-left: 150px;">B ≥ 1,20 m</p>				
As barras de apoio instaladas junto dos aparelhos sanitários acessíveis devem satisfazer as seguintes condições (Podem ter formas, dimensões, modos de fixação e localizações diferentes das definidas, se possuírem as superfícies de preensão nas localizações definidas ou ser for comprovado que melhor se adequam às necessidades dos utentes)				
2.6) As barras de apoio devem ter um diâmetro ou largura das superfícies de preensão compreendido entre 0,035 m e 0,05 m, ou ter uma forma que proporcione uma superfície de preensão equivalente				
2.7) Se as barras de apoio estiverem colocados junto de uma parede ou dos suportes, o espaço entre o elemento e qualquer superfície adjacente não deve ser inferior a 0,035 m				
2.8) Se as barras de apoio estiverem colocados em planos recuados relativamente à face das paredes, a profundidade do recuo não deve ser superior a 0,08m e o espaço livre acima do topo superior do corrimão não deve ser inferior a 0,3 m.				
2.9) As barras de apoio e as paredes adjacentes não devem possuir superfícies abrasivas, extremidades projetadas perigosas ou arestas vivas.				
2.10) Os elementos preênsos das barras de apoio não devem rodar dentro dos suportes, ser interrompidos pelos suportes ou outras obstruções ou ter um traçado ou materiais que dificultem ou impeçam o deslizamento da mão.				
2.11) As barras de apoio devem possuir uma resistência mecânica adequada às solicitações previsíveis e devem ser fixos a superfícies rígidas e estáveis.				
Os controlos e mecanismos operáveis (controlos da torneira, controlos do escoamento, válvulas de descarga da sanita) e os acessórios (suportes de toalhas, saboneteiras, suportes de papel higiénico) dos aparelhos sanitários acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:				
2.12) Devem poder ser operados por uma mão fechada, oferecer uma resistência mínima e não requerer uma preensão firme nem rodar o pulso;				

2.13) As torneiras devem ser do tipo monocomando e acionadas por alavanca;				
2.14) Os controlos do escoamento devem ser do tipo de alavanca.				
Os urinóis acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:				
2.15) Devem estar assentes no piso ou fixos nas paredes com uma altura do piso ao seu bordo inferior compreendida entre 0,6 m e 0,65 m;				
2.16) Se existir comando de acionamento da descarga, o eixo do botão deve estar a uma altura do piso de 1m, admitindo-se uma tolerância de (mais ou menos) 0,02 m;				
2.17) Devem existir barras verticais de apoio, fixadas com um afastamento de 0,3m do eixo do urinol, a uma altura do piso de 0,75 m e com um comprimento não inferior a 0,7m.				
Os lavatórios acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:				
2.18) A altura do piso ao bordo superior do lavatório deve ser de 0,8 m, admitindo-se uma tolerância de (mais ou menos) 0,02 m;				
2.19) Sob o lavatório deve existir uma zona livre com uma largura não inferior a 0,7 m, uma altura não inferior a 0,65 m e uma profundidade medida a partir do bordo frontal não inferior a 0,5 m;				
2.20) Sob o lavatório não devem existir elementos ou superfícies cortantes ou abrasivas.				
Os espelhos colocados sobre lavatórios acessíveis devem satisfazer as seguintes condições:				
2.21) Se forem fixos na posição vertical, devem estar colocados com a base inferior da superfície refletora a uma altura do piso não superior a 0,9 m;				
2.22) Se tiverem inclinação regulável, devem estar colocados com a base inferior da superfície refletora a uma altura do piso não superior a 1,1 m;				
2.23) O bordo superior da superfície refletora do espelho deve estar a uma altura do piso não inferior a 1,8 m.				
O equipamento de alarme das instalações sanitárias acessíveis deve satisfazer as seguintes condições:				
2.24) Deve estar ligado ao sistema de alerta para o exterior;				
2.25) Deve disparar um alerta luminoso e sonoro;				
2.26) Os terminais do equipamento de alarme devem estar indicados para utilização com luz e auto-iluminados para serem vistos no escuro;				
2.27) Os terminais do sistema de aviso podem ser botões de carregar, botões de puxar ou cabos de puxar;				
2.28) Os terminais do sistema de aviso devem estar colocados a uma altura do piso compreendida entre 0,4 m e 0,6 m, e de modo a que possam ser alcançados por uma pessoa na posição deitada no chão após uma queda ou por uma pessoa em cadeira de rodas.				
Acesso às instalações				
2.29) A porta de acesso a instalações sanitárias ou a cabinas onde sejam instalados aparelhos sanitários acessíveis deve ser de correr ou de batente abrindo para fora.				